



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

USP

CELACC/ECA/USP
v. 10 n. 1 (2016)
ISSN: 1519-6895

**Comunicação,
Política e
Tecnologia**

SUMÁRIO

3

Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira durante o golpe de 1964

Camila Garcia Kieling

18

Digitalização, jornalismo hiperlocal e empoderamento feminino

Angelo Sottovia Aranha
Giovani Vieira Miranda

34

O modo de produção jornalístico na imprensa das classes trabalhadoras: o caso do MST

Alexandre Barbosa

49

Jornalismo comunitário, políticas públicas e desafios contemporâneos

Luiza Giovancarli

63

O Deslocamentos na metodologia dos usos sociais para o estudo de meios livres e comunitários: o caso da pesquisa sobre a rádio mexicana Frecuencia Libre

Ismar Capistrano
Costa Filho
Ângela Cristina
Salgueiro Marques

83

O Mercado de Cinema no Brasil em obra bilíngue (Português-Ingês) organizada por AFC e LATC

Luiza Lusvarghi

90

“Ser ou não ser vira-latas, eis a questão”: resenhando “A diplomacia mediatizada: em busca do refrão de um Brasil megalomaníaco”, de Antônio Carvalho.

Frederico Daia Firmiano

AUTORITARISMO NO DISCURSO DA IMPRENSA BRASILEIRA DURANTE O GOLPE DE 1964

[ARTIGO]

Camila Garcia Kieling

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo analisa quatro entre os mais influentes jornais diários brasileiros em 1964 (*Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) e procura compreender de que forma seu discurso sobre a crise político-militar vivida naquele momento no país apresenta características do pensamento autoritário.

Palavras-chaves: Imprensa. Golpe de 1964. Autoritarismo.

This paper aims at analysing four of the most influential daily newspapers in Brazil in 1964 (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*) to understand how its discourse about the political and military crises that was happening in the country presents authoritarian characteristics.

Keywords: Press. 1964 coup d'État in Brazil. Authoritarianism.

Este artículo analiza cuatro de los más influyentes periódicos brasileños de 1964 - *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* y *O Estado de São Paulo* -, intentando comprender de qué forma su discurso sobre la crisis político-militar que en aquellos momentos vivía el país presenta características propias del pensamiento autoritario.

Palabras clave: Prensa. Golpe de estado de 1964. Autoritarismo.

INTRODUÇÃO

A atuação da grande imprensa no golpe de 1964 é ainda importante objeto de pesquisa. Qualificados estudos acadêmicos já demonstraram seu suporte para a criação de um clima de instabilidade que abriu as portas e legitimou as ações do movimento golpista civil e militar que destituiu o presidente João Goulart. Apesar da memória institucional e dos próprios jornalistas tentarem consolidar uma visão contrária ou amenizada, o fato é que é de amplo reconhecimento no campo da história da imprensa brasileira o apoio da grande imprensa brasileira aos golpistas em 1964. Sodré, autor do clássico *História da Imprensa no Brasil* (2011), sustenta a tese de que o golpe foi organizado e que a tentativa de tomada de poder em 1961, quando da abdicação de Jânio Quadros, foi um “ensaio” para 1964:

[...] vencido em 1961, o movimento antinacional e antidemocrático retraiu-se, organizou-se e preparou, longa e meticulosamente a investida que lhe permitiria a vitória. Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. (SODRÉ, 2011, p.599-600)

Barbosa (2007) e Bahia (1990) expõem as semelhanças entre o comportamento da imprensa às vésperas do golpe de 1964 com aquele desempenhado na campanha contra o presidente Getúlio Vargas, dez anos antes. Para Bahia (1990), a opinião

concentrada da mídia desempenha um papel central entre os fatos políticos que culminam com o suicídio de Vargas em 1954, no sentido de desestabilizar o sistema de poder representado pelo chefe de governo, fenômeno que se repete em 1964:

O pretexto é combater a subversão e restaurar as liberdades públicas tidas como ameaçadas. Durante três meses – janeiro, fevereiro e março – os meios de comunicação de massa atuam em bloco, emitindo uma opinião e um noticiário dirigidos para enfraquecer e demolir o “inimigo comum”, personificado em Goulart. No caso Vargas, o papel preponderante é dos jornais e das rádios. Em 64, acrescenta-se a TV. (BAHIA, 1990, p. 269)

Para Barbosa (2007), o período entre 1950 e 1960 deve ser visto como um momento de intensa oposição entre os jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, sendo que, em 1954, este último era o único jornal, entre a grande imprensa, que apoiava o governo Vargas. A autora identifica, dez anos mais tarde, o mesmo modo de operação:

As greves de 1953, a elevação dos salários dos operários, no início de 1954, a radicalização do discurso oficial e a dinamização da vida sindical são temas explorados ao máximo pelos jornais para conseguir o apoio dos grupos médios para o golpe e, também, a simpatia do proletariado urbano. Os jornais criticam, em uníssono – destoando apenas UH –, a “corrupção” do governo em nome da “moralidade”. Dez anos depois, os nomes mudarão, mas a ação da grande imprensa será semelhante, ao opor “democracia” ao “comunismo”. (BARBOSA, 2007, p.181)

6 Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira [EXTRAPRENSA]

Skidmore (2000), autor de obras de referência sobre a ditadura militar no Brasil, também identifica o fenômeno: “A Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* pugnavam abertamente pela deposição do governo Goulart” (SKIDMORE, 2000, p. 63).

Melo (1985) utiliza a participação da mídia no “clima” de instabilidade política que culminou com o golpe de 1964 para exemplificar as relações de força entre imprensa e Estado, citando pesquisa de Jonathan Lane que, já em 1967, identificou que as instituições jornalísticas brasileiras que atuaram durante a queda do governo Goulart tiveram a intenção explícita de “criar pânico entre as forças armadas, conduzindo-as à insubordinação contra o regime constitucionalmente instalado” (MELO, 1985, p. 80).

Vemos, assim, que a atuação da imprensa como apoiadora do golpe de 1964 está identificada por grande parte da bibliografia sobre a história da imprensa brasileira. Mesmo assim, jornais e jornalistas, a partir de suas perspectivas e ações memorialísticas, apresentam uma narrativa um tanto diversa, que busca relativizar esse apoio. A tentativa de rever a trajetória da imprensa acontece mesmo antes do fim do regime militar. A coletânea *O golpe de 64: A imprensa disse não* (1979) reúne textos de diversos colunistas (entre eles, Alceu Amoroso Lima, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Otto Lara Resende, Otto Maria Carpeaux) publicados ao longo do primeiro ano ditadura. No texto

introdutório *Quem é quem – E por que está aqui*, a organizadora da obra, Thereza Cesário Alvim, afirma:

Basta! e *Fora!* são os títulos de dois violentíssimos editoriais saídos no *Correio da Manhã*, respectivamente, nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, em apoio à derrubada de João Goulart. Já no dia 2 de abril, quando *Última Hora*, com a redação depredada na véspera pela mesma horda de fanáticos que incendiou o prédio da UNE saía com edição de guerra, aquele jornal, dirigido por Niomar Muniz [sic] Sodré Bittencourt, demonstrava reconhecer que havia tomado o bonde errado – e assumia esse engano com a lealdade e a coragem que logo o transformaria no órgão brasileiro de imprensa mais importante da época, na melhor tribuna de oposição à ditadura emergente. (ALVIM, 1979, p. 11)

São brechas críticas, muitas bastante sutis, registradas na imprensa ao longo do ano de 1964, especialmente no *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora*. Fica claro que os jornalistas que participam da coletânea reclamam por uma separação entre a sua voz e a do jornal como empresa de comunicação, admitindo, de certa forma, a participação no golpe, como mostra a menção de Alvim aos famosos textos publicados no *Correio da Manhã* e que contaram com a colaboração de participantes da coletânea para sua confecção. A reunião de textos tem o mérito de mostrar que o jornal é espaço de contradições, porém, não é possível admitir a veracidade do título da obra: a grande imprensa brasileira e os jornalistas disseram “sim” ao golpe de 1964.

Parte da produção historiográfica que buscou explicar o golpe civil-militar de 1964 afirma que a desestabilização civil foi forte, ao passo que a ação militar foi um tanto improvisada:

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do IPES e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março. Assim, creio não ser abusivo afirmar o acerto histórico da leitura segundo a qual a “desestabilização civil” foi bastante articulada, mas a ação militar não foi inteiramente planejada, com segurança e sistematicidade, ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevisas [...]. (FICO, 2004, p. 55)

Para Silva (2013 e 2014), golpe não só contou com a desestabilização civil como teve participação decisiva da mídia, que articulou a construção de um imaginário favorável ao desfecho. Para o autor, o golpe de 1964 foi civil, militar e midiático: “Poucas vezes a imprensa foi tão golpista. Talvez nunca tenha sido mais injusta. Raramente se sentiu tão feliz e poderosa” (SILVA, 2013, p. 208).

Em nossa perspectiva, a atuação da imprensa está entre os elementos que fizeram parte da desestabilização civil e que contribuíram para a efetivação e legitimação do golpe, tendo em vista que o discurso produzido pelos jornais não apenas reflete, mas também interfere de forma significativa na construção social da realidade, ao fornecer um “quadro referencial explicativo do mundo” (SOUSA, 1999). Neste quadro, sabemos que a imprensa estava frontalmente contra o governo Goulart, mas resta compreender de que forma articulou seu discurso desestabilizador, encadeando acontecimentos e argumentos que apontavam para o Brasil –descrito como “caótico”, “anárquico”– uma solução autoritária.

Neste artigo, buscamos analisar o discurso das empresas jornalísticas através de seus textos editoriais, procurando compreender esse “quadro referencial explicativo” oferecido na avaliação dos fatos e na organização de seus discursos sobre os acontecimentos políticos que levaram ao golpe em 1964. É importante ressaltar que não adotamos aqui a separação simplista entre espaço informativo versus espaço opinativo, pois entendemos a comunicação jornalística como uma forma de mediar a relação entre um mundo temporal e ético pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura: “Uma trilha que põe a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas” (MOTTA, 2004, p. 11). Assim, não há informação nem opinião puras e simples, e que possam ser compreendidas fora de sua relação com o receptor e das metanarrativas culturais.

Em termos metodológicos, consideramos a narrativa jornalística como narrativa do cotidiano, mediadora das ações no tempo, organizadora da experiência entre o passado, o presente e o futuro: “O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, linguística e temporal” (MOTTA, 2005, p. 9). Nesse sentido, o texto é ponto de partida, mas não perdemos de vista o fato de que ele só produz sentidos na relação com atores históricos humanos e com o contexto:

O texto e suas significações são apenas os nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar (atos de alguém, de algum sujeito). São apenas a forma que assume a relação entre atores humanos históricos. Concebemos a análise da narrativa como caminho rumo ao significado porque o significado é uma relação, não

8 Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira [EXTRAPRENSA]

há significado sem algum tipo de troca (MOTTA, 2005, p. 3).

Assim, é preciso ter em conta que a narrativa jornalística difere – tanto em termos de produção quanto de recepção e circulação – dos discursos técnico, burocrático ou acadêmico/científico, mas ela pode ser analisada e compreendida em *relação* a essas demais esferas discursivas. Tomando isso como base, nossa análise tem como objetivo operar um diálogo entre o discurso jornalístico, impregnado do presente e do cotidiano, com conceituações e elaborações teóricas oriundas dos campos da história, da sociologia e da geopolítica, a fim de compreender a relação desse discurso com aspectos teóricos que permeiam a categoria *autoritarismo*. ■

2. AUTORITARISMO: CARACTERÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES

Para Stoppino (1986), “são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas” (1986, p. 94). O autor articula o uso do conceito a três principais contextos, os quais podem ser associados de diferentes formas: a estrutura dos sistemas políticos, as

disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas. Afirma também que há “uma tendência significativa para limitar o uso do termo para as ideologias nas quais a acentuação da importância da autoridade e da estrutura hierárquica da sociedade tem uma função conservadora [e não transformadora]” (p. 95), fazendo da organização hierárquica da sociedade o princípio político central para o alcance da ordem, considerada um bem supremo e embasada pela crença na desigualdade natural entre os homens. Nessa abordagem, de cunho generalizante, já despontam algumas características que a seguir poderão ser observadas no discurso da imprensa: autoridade, ordem, hierarquia.

Linz (1979) caracteriza e cria uma tipologia dos regimes autoritários, inserindo-os, em uma perspectiva de gradação, entre as democracias e os totalitarismos. Dentre as tipologias estabelecidas, apresenta os regimes autoritários burocrático-militares, entre os quais aloca o regime militar estabelecido no Brasil a partir de 1964. Definem-se, genericamente, como

Regimes autoritários onde uma coalizão, nas quais oficiais das forças armadas e burocratas ocupam uma posição predominante, mas não detêm poder exclusivo, estabelece o controle do governo excluindo ou incluindo outros grupos sem se comprometer com uma ideologia específica, agindo pragmaticamente dentro dos limites de sua mentalidade burocrática e sem criar ou permitir que um partido único de massa desempenhasse um papel dominante [...]. (LINZ, 1979, p. 149)

Nesse sentido, algumas das características do regime autoritário burocrático-militar estabelecido no Brasil são:

a) Fundamentação da legitimidade através de um esforço de atuação sob um

marco legal e não através do tipo ideal de autoridade, como a presença de um líder carismático. Aqui destaca-se a noção de *legalidade* – “distorção ou perversão da legalidade” (p. 152) –, central na crise político-militar de 1964.

b) Caráter contrarrevolucionário e reacionário, atribuindo aos militares e burocratas o papel de garantidores da contenção da radicalização das camadas excluídas. No caso do Brasil, a *ameaça revolucionária* foi um dos pilares da doutrina de segurança nacional, inspiradora dos militares (COUTO E SILVA, 1981). Ao comentar os casos de Brasil e Argentina, Linz (1979, p. 160) destaca a problemática da contenção das aspirações dos setores populares que se articulavam em um período democrático:

[...] segmentos importantes das sociedades latino-americanas mais avançadas estavam preocupadas com as pressões oriundas de um setor popular, inicialmente mobilizadas de cima, pelos regimes autoritários populistas anteriores que tinham criado forças organizadas como sindicatos e partidos vinculados a eles, capazes de expressar suas exigências nos sistemas políticos democráticos, após as quedas do Estado Novo e do Peronismo.

c) Visão do conflito político como disfunção: os conflitos políticos são enquadrados como “ameaça revolucionária” e, somados às dificuldades econômicas vividas pelos país, tornam-se tensões incontornáveis, com o poder executivo pressionado pelas demandas e o direcionamento do jogo político para a mudança das regras em vez do diálogo dentro das regras existentes (LINZ, 1979). Este aspecto, como veremos a seguir, fica bastante claro no discurso jornalístico no momento do golpe, especialmente

na caracterização do Governo Goulart como incapaz de responder às demandas colocadas naquele momento.

d) Enfraquecimento da dimensão política na solução dos conflitos: na mentalidade técnica e burocrática, a política passa a ser entendida como um obstáculo para a solução racional dos problemas.

Dentre os pontos de inflexão que organizam a perspectiva autoritária burocrática-militar, está a questão da forma como os regimes se inserem no campo das ideias. Nesse sentido, Linz (1979) diferencia os conceitos de ideologia e de mentalidade. Afirma que essa tipologia autoritária configura-se através de arranjos de poder coligados por mentalidades, uma espécie de semi ou pseudo ideologia de componente utópico limitado e que concentra-se na referência a valores genéricos e pragmáticos que apagam as linhas de divisão das coalizões políticas que embasam o regime, tornando-o mais adaptável às mudanças contextuais.

Em contraponto, Fico (2004) relaciona o sistema repressivo empreendido a partir de 1964 a uma unidade ideológica que chama de “utopia autoritária”:

Penso que só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro”. (FICO, 2004, p.36)

3. JORNALISMO HIPERLOCAL

O autor, apesar de atribuir os conceitos de ideologia e utopia a essa unidade de ideias, concebe-a como uma derivação mais “fraca” da Doutrina de Segurança Nacional: “Talvez possamos dizer que a ‘utopia autoritária’ seja uma forma menos elaborada e intelectualmente diluída da doutrina” (FICO, 2004, p. 38), aproximando-a, assim, daquilo que Linz (1979) entendeu como ‘mentalidade’.

Utopia, mentalidade ou *ideologia*, importa que esse conjunto de ideias abasteceu um imaginário, funcionando como uma “máquina que ‘turbina’ o real, tornando-o fantástico e mais desejável ou temível” (SILVA, 2010, p. 67). E nesse imaginário, construído e alimentado através da imprensa, como veremos nas amostras dos textos editoriais de 2 de abril de 1964, estavam os elementos constituintes da *utopia autoritária* (FICO, 2004), da *mentalidade autoritária* (LINZ, 1979) ou ainda da *doutrina de segurança nacional* (COUTO E SILVA, 1981): a crença da superioridade militar sobre os manipuláveis civis, a proposta de “cura do organismo social” através da extirpação do “câncer comunista” e a busca da superação das deficiências da sociedade brasileira. Estes são alguns aspectos presentes nos editoriais que analisamos nos jornais *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* no momento da consolidação do golpe civil-militar e que refletem as primeiras reações desses veículos frente à ruptura institucional. ■

A categoria autoritarismo, na dimensão das disposições psicológicas a respeito do poder (STOPPINO, 1986), é utilizada pela imprensa para denunciar o que chamam de inclinações caudilhescas de Goulart. Há uma forte crítica à sua performance no poder. Na visão do *Jornal do Brasil*, não poderia haver outro tipo de trabalhismo, se não oportunista, vindo de um latifundiário. Seu trabalhismo seria:

[...] mais instrumento de ação política e posse do Poder do que sentimento original e sincero de uma liderança nascida nas duras condições da sociedade industrial urbana. O reformista latifundiário teria de ser o trabalhista oportunista, de intuídos caudilhescos, ávido de poder e inapetente da coisa administrativa, planejada e criadora. (JB, 2/4/1964, p.5)

As características “caudilhescas” da personalidade autoritária de Jango são referidas também em outros jornais, que fazem uma clara associação de sua figura ao getulismo e, conseqüentemente, ao culto à personalidade e às tendências ditatoriais. Seu trabalhismo não é considerado genuíno, e sua aproximação com os trabalhadores, usando uma faceta carismática, seria levada por motivações pessoais e centralizadoras.

O objetivo central de Jango configuraria a “ampliação constante do poder usufruído”: “A luta pela Justiça Social, tão tônica na política janguista, generosa em seus termos retóricos, logo se revelou egoísta em seus fins políticos reais” (JB, 2/4/1964, p.5). O editorial faz, ainda, menção à questão da solução parlamentarista – utilizada em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, como condição para a posse do vice João Goulart – e afirma que

Jango “restaurado presidente pleno, transformou as reformas em alavancas para a conquista de poderes novos e antidemocráticos” (JB, 2/4/1964, p.5).

Esta é também a interpretação de *O Estado de S. Paulo*, que reforça a vinculação de João Goulart a uma personalidade autoritária:

[...] Sr. João Goulart, que, levado pelas suas irreprimíveis inclinações de caudilho – um tipo que nem brasileiro é – a fim de se manter no poder e até ampliá-lo, não hesitou em construir seu regime arbitrariamente personalista e confessadamente continuísta sobre uma base política formada por grupos totalitários [...]. (OESP, 2/4/1964, p.3)

Como apontado na tipologia proposta por Linz (1979), o regime autoritário burocrático-militar instalado no Brasil apresenta entre suas características o rechaço ao culto de personalidades autoritárias, padrão estabelecido logo no início do regime: “Castelo estabeleceu o precedente para os subsequentes governos militares: nada de caudilhos e sucessão somente por consenso militar” (SKIDMORE, 2000, p. 134).

Em oposição à ao personalismo autoritário, o discurso jornalístico volta-se à valorização da legitimidade através do critério da *legalidade*, como apontado por Linz (1979). A legalidade é um valor muito importante neste momento, e para o qual devemos estar atentos em seus desdobramentos no discurso midiático, pois, como aponta Skidmore (2000), os militares sempre fizeram questão de amparar seus atos, por mais autoritários que fossem, com instrumentos que os cobrissem com verniz de legalidade. Foi o caso, inclusive, do AI-5: “até em momentos de decisões arbitrárias, os militares

brasileiros persistiam na crença de que suas ações deviam ter a cobertura de uma respeitável justificativa legal” (SKIDMORE, 2000, p.194). Na ocasião do golpe, essa prerrogativa apresenta-se, no discurso da imprensa, como denúncia em relação ao governo Goulart (ilegalidade) e como elogio à ação militar (retorno à legalidade).

O *Jornal do Brasil* define a reação militar como um movimento pela restauração da legalidade: “O problema era a permanência do Sr. João Goulart no Poder que não soube cumprir, nem honrar. Esse problema foi resolvido pela restauração da legalidade, na sua pureza democrática” (JB, 2/4/1964, p. 5). Em seu diagnóstico, o golpe foi uma “reação para repor o País nos quadros da legalidade democrática” (JB, 2/4/1964, p. 5).

A questão da legalidade, na visão da imprensa, é uma tônica tanto no diagnóstico dos acontecimentos em curso quanto nas expectativas sobre rumos da Nação a partir da intervenção militar. Para o *JB*, o golpe foi o “Movimento triunfante pela força das armas aliada à *autoridade* de uma consciência *legalista*” (JB, 2/4/1964, p. 5, grifos nossos).

“O problema era a permanência inaceitável do Sr. João Goulart no Poder que não soube cumprir, nem honrar. Esse problema foi resolvido pela restauração da legalidade, na sua pureza democrática” (JB, 2/4/1964, p. 5). A partir dessa intervenção, o jornal imputa a solução da situação nacional aos textos constitucionais (novamente, a tônica na legalidade), completando e consolidando o movimento iniciado pelos militares através dos preceitos legais, ou seja: imediatamente, a ocupação da presidência vaga pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rainieri Mazzilli, e logo a seguir, “O Governo-tampão que o

Congresso elegerá tem um programa à sua espera: criar condições de administração pública para o Presidente da República que vai sair das urnas livres e respeitadas de 3 de outubro de 1965” (JB, 2/4/1964, p. 5). O jornal opera, assim, aquilo que Linz (1979) descreve como “distorção ou perversão da legalidade” (p. 152), revestindo a intervenção militar de legitimidade legal e apostando na aplicação das mesmas regras (a Constituição) – que não valeram no caso de Goulart – para a manutenção do regime democrático no país.

A *Folha de S. Paulo* imputa o autoritarismo ao governo Goulart, atribuindo-lhe “o propósito de eliminar o Congresso Federal” (FSP, 2/4/1964, p. 4), com o apoio de altos oficiais das Forças Armadas. Já a ação golpista é considerada legítima pelo viés da legalidade: “Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. [...] E assim deve-se enxergar o movimento que empolgou o país. [...] E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito. (FSP, 2/4/1964, p. 4).

O editorial do *Correio da Manhã*, publicado na capa da edição de 2/4/1964 afirma que “a nação sai vitoriosa com o afastamento do Sr. João Goulart da Presidência da República” e também denuncia o autoritarismo do ex-presidente: “A queda do Sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política com a *instauração de uma ditadura*” (CM, 2/4/1964, p.1, grifo nosso).

A ênfase da imprensa sobre as supostas inclinações autoritárias de Goulart não pode ser compreendida fora do âmbito das *tensões incontornáveis*

“[...] ser nacionalista é opor-se a facções e, na América Latina, torna-se essencial o amadurecimento do nacionalismo...”

produzidas pela *ameaça revolucionária*. Neste ponto insere-se uma das mais importantes ênfases da doutrina de segurança nacional, inspiradora da “utopia autoritária” caracterizada por Fico (2004): a extirpação do “câncer comunista”. O equilíbrio entre segurança e liberdade é preponderante na doutrina, tal como caracterizada em termos geopolíticos e geoestratégicos por Couto e Silva (1981) durante toda a década de 1950. Em seus termos, não é possível pensar o Brasil sem integrá-lo ao contexto internacional, de profundo antagonismo entre a Civilização cristã do Ocidente (EUA) e o Materialismo Comunista do Oriente (URSS) que arregimenta todo o planeta. O enfrentamento da ameaça comunista é um dos Objetivos Nacionais Permanentes, sendo necessário que o Brasil firme sua posição no Ocidente através de um Estado forte que supere os antagonismos em nome dos verdadeiros interesses nacionais. Nesse sentido, ser nacionalista é opor-se a facções e, na América Latina, torna-se essencial o amadurecimento do nacionalismo, tentando livrar-se do caudilhismo e da demagogia dos regimes populistas (dos quais Goulart era visto como representante). A ameaça comunista preocupava, em termos geoestratégicos, por sua capacidade de internacionalização ideológica, infiltrando-se e agindo desde dentro de países permeáveis, especialmente naqueles onde há miséria e minorias corruptas ostensivas (COUTO E SILVA, 1981).

Estes elementos estão presentes no discurso do *Jornal do Brasil*: na visão desse periódico, o janguismo é objeto de “desterro político”, pois representaria um trabalhismo impregnado de paternalismo e extremismo, sintomas infantis que facilitaram “o ingresso da influência comunista nas fileiras do janguismo, a ponto de se aproximar e dominar a própria figura do caudilho” (JB, 2/4/1964, p.5).

Na *Folha*, as referências à ação comunista são explícitas e repetidas: o jornal denuncia a ação de comunistas que agiriam em cargos federais “orientando muitas ações do governo”: “a sementeira vermelha se tornou cada dia mais abundante, não demorando a produzir seus amargos e venenosos frutos [...]” (2/4/1964, p. 4). Também questiona o porquê da influência dos comunistas na política nacional, visto que o partido estava na ilegalidade e era sistematicamente rechaçado nas urnas. “Ora, a Pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele” (FSP, 2/4/1964, p.4). A união entre demagogia e inspiração comunista também aparece. A *Folha* credita as greves não à vontade dos trabalhadores, mas a uma “cúpula política bem engordada em cômodas posições de falsa liderança”. Refere-se ao Comício da Central como uma “pregação aberta da revolução e do descumprimento da Constituição” e também cita a quebra de hierarquia militar no caso da revolta dos marinheiros.

O *Estado de S. Paulo* defende a teoria de que a intervenção militar enterra de vez o Estado Novo: “finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava” (OESP, 2/4/1964, p.3). Na interpretação do jornal, o governo de Jango representava a ditadura, e a intervenção militar, a democracia

brasileira. O cerne do problema, na interpretação de OESP, está, assim como para a FSP, na ameaça comunista:

A opção diante da qual se colocou o País era de uma clareza meridiana. Ou este se resignava a aceitar as imposições de uma minoria comunista sem expressão real no corpo da Nação e aberrante de toda a sua tradição ou se decidia pelo caminho da luta, antecipadamente certo que para alcançar a vitória teria de demonstrar a mesma capacidade de organização do adversário, a mesma pertinácia e a mesma agressividade, características essas que distinguem todos os partidos e facções de ideologia bolchevista. (OESP, 2/4/1964, p.3).

OESP menciona explicitamente a questão da Guerra Fria. No subtítulo *A página que o Brasil escreveu para a história* (2/4/1964, p. 3), afirma a importância estratégica do Brasil naquele momento histórico e alerta para as ligações entre Jango e os comunistas, que já estariam “no governo, embora ainda não no poder”. No mesmo trecho, faz referência ao caudilhismo, reforçando a vinculação de João Goulart ao getulismo e ao Estado Novo e a um imaginário de perigo ditatorial: “Num recente documento, um relatório preparado para a Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, o próprio Departamento de Estado norte-americano reconheceu que o Brasil se transformara no cenário principal da Guerra Fria na América Latina” (OESP, 2/4/1964, p.3).

Na interpretação do *Correio da Manhã*, autor dos conhecidos e virulentos editoriais *Basta!* e *Fora!*, a tônica é o acirramento das disputas políticas. A queda de Goulart “se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua

14 Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira [EXTRAPRENSA]

liberdade política, com a instauração de uma ditadura” (CM, 2/4/1964, p.1).

É a mesma linha que defende a Folha, indo ao encontro da análise de Fico (2004) de que a desestabilização civil teve um papel forte na articulação do golpe: de acordo com a avaliação deste jornal, estavam contra Jango “considerável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade”. Trata também da participação da imprensa nesse clima político, confirmando seus créditos no processo de desestabilização:

A cada abuso de poder crescia a apreensão natural das pessoas que têm consciência do regime constitucional em que vivemos, e que é o democrático. Essa apreensão manifestou-se na maioria da imprensa brasileira independente. Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal [...]. (FSP, 2/4/1964, p. 4, grifo nosso)

As disputas políticas, em sua face virulenta e imobilizadora, tornam-se danosas ao país na visão depreendida dos discursos dos jornais. Para a *Folha*, as reformas, em vez de servirem ao propósito de resolver graves problemas do país, tornaram-se mera “bandeira de agitação”, pregada com o propósito de “atirar os vários grupos sociais uns contra os outros” (FSP, 2/4/1964, p.4).

Para o *Jornal do Brasil*, Goulart não teria condições de conduzir as reformas, citando sua conturbada chegada à presidência: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi levado ao poder “sem quadros, sem preparação, sem unidade e sem programa coerente e orgânico para a época nacional” (JB,

2/4/1964, p.5) afirma o jornal.

É importante ressaltar que todos os veículos de nosso recorte preocupam-se em expressar a defesa de valores como a democracia, o progresso e também reforçam a real necessidade das reformas para o desenvolvimento do país.

Para o futuro, o *JB* projeta o fortalecimento do movimento sindical e da democracia. Aqui entram em cena aspectos interessantes do discurso dos editoriais analisados, e que aparecem também na análise de Fico (2004) sobre a utopia autoritária e na doutrina de segurança nacional, que procura, além do equilíbrio entre segurança e liberdade, o equilíbrio entre segurança e bem-estar (COUTO E SILVA, 1981): a necessidade de superação das deficiências da sociedade brasileira. Nos jornais analisados neste recorte, o apoio ao golpe é acompanhado pela afirmação de que a sociedade brasileira, naquele momento, precisava sofrer reformas. Em alguns casos, como no *JB*, admite-se que as reformas de base propostas por Jango realmente deveriam ser efetivadas: “temos urgência das reformas por que bradava o Sr. João Goulart sem a mínima preocupação de como realizá-las. Era demagógica e mentirosa e voz que pedia essas reformas. Elas, no entanto, são inadiáveis” (JB, 2/4/1964, p. 5).

Na avaliação do *JB*, mesmo o trabalhismo deveria ser salvo: “O Brasil que se livra agora de um falso Presidente trabalhista deve ser um Brasil trabalhista”. Propõe que se restabeleça o movimento sindical, libertando-o da “tutela governamental”, que o Congresso regulamente o direito de greve, evitando que o Brasil se torne um país antissindical.

Entramos, aqui, em outro campo recorrente nos editoriais analisados: a defesa de valores democráticos. Nesse sentido, o texto do *JB* é taxativo: “É para o

Brasil democrático que se devem voltar todos os cuidados dos brasileiros”. Dentre esses valores, destaca-se a liberdade de imprensa e de opinião: “[...] a liberdade de imprensa é pedra de toque do regime democrático [...]”. O *JB* afirma sua “luta pela legalidade, pela ordem e pelo livre exercício da expressão do pensamento” (*JB*, 2/4/1964, p.5). Ao comentar o empastelamento do jornal *Última Hora*, volta a valorizar a legalidade e a democracia: “Queremos que a hora da vitória seja também uma hora de grandeza. A restauração da legalidade democrática constitui todo o triunfo, por si só” (*JB*, 2/4/1964, p.5).

“Como narrativa do cotidiano, a imprensa passa ao largo das contradições implicadas naquele conturbado cenário político...”

Para a *Folha*, as reformas são “necessárias ao progresso do país” (*FSP*, 2/4/1964, p.4). O *Correio da Manhã* afirma: “Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes” (*CM*, 2/4/1964, p. 1). O *Correio* foi um dos únicos e primeiros veículos de comunicação de massa a reconhecer que apoio ao golpe foi um erro e, mesmo considerando-o naquele momento uma “Vitória” (o título do

editorial), preocupa-se em afirmar que este ato “não justifica de modo algum um regime de exceção” ou cerceamento das liberdades. Essa preocupação manifesta-se veementemente:

Não podemos consentir que levemente se restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade sindical, a liberdade partidária, ou, melhor, que sofra o menor arranhão a livre manifestação das ideias. [...] Ditadura nunca! Seja de direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição. (*CM*, 2/4/1964, p.1)

Vemos, assim, que os jornais, em seu posicionamento discursivo, dialogam com a *mentalidade autoritária* do período (*LINZ*, 1979) para enquadrar tanto as atitudes do adversário político (o governo Goulart) quanto as ações dos próprios golpistas, até aqui identificados com a *legalidade*. Como narrativa do cotidiano, a imprensa passa ao largo das contradições implicadas naquele conturbado cenário político, no qual opõem-se a concordância, por um lado, em relação à necessidade das reformas de base, e, por outro, o destrutivo ambiente de polarização política. Fica expressa (mas não é explicada) no discurso da imprensa a incompatibilidade entre a defesa de valores democráticos e o apoio a uma solução indiscutivelmente autoritária para um impasse que é também, ele próprio, concebido nesses termos. ■

[CAMILA GARCIA KIELING]
Doutoranda em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista Capes/Prosup.
Email: camila.kieling@acad.pucrs.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos et. al (Orgs.).1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p.15-25.

ALVIM, Thereza Cesário (Org.). O golpe de 1964: A imprensa disse não. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AMADO, João. Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: Os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964. 243f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica – História da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, M. História cultural da imprensa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 113f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COUTO E SILVA, Golbery. Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In: FICO, Carlos et. al (Orgs.).1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p.80-90.

LARANGEIRA, Álvaro. A mídia e o regime militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LINZ, Juan José. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo S. (org). O estado autoritário e movimentos populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 119-213.

MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo:

Intercom, 2005. CD-ROM.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e Configuração Narrativa da História do Presente. E-Compós. São Paulo: Compós, dez. 2004. Disponível em: <www.compos.org.br/e-compós>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SILVA, Juremir Machado. 1964: Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Juremir Machado. Jango: Vida e morte no exílio. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SILVA, Juremir Machado. O que pesquisar quer dizer. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e seus efeitos. Coimbra: Edições Minerva, 1999.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs). Dicionário de Política. Brasília: UnB, 1986. p. 94-104.

EDITORIAIS CONSULTADOS

EM DEFESA DA LEI. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2 abr. 1964. p.4.

FUTURO. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. p.5.

O SIGNIFICADO MAIOR DE UMA VITÓRIA. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 abr. 1964. p.3.

PASSADO. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. p.5.

PRESENTE. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. p.5.

VITÓRIA. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. p.1.

DIGITALIZAÇÃO, JORNALISMO HIPERLOCAL E EMPODERAMENTO FEMININO

[ARTIGO]

Angelo Sottovia Aranha
Giovani Vieira Miranda

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A convergência e o hiperlocal podem ser analisados como elementos que impulsionam o desenvolvimento jornalístico nos ambientes digitais possibilitando a valorização do local e o reforço de identidades, que passam a configurar como fonte básica de significado social em contraste ao processo habitual dos mass media. A efetivação desse cenário emergente será observada como possível novo espaço para o reforço da representação feminina e a ampliação de espaços para os processos de empoderamento e compartilhamento de identidades. Para tanto, serão revistas as literaturas sobre os temas apresentados e uma análise do caso observado nos media online de Bauru, cidade do interior paulista.

Palavras-chaves: Jornalismo Hiperlocal. Economia Política da Comunicação. Cultura Digital. Identidade. Feminismo.

Convergence and hyperlocal can be analyzed as elements that drive the journalistic development in the digital environment enabling the development of local and strengthening of identities, bringing the set as a basic source of social meaning in contrast to the usual process of the media. The effectiveness of this emerging scenario is seen as a possible new area for strengthening women's representation and expansion of spaces for empowerment processes and identity sharing. For this, we review the literature on the topics presented and a case analysis observed in online media of Bauru, a city in São Paulo State.

Keywords: Hyperlocal Journalism. Political Economy of Communication. Digital Culture. Identity. Feminism.

Convergencia y hiperlocal pueden analizarse como elementos que impulsan el desarrollo periodístico en el entorno digital que permita el desarrollo de los locales y el fortalecimiento de las identidades, con lo que el conjunto como una fuente básica de significado social, en contraste con el proceso habitual de los medios de comunicación. La eficacia de este escenario que emerge es visto como un posible nuevo área para el fortalecimiento de la representación y la expansión de los espacios para los procesos de empoderamiento y participación de la identidad de la mujer. Para ello, se revisa la literatura sobre los temas presentados y un análisis de casos observados en los medios de comunicación en línea de Bauru, una ciudad en el estado de São Paulo.

Palabras clave: Periodismo hiperlocal. Economía Política de la Comunicación. La cultura digital. Identidad. El feminismo.

INTRODUÇÃO

As mudanças tecnológicas ocorridas no final do século XX e ainda em curso nos primeiros anos do século XXI têm afetado os variados domínios da práxis humana. Esse intervalo valida a principal característica de trazer a “transformação da nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação” (CASTELLS, 2001, p.67). As denominadas novas tecnologias da comunicação e informação aportam para novos modelos de produção, distribuição e consumo de informação amplificada nas mais diferentes plataformas e meios, indo além de meras ferramentas.

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções indústrias sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial (CASTELLS, 2001, p. 68).

Essas tecnologias, empreendem uma nova lógica, na qual a linha tênue emissor>mensagem>receptor e apontam para a consolidação da possibilidade de alteração de determinados padrões de produção e consumo, principalmente, do fato dos consumidores passarem a dispor dos recursos tecnológicos para interferir nos produtos de comunicação midiática. As tecnologias permitem a fruição de conteúdo em tempo real, em qualidade e quantidade antes jamais imaginadas, ao mesmo tempo em que possibilitam a interação, o compartilhamento e a criação de novos conteúdos a partir

daquilo que está sendo consumido. Elas afetam também as relações econômicas, a cultura e as sociabilidades cotidianas, sejam individuais ou coletivas.

O relacionamento das pessoas com a mídia e das indústrias de mídia entre si propiciou a emergência de uma cultura mediada pela convergência (JENKINS, 2008). A ideia de que o antigo paradigma comunicacional baseado no broadcast (um para muitos) está sendo substituído por uma confluência de fenômenos na qual é característico um

fluxo de conteúdos através múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos a ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação que vão a qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam (JENKINS, 2008, p.29).

A digitalização fez com que os processos midiáticos, em geral, passassem por uma alteração, seja no que tange organização dos mercados culturais, quanto às rotinas empresariais, à criação, produção e disponibilização de conteúdos, quanto à relação com os consumidores. Neste sentido, diz Bolaño (2006, p.1):

Ao lado do potencial que tem o desenvolvimento tecnológico, de criação de novas estruturas, mercados, indústrias, trajetórias tecnológicas (concorrência intermídia), há uma série de decorrências que devem ser analisadas, notadamente envolvendo o ingresso de novos agentes relevantes, aliados ou não a outros, não hegemônicos, já presentes em um determinado mercado

21 Digitalização, Jornalismo Hiperlocal e Empoderamento Feminino [EXTRAPRENSA]

ou setor já existente, com potencial de desestabilização (concorrência intramídia).

A convergência tecnológica fez com que ocorressem fusões e acordos entre corporações, gerando novos negócios e, inclusive, provocando a necessidade de convivência entre modelos de gestão. “Enquanto grupos empresariais buscam potencializar seus arquivos, digitalizando-os, atores não hegemônicos tentam, através da digitalização, alterar a arena midiática” (BOLAÑO, 2004, p.2). Nesses dois casos, o conteúdo jornalístico a importante função de atrair e fidelizar o público.

A adoção de novas técnicas e tecnologias de comunicação provocou mudanças nos modos de produção, distribuição e consumo da informação. A informatização inicial dos aparatos de produção de conteúdos em diversos meios, e pouco depois o surgimento da rede, provocou no universo dos meios de comunicação um ciclo longo de transição tecnológica. Com a digitalização, desenvolvem-se novos paradigmas da comunicação que atravessam o jornalismo e obrigam a atividade a repensar-se e a reencontrar o seu caminho.

Nas sociedades informacionais, onde a rede é a característica organizacional central, um novo modelo comunicacional tem vindo a tomar forma. Um modelo comunicacional caracterizado pela fusão da comunicação interpessoal e em massa, ligando audiências, emissores e editores sob uma matriz de media em rede, que vai do jornal aos jogos de vídeo, oferecendo aos seus utilizadores novas mediações e novos papéis (CARDOSO, 2009, p.57).

Nesse ponto, vale destacar o jornalismo como um produto histórico e

resultado de influências econômicas, políticas, tecnológicas e sociais. Sendo assim, tendo sido alterado através do tempo, como produto transversal, adequável às várias mídias, o que o fez passar do impresso para o rádio, depois para a TV e agora para a internet, não esquecendo o jornalismo cinematográfico, para não falar em todo o cinema documentário. A mídia impressa, especificamente, passou, ao longo do tempo, de eminentemente política a empresarial, centrando-se mais na cobertura dos fatos cotidianos e menos interessada no chamado artigo de fundo, voltando-se para públicos mais focados (BOLAÑO, 2006, p.4)

Com a digitalização, ocorreram alterações nas próprias redações jornalísticas, que se reestruturaram para produzir material em tempos de convergência tecnológica de texto-áudio-vídeo, para mais de um dos veículos do conglomerado. Bolaño (2006, p.1) aponta:

Há uma forte flexibilização do trabalho e uma tendência ao apagamento das fronteiras entre as especialidades jornalísticas, com o repórter exercendo, por exemplo, a função de fotógrafo. As atividades próprias do jornalista vão-se, assim, de um modo geral, esvaziando, sendo simplificadas, enquanto outras, antes ligadas a áreas como a informática, ganham relevância e passam a fazer parte das ferramentas intelectuais que o jornalista é obrigado a dominar. O resultado é um amplo processo de desqualificação e re-qualificação, em detrimento do instrumental crítico, anteriormente vinculado à formação desses profissionais.

O jornalismo digital amplia “o rumo atual da flexibilização em geral, que, espraiando-se sobre todos os setores

da vida social, incluindo sociabilidade, política e emprego, chega à produção e consumo comunicacional, imbricando-se tecnologias, formas organizacionais, meios e formas de recepção” (BRITTOS, 2006). Emergem novas formas de apuração dos acontecimentos substituindo as entrevistas pessoais, a possibilidade de acesso a banco de dados e uma disseminação de informações que circulam em espaços virtuais diversos, potencialmente ampliando pautas e fontes. As novas práticas dentro da redação acabam por alterar o conceito de acontecimento e conferem um duplo estatuto para as notícias, porque acarretam mudanças também no processo de transformação. Diante da instantaneidade da informação, a mediação, fundamental ao exercício do jornalismo, é colocada em causa, e os jornalistas, tradicionais mediadores na produção de conteúdos, têm visto o seu papel delido pela facilidade de qualquer pessoa publicar e difundir informações.

Nesse ambiente, a internet assume um papel de protagonista em um contexto da globalização. Ela “é o coração de um novo paradigma sócio técnico, que se constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação” (CASTELLS, 2012, p. 287), ou seja, a internet evidencia a virtualidade, conseguindo transformá-la em realidade, em uma sociedade que, aos poucos, funciona em rede.

Com o funcionamento descentralizado da internet, as informações circulam num fluxo contínuo, que contempla cada vez mais pessoas, a partir de localidades, fato que “reflete a diversidade da humanidade e seu funcionamento descentralizado permite usos e apropriações variadas de vozes - a circulação de diversas vozes” (BARBOSA, 2002, p. 2). O

desenvolvimento de diversas ferramentas de interatividade, capitaneadas pela internet, permitiu a criação de um movimento crescente de usuários ativos, que passaram a rejeitar a condição de consumidores passivos de conteúdos midiáticos, alterado dessa forma, um ecossistema já traçado até então. Diante dessa emergência, algumas tendências parecem se sobressair e merecem ser analisadas para que a compreensão sobre o que está acontecendo seja mais ampla. Os rearranjos dos meios de comunicação tem conduzido remodelações de práticas e modelos de negócios até então estabelecidos e difundidos de forma massiva, inclusive os de âmbito jornalísticos.

Em um ecossistema mediado pelo global (MCLUHAN, 1972), e cada vez mais modificado pelas recentes inovações e avanços tecnológicos, o local ganha destaque.

Para lá das dimensões geográficas, surge um novo tipo de território, que pode ser de base cultural, ideológica, idiomática, de circulação da informação etc. Dimensões como as de familiaridade no campo das identidades histórico-culturais (língua, tradições, valores, religião etc.) e de proximidade de interesses (ideológicos, políticos, de segurança, crenças etc.) são tão importantes quanto às de base física. São elementos propiciadores de elos culturais e laços comunitários que a simples delimitação geográfica pode não ser capaz de conter (PERUZZO, 2005, p. 4). ■

2. HIPERLOCAL POR DEFINIÇÃO

Em um momento quando há uma tendência de homogeneização das identidades globais, de mundialização das culturais e da intensificação dos fluxos informacionais, surge o contraponto, a valorização do local, como se o cidadão buscasse um ponto de produção na qual possa se referenciar e se identificar. Para Camponez (2002, p.20) “o local e o global não são extremos que se opõem, mas espaços que interagem, ainda que de forma desequilibrada”.

Dessa relação dos conceitos, nasce a ideia de “glocal” (LÓPEZ GARCÍA, 2002). A glocalização ressalta a importância do local num contexto global, fazendo-o emergir como afirmação da identidade cultural, de regionalidade, por oposição à massificação e à universalidade. Por sua vez, as cidades e a vida urbana apresentam esta diversidade e esta riqueza de culturas, embora não sejam puras, pois “é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2006, p. 74). Nessa direção, a cidade é percebida “como um palco onde se desenvolve a relação social, a vida social e, mais ainda, um forma que permeia a configuração social e dela participa” (LE MOS, 2011, p. 19) em cenário de comunicação em redes globais caracterizado pela velocidade da informação.

O aparecimento de novas estratégias que procuram favorecer a proximidade se destacam nessa

ambiência. “As possibilidades de hiperlocalização com ênfase em aspectos relacionados com a cidadania, o papel dos media locais e a participação no espaço público têm vindo a conquistar o seu espaço” (BAINES, 2012, p.32). Nesse sentido, mais do que referentes a uma determinada localidade, as notícias na Internet tendem a ser específicas: sobre uma comunidade, um bairro ou uma rua (ZAGO, 2009). Essas ideias compreendem o denominado jornalismo hiperlocal; circunscrito a uma área delimitada, com os conteúdos focados, normalmente, nas vivências daquele local, até porque, na sua grande maioria, vão ser consumidos por indivíduos daquela comunidade. Com as ideias, surgiram algumas iniciativas online, muitas independentes, outras por parte dos media mainstream, que, por sua vez, buscaram atrair novos públicos, estabelecer novas relações com os leitores, criar uma maior proximidade, incentivar a partilha e a colaboração, trocar conhecimentos e descobrir novas histórias.

Apesar do cenário globalizado, Barbosa (2003) lembra que as informações de caráter local também sempre foram de grande relevância para o jornalismo – estão presente, inclusive, dentre os valores-notícia. Entretanto, “o dado novo é que, no jornalismo digital, a estrutura das redes permite novas possibilidades para a geração dos conteúdos locais, ampliando o espaço para a sua veiculação” (BARBOSA, 2003, p. 1).

O modelo de organização das empresas de comunicação tradicionais é financiado pela publicidade, que, ao longo do tempo, vem se pulverizando em novos suportes disponíveis, como a internet, e obriga as empresas tradicionais a se submeterem às exigências comerciais e estratégicas dos grandes monopólios patrocinadores da produção de conteúdo. As redes de interesses que sustentam esse modelo de negócio substituem a pauta

de interesse público pela de interesse do mercado. No caso do jornalismo hiperlocal, a procura de um modelo de negócio rentável constitui um desafio. Os jornais hiperlocais têm a mesma dificuldade dos jornais tradicionais, com a agravante de o número de leitores poder até ser mais reduzido, e consequentemente os anunciantes, e restrito a uma comunidade específica por tratar temas bem localizados. Para a produção e divulgação da informação de interesse público e para a composição do contraditório, os veículos organizados nos moldes do jornalismo de participação, que procuram alternativas de financiamento das suas operações: planeamento, produção, distribuição e fruição.

Castells (1999) aponta para uma nova valorização do local, mostrando que as mudanças em nosso tempo estão fazendo com que as afirmações das identidades se tornem fonte básica de significado social para muitos povos, ou grupos sociais.

As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política característica da década de 90 era a construção da ação social e das políticas em torno de identidades primárias- ou atribuídas, enraizadas na história e geografia, ou recém- construídas, em uma busca ansiosa por significado e espiritualidade. Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracteriza-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. (CASTELLS, 1999, p. 57)

A relação biunívoca, a retroalimentação entre as culturas

locais e os meios de comunicação mídia não é um evento recente. A partir da popularização da imprensa, da publicidade e da fonografia, da radiodifusão, do cinema sonoro e da televisão, a visão que as pessoas passaram a ter delas mesmas, incorporou muitas referências derivadas da comunicação de massa.

Nos contextos da cibercultura, as possibilidades de simbiose repertorial e cultural entre as populações das localidades e das metrópoles mundiais se ampliaram ainda mais, graças à comunicação interativa com alcance global, tanto dos antigos meios analógicos, cujos conteúdos e linguagens são inseridos na internet, quanto pelas trocas de informações e de opiniões entre as comunidades e círculos de relações virtuais, que se desenvolvem continuamente no ciberespaço. Para López García (2008), a comunicação local interpreta a realidade pela ótica dos valores compartilhados e tem contribuído para a personificação de um cenário da comunicação atual, onde a dupla e simultânea tendência do local e do global apresenta novos recursos, cujas referências dos comunicantes são extraídas das duas esferas, que são complementares durante as ações comunicativas. No âmbito do jornalismo digital, o local pode ser compreendido a partir da sobrevivência dos antigos modelos, em sintonia com as apostas e recursos midiáticos dos novos tempos. Nesse ponto,

a informação local do terceiro milênio tem que ser uma informação de qualidade, plural, participativa, imaginativa, que explique o que acontece no âmbito onde está sediado o veículo de comunicação, para quem informa e que narre o que afeta e interessa os habitantes desse território espacial, inclusive, quando se produz fora. A informação local do terceiro milênio deve promover a experimentação e converter os

cenários de proximidade em lugares de comunicação eficiente e lugares de onde possam ser exportadas novas linguagens e formatos para a comunicação mundial (LÓPEZ GARCÍA, 2008, p. 34, tradução dos autores). ■

3. JORNALISMO HIPERLOCAL

Canavilhas (2010) aponta que o ciberjornalismo local poderá ser um projeto para o futuro do jornalismo, desde que os ciberjornais saibam usar as potencialidades e as facilidades que a rede oferece e, que sejam capazes de agregar mais valores coletivos à informação difundida. Para o autor, o novo cenário digital permite mais participação social, melhor controle dos processos de comunicação e maior transparência sobre os assuntos que publica. Pelos apontamentos de Canavilhas, é possível inferir que a internet poderá ser o veículo público que permitirá suprir as carências de registros e de divulgação diários dos fatos e das informações de utilidade pública, nas numerosas cidades desprovidas de produção noticiosa local e que também poderá alcançar em tempo real, todos os domicílios rurais brasileiros. Para que se desenvolvam projetos para uma verdadeira revolução ou democratização jornalística, os jornalistas e estudiosos da comunicação midiática terão que pesquisar e configurar novos modelos para viabilizar profissionalmente e economicamente, organizações noticiosas que atendam as enormes demandas das populações municipais, urbanas e rurais, que hoje são objetivamente preteridas pela grande mídia.

No que diz Bolaño (2005, p.9),

o fundamental é que não se pode falar em uma trajetória do webjornalismo separada da trajetória da internet, esta ainda em fase extremamente jovem, mas na qual o problema do conteúdo se coloca já como crucial. O webjornalismo é parte das possibilidades de solução para esse problema atual da economia política da internet. Um vetor surgido na confluência entre diferentes trajetórias tecnológicas: da imprensa, do rádio, da televisão, do acesso a bancos de dados, das diferentes formas de comunicação interativa, todas remetendo a uma história concreta, que tem na digitalização um momento fundamental de ruptura (BOLAÑO, 2005).

Assim, o jornalismo praticado em âmbito local mediante a digitalização pode servir como ponto de referência e de identificação para culturas locais, e junto com a criatividade, fomentar inovações estruturais do jornalismo e dos processos culturais que dependem de ampla difusão de informações úteis à vida cotidiana das populações dos municípios brasileiros.

Castilho(2011) se refere ao fenômeno como um grande “filão informativo” que descoberto pelos grandes jornais, como um novo nicho mercadológico, uma metodologia de visualização e detalhamento das localidades, que antes era explorada apenas por ativistas sociais e pesquisadores. Ele define essa vertente do jornalismo como aquele destinado a cobertura de comunidades locais, bairros, ruas. Lemos(2011, p.12) aponta o jornalismo digital localizado como uma conjunção de funções pós-massivas e massivas, onde o usuário pode ter informações mais precisas sobre o seu local de interesse a partir de um cruzamento de notícias.

A dimensão hiperlocal no jornalismo (já que ele é sempre local) refere-se, em primeiro lugar, a informações que são oferecidas em função da localização do usuário (sobre o bairro, a rua, etc), e em segundo lugar, pelas características pós-massivas desse novo jornalismo onde qualquer um pode ser produtor de informação. Essa é uma das tendências atuais do jornalismo: vinculação de notícias cruzando diversas fontes, oficiais, profissionais e cidadãos à geolocalização. (LEMOS, 2011, p.3)

A nova prática do jornalismo no contexto da cibercultura é mais um exemplo que ilustra a ampliação da conversação aplicada a uma dimensão mais local “permitindo maior engajamento comunitário e político” (LEMOS, 2011, p.13). O ciberescenário faz com que a colaboração passe a ser fator determinante. Ao mesmo tempo em que jornalistas desenvolvem coberturas cada vez mais rápidas, o consumidor de informação é convidado a participar do relato, enviando todo tipo de conteúdo possível através das redes sociais

[...] o jornalismo passa por uma transformação que transita entre a circulação da informação em tempo real, dinâmica e de grande alcance e a necessidade de adaptar a produção de conteúdo para o público local. De modo geral, o hiperlocal atua em duas frentes: uma editorial e uma comercial. Na primeira, com o surgimento da necessidade do leitor de encontrar aquilo que realmente com facilidade, em uma navegação cada vez mais direcionada (favoritos, RSS, Twitter), os veículos que destacam o trânsito, a segurança ou o time de uma cidade, bairro ou rua, têm chance maior de sucesso. No quesito comercial, o oferecimento de produtos que tenham o foco definido, com potencialidade de criar um relacionamento estreito com o leitor, é um grande atrativo para o anunciante (CARVALHO, Juliano M.; CARVALHO; A.M.G. 2014, p.74).

O antigo formato de jornalismo, seja na produção da notícia ou na sua distribuição, mudou de maneira irreversível com a chegada dos meios digitais. A agilidade, a independência na busca de informações e a troca de conteúdo que ocorre pelos usuários das mídias digitais transformam o jeito antigo do jornalista fazer notícias, mas também transformam o jeito do público receber e interpretar as notícias.

Esse uso das experiências alternativas como laboratório é um traço comum na história das indústrias culturais (BOLAÑO, 2005). De acordo com Zallo (2003), a combinação entre globalização e internet produziu uma geografia própria, que forjou uma nova hierarquia entre os territórios em torno de alguns poucos centros financeiros e de conhecimento que exercem influência sobre os demais – o que recai na relação clássica de dominação entre os grupos ou países mais e menos desenvolvidos. Para o autor, porém, a premissa da globalização, como “todo global”, seria insuficiente para explicar os processos de troca da atualidade, uma vez que existiriam sujeitos sociais atuantes para além de organizações e iniciativas empresariais que atuam no âmbito global, como organismos supranacionais, as culturas e atores sociais carregados de ideologias e estratégias. Assim, reforça-se a tese de que, para além da tendência totalizante da globalização, certas forças sociais, como diversidade cultural e as economias regionais, exerceriam uma espécie de contracorrente à tendência hegemônica, proporcionando a possibilidade de que as mudanças de perspectivas do lugar social e da economia regional ocorram para além da mundialização e da digitalização – permitindo o questionamento acerca do entorno dos indivíduos, seus processos de convivência, constituição de identidades

e construção de bem-estar social. O fenômeno é normalmente considerado, pela Economia Política da Comunicação (EPC), como consequência da dinâmica inovação-estandardização, decorrente da aleatoriedade, característica fundamental das indústrias culturais. A Economia Política da Comunicação oferece essa perspectiva de conjunto da Indústria Cultural e das indústrias culturais particulares nos marcos do capitalismo monopolista e na transição atual do sistema. Em relação ao tema, a ideia de lógicas sociais tem já uma longa tradição, no interior da qual vêm sendo feitos estudos sobre o jornalismo digital (ALBORNOZ, Luiz. 2005). ■

4. O CIBERATIVISMO FEMINISTA

Banón (2013) destaca o caráter híbrido do ciberativismo feminista, que utiliza a internet de diversas formas para divulgar pautas do movimento: canais de vídeos, posts em redes sociais (Facebook), “instalações artísticas na internet que supostamente subvertem estereótipos patriarcais até vídeos que denunciam situações de opressão, ou jogos eletrônicos em que se aprende como se constrói a dominação patriarcal e como desconstrui-la”(BANÓN, 2013, p. 453). A autora também aponta o papel do discurso de empoderamento utilizado pelo grupo, que, segundo ela, afasta vertentes “radicais” que não contribuíam para avanços no debate sobre gênero, tecnologia e igualdade:

El concepto de empoderamiento que se empezó a utilizar de manera importante en la teoría feminista en los ochenta vino precisamente a superar visiones cerradas de entender la identidad, que en definitiva no permitían o volvían estériles las propuestas de transformación conceptual. (BANÓN, 2013, p. 453)

Boix e Miguel (2013) ressaltam que a internet é um espaço que possibilita a continuidade do processo de desidentificação da mulher iniciado pelo movimento feminista nos últimos trinta anos, em que há a necessidade de combater a desigualdade de gênero por meio do rechaço ao conceito tradicional do que deve ser o papel da mulher na sociedade.

Para além das construções teóricas, o fator revolucionário, subversivo, transgressor que permite aspirar a pensar novos cenários parece derivar-se intrinsecamente das possibilidades técnicas do espaço virtual e da rede (BOIX, MIGUEL, 2013, p. 55)

A afirmação vai ao encontro de Castells (2008, p. 211), que defende a “essência do feminismo é a (re)definição do gênero feminino, negando a identidade da mulher conforme definida pelos homens e pela família patriarcal”. ■

“A Economia Política da Comunicação oferece essa perspectiva de conjunto da Indústria Cultural...”

5. HIPERLOCAL: O CASO DO COMITÊ DE COMBATE AO MACHISMO (BAURU)

Localizada na região do Centro-Oeste Paulista, a cidade de Bauru possui uma população majoritariamente feminina:

segundo o censo de 2010 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto a população masculina é de 166.692 habitantes, há 177.347 habitantes mulheres. No entanto, a Delegacia da Mulher da cidade está desativada e os índices de violência contra a população feminina aumentam ao longo dos anos. No manifesto em que oficializa sua fundação, o Comitê de Combate ao Machismo¹ demonstra sua preocupação com esses dados:

Segundo a imprensa local da cidade, nos registros de cem cidades que fazem parte da região de Bauru, o número chega a 200 estupros registrados de janeiro a março deste ano. Um aumento de 27,3% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registrados 157 casos. Isso sem falar nos casos que sequer são registrados, nos casos de assédio moral etc.

O comitê foi criado em setembro de 2013, e é composto por mulheres de vários nichos da sociedade bauruense: estudantes, integrantes de organizações políticas, grêmios e diretórios estudantis, coletivos culturais, moradoras sensibilizadas com os dados alarmantes de machismo e feminicídio na cidade. Além de membros de grupos da comunidade LGBT bauruense. Além

de se reunirem periodicamente, o coletivo possui uma página nas redes sociais (Facebook), onde divulgam informações relacionadas às pautas com as quais trabalham.

A partir da sua criação, o grupo ficou responsável pela organização da edição local das Marchas das Vadias, e no ano de 2015 o evento chegou a sua 3ª edição. Com o tema “A culpa é da vítima”, foi organizada uma semana, entre os dias 1º a 8 de fevereiro de 2015, com palestras, rodas de conversa e intervenções artísticas que culminaram com a Marcha.

Para investigar como a comunicação hiperlocal ocorre na cobertura desse evento, foram analisadas as publicações do Comitê pelo Facebook e as matérias publicadas pelo site do Jornal da Cidade² (JC), principal publicação da cidade de Bauru. Dos sete dias da semana realizada pelo Comitê, saíram apenas três textos no portal do JC. O primeiro foi publicado apenas no dia 5, quatro dias após o início da semana, e em formato de texto opinativo na “Tribuna do Leitor”³, categoria reservada ao público do jornal. O texto é de autoria do próprio comitê e nota-se a preocupação em convocar um evento que seja marcado pelo fim da culpabilização da vítima de abusos, ou o fim das justificativas da violência contra a mulher:

[1] <https://www.facebook.com/ComiteCombateMachismoBauru>

[2] <http://www.jcnet.com.br/>

[3] http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=237481

Através desse evento, buscamos conscientizar a população de que o estupro não é e não pode ser justificado pela roupa que as mulheres usam e nem mesmo pelo horário em que elas estão na rua. O nosso país está em 7º lugar no ranking de violência contra mulheres no mundo. O que significa que a cada dois minutos cinco mulheres são vítimas de violência e a cada 12 segundos uma mulher é estuprada. (Em <<http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=237481>>. Acesso em jun. 2015)

Além disso, o texto resume o que ocorreu nos dias anteriores a sua publicação, como uma forma de preencher a lacuna da ausência de notícias sobre o ocorrido pelo jornal. O evento, que até então não se enquadrava na agenda setting da publicação, deixa de ser um não-acontecimento pelas palavras do próprio público:

Às 17h30 da última segunda-feira, aconteceu um debate, “Feminismo lésbico e feminismo negro”, na Unesp. Na terça-feira, às 19h, houve apresentação do grupo de dança Pavio de Candiero e uma roda de conversa com a temática ‘Empoderamento negro e religião’, liderada pela militante negra Patricia Alves, na praça do Mary Dota. Ontem foi dia da mostra dos curtas-metragens “Acorda Raimundo” e “Vida Maria”, no prédio da Oficina Cultural Glauco Pinto de Moraes, na rua Rio Branco 18-40. Nesta quinta-feira (5), às 11 horas vamos realizar uma intervenção artística no cruzamento da Rua Ruy Barbosa com a Treze de Maio. Já na sexta-feira (6), contamos com a presença das bauruenses para prestigiar a festa Sexta Feminista, que acontecerá no Sindicato dos Bancários, na rua Marcondes Salgado, 4-44, às 19h. Por fim, fecharemos a semana de debates neste sábado, com a III Marcha das Vadias de Bauru. (Em

<<http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=237481>>. Acesso em jun. 2015)

Após a publicação, o tema da Marcha voltou a aparecer no site, dessa vez como notícia. Às vésperas do encerramento da semana, houve uma publicação explicando a origem do movimento da Marcha e sua contextualização dentro da realidade local de Bauru, com dados sobre a violência contra a população brasileira feminina e disparidades nas relações de trabalho na cidade de Bauru. Há uma rápida menção aos eventos que ocorreram durante a semana e que não foram noticiados pelo site anteriormente: “Os temas foram alvos de debates e palestras em eventos culturais realizados pelos organizadores da marcha ao longo da semana.”

A última publicação ocorre após a Marcha, e tem como lide a quantidade de pessoas reunidas, o local onde a manifestação aconteceu e o modo como as participantes demonstraram sua preocupação com o tema:

Muitas de sutiã à mostra e com palavras de ordem pintadas no corpo, mulheres de várias idades tomaram neste sábado (7), por volta das 12h30, as ruas centrais de Bauru, que sediou a 3ª Marcha das Vadias. Também apoiadas por homens, elas exigiram a efetivação de políticas públicas que combatam a violência à mulher, durante a caminhada iniciada da frente da Câmara (Em <<<http://www.jcnet.com.br/Geral/2015/02/marcha-das-vadias-concentra-cerca-de-100-pessoas.html>>> Acesso em jun. 2015)

A reportagem procurou conversar com as participantes, mas deu destaque a alguns episódios que aconteceram durante a Marcha, como um episódio de conflito entre a polícia e as manifestantes sobre o teor das marchinhas entoadas durante o evento:

A organização da 3ª Marcha das Vadias precisou negociar com a Polícia Militar a retirada de uma delas que fazia menção negativa à corporação. Acionados para garantir segurança aos participantes da ato, os policiais pediram que algumas declarações poderiam configurar desacato. (Em <<http://www.jcnet.com.br/Geral/2015/02/marcha-das-vadias-concentra-cerca-de-100-pessoas.html>> Acesso em jun. 2015)

Já o Comitê de Combate ao Machismo utilizou sua página no Facebook para salientar o papel empoderador do evento, ou o potencial de fala e ocupação do espaço público conquistado pelas mulheres. Dessa forma, mais do que divulgar números ou incidentes, a preocupação do movimento estava em utilizar o cibercenário para salientar a identidade das mulheres como agentes de mudanças, de acordo com a estratégia discursiva utilizada pelo ciberfeminismo tal como analisado aqui anteriormente:

Ocupamos as ruas. Cantamos juntas. Batucamos juntas. Marchamos sob o sol, paramos a avenida. Nos enchemos de tintas, frases e cores. Choramos as lágrimas umas das outras. Nos demos as mãos e compreendemos nos abraços colados as coisas que só as mulheres entendem quando se juntam. Juntas nós temos a força de um furacão. Juntas nós somos muito mais fortes. A Marcha acabou. Mas a luta, não acaba nunca. Obrigada à todxs que tornaram

“[...] a preocupação do movimento estava em utilizar o cibercenário para salientar a identidade das mulheres como agentes de mudanças...”

essa Marcha um momento histórico. A América Latina vai ser toda feminista! (Em <<<https://www.facebook.com/ComiteCombateMachismoBauru>>>. Acesso em jun. 2015) ■

ALGUNAS CONSIDERAÇÕES

As mudanças tecnológicas estabelecidas no final do século XX mudaram o ecossistema dos meios de comunicação e tocam, nesse início do século XXI, todos os domínios da vida humana. A “redescoberta” da informação no bairro ou numa região ou a hiperlocalidade acontece não somente pela possibilidade que as tecnologias desenvolveram com o incremento das interações, elas fizeram muito mais ao possibilitarem que a construção de conteúdo venha se tornando verticalizada e, as empresas de comunicação, começam a perceber que não são mais as únicas vozes prósperas nesse meio.

O caso de Bauru é significativo para demonstrar como as comunidades se articulam em situações em que a imprensa local ainda encontra dificuldades para inserir-se dentro das mudanças analisadas pelos autores mencionados. Na ausência de reportagens que divulgassem a semana, o próprio Comitê de Combate ao Machismo enviou um texto ao site comunicando ao público o que, pela publicação, até então, era uma não-notícia, algo que ocorria dentro de uma sociedade que recentemente ganhou uma lei para o feminicídio e dentro de uma cidade cujos dados sobre a violência contra a mulher é de preocupação pública. O papel do Comitê nas redes sociais (Facebook) é o de reafirmar novas identidades ao feminino. ■

[ANGELO SOTTOVIA ARANHA]

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor assistente doutor efetivo do curso de Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Email: angelo.sottovia.aranha@gmail.com

[GIOVANI VIEIRA MIRANDA]

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita filho”. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UNESP de Bauru, bolsista do CNPq, e pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã (Lecotec) da Unesp.

Email: giovani.vieira.miranda@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Luis. Los diarios online de información general: el caso de los grandes periódicos en español. 2005. Tese (Doutorado em Comunicación Audiovisual y Publicidad) – Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo Pós Industrial. Revista de Jornalismo da ESPM, São Paulo, n. 5, p.30-89, abril-junho.2013. Disponível em: <http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_de_Jornalismo_ESPM_5> Acesso em 25. Abr.2015.

BAINES, David. Hyper-local news: A glue to hold rural communities together?, Local Economy, vol. 27 n. 2 152-166, 2012, disponível em: <<http://lec.sagepub.com/content/27/2/152.abstract>>. Acesso em: 29 ago.2015.

BAÑÓN, S.H. Ciberfeminismo: de virtual a político. Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales, 2013, p. 451-461.

BARBOSA, S. A informação de proximidade no jornalismo on-line. Contracampo (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, v. 7, p. 47-64, 2002.

BARBOSA, S. Os conteúdos locais no jornalismo digital. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, MG, set. 2003. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_barbosa_suzana.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015.

BOIX, Montserrat; MIGUEL, Ana de. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSHON, Graciela. Internet em Código Feminino: Teorias e Práticas. Buenos Aires, La Crujía Ediciones, 2013, pp.39-76 [http://www.genderit.org/sites/default/upload/livrogiga_internet_cod_fe_m_ptbr.pdf]. Acesso em: 29 ago.2015.

BOLAÑO, César Ricardo. Indústria cultural, informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2000.

BOLAÑO, César Ricardo. Jornalismo Online: reflexões a partir da Economia Política da Comunicação. Verso e Reverso, São Leopoldo, n. 43, jan.-maio 2006. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=7&s=9&a=60>>. Acesso em: 20 Set. 2015.

BRUNS, A.; WILSON, J.; SAUNDERS, B. Building Spaces for Hyperlocal Citizen Journalism. In: AoIR: Internet Research 9.0, out. 2008, Copenhagen, Dinamarca. Disponível em: <<http://eprints.qut.edu.au/15115/1/15115.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

BRITTOS, Valério. Políticas de comunicação, videodifusão e democracia no Brasil. São Leopoldo: Unisinos, 2006. Mimeografado.

CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo de Proximidade, Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

CARVALHO, Juliano M.; CARVALHO; A.M.G. Do hiperlocal aos insumos criativos: as mutações do jornalismo na contemporaneidade. In: CARVALHO, J.M.; BRONOSKY (Org.) Jornalismo e Convergência. São Paulo, Cultura Acadêmica. 2014. p. 69-87.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (Org.) Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder, 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CASTILHO, C. Jornalismo Hiperlocal ganha adeptos na grande imprensa. Observatório da Imprensa. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/jornalismo-hiperlocal-ganha-adeptos-na-grande-imprensa>> Acesso em 25. abr. 2015.

_____. Jornalismo hiperlocal: luz no fim do túnel. Observatório da Imprensa. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/jornalismo_hiperlocal_luz_no_fim_do_tunel> Acesso 25. abr. 2015.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JENKINS, H. Cultura da Convergência. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEMOS, A. Nova Esfera Conversacional. In: Dimas A Künsch, D.A, da Silveira, S.A, et al. Esfera Pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro. Editora. E-papers, 2009.

LEMOS, C.E.B; PEREIRA, R.M. Jornalismo hiperlocal no contexto multimídia: um relato da experiência do jornal-laboratório Contramão Online. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo, 2011.

LEVY, D. A. L.; NEWMAN, N. Reuters Institute News Report 2014. University of Oxford: Oxford, 2014.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. Artigo apresentado II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação, em abril de 2005. Disponível em: <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf>. Acesso em 15 jun. 2015.

O MODO DE
PRODUÇÃO
JORNALÍSTICO
NA IMPRENSA
DAS CLASSES
TRABALHADORAS:
O CASO DO MST

[ARTIGO]

Alexandre Barbosa

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo pretende trazer um exemplo, a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Brasil, de como as classes trabalhadoras na América Latina organizam o modo de produção jornalístico. Nesta organização, a direção político-ideológica da proposta editorial adota como critérios de noticiabilidade os fatos com valores-notícia que possam atender à proposta de jornalismo integral de Gramsci, ou seja, que auxiliem na formação da conscientização política dos trabalhadores. Apesar dos avanços dos meios digitais, as classes trabalhadores têm dificuldade para manter veículos de comunicação com efetiva contribuição na formação da consciência crítica da classe trabalhadora.

Palavras-chaves: Modo de produção jornalístico. Imprensa das classes trabalhadoras na América Latina. Valores-notícia. Comunicação do MST.

This article intends to give an example, from the experience of the Landless Workers' Movement (MST) of Brazil, of how the working classes in Latin America organize the journalistic mode of production. In this organization, the political-ideological direction of the editorial proposal adopts as categories of newsworthiness the facts with news-values that can attend Gramsci's proposal of integral journalism: that help in the formation of the workers' political awareness. Allthorg the advances of the digital media, the working classes find it difficult to maintain communication vehicles with effective contribution in the formation of critical consciousness of the working class.

En este artículo se pretende traer un ejemplo de la experiencia del Movimiento de los Sin Tierra (MST) en Brasil, de como es posible a la clase obrera en América Latina organizar la producción periodística. En esta organización, el liderazgo político e ideológico de la propuesta editorial adopta los criterios de noticiabilidad hechos con categorías de noticias que están cerca de los conceptos de periodismo integral propuestos por Gramsci: que ayudan en la formación de la conciencia política de los trabajadores. Además de los avances en los medios digitales, las clases trabajadoras tienen problemas para mantener los medios de comunicación con la contribución efectiva en la formación de la conciencia crítica de la clase obrera.

INTRODUÇÃO

Para tentar mostrar como o MST organizou a produção de sua comunicação, este artigo traz os seguintes tópicos: a caracterização do que é a imprensa das classes trabalhadoras, de acordo com autores como Cicilia Peruzzo e Maria Nazareth Ferreira. Em seguida, a partir da análise dos veículos do MST e de depoimento dos integrantes do movimento, serão definidos os conceitos de comunicação para o movimento dos Sem Terra.

Em seguida, o artigo traz as dificuldades das organizações de esquerda de criar veículos de comunicação que possam contribuir, de forma contundente, na formação da consciência crítica das classes trabalhadoras, como apontava Gramsci. Por fim, serão mostradas as tentativas que o MST adotou, no seu jornal voltado para as bases, de construir um modo de produção jornalístico que contribua nesta formação, adotando critérios de noticiabilidade que tenham como valores-notícia aqueles que possam elevar o nível de consciência crítica e formação de identidade. ■

2. A IMPRENSA DAS CLASSES TRABALHADORAS

Os autores que estudam a área da comunicação popular dividem-se entre as nomenclaturas da imprensa feita pelas classes trabalhadoras. Cicilia Peruzzo (2004) entende que esse tipo de comunicação propõe-se a trazer conteúdos alternativos àqueles produzidos pela indústria jornalística. Esses conteúdos teriam direção político-ideológica tanto na proposta editorial, como no modo de organização e estratégias de produção dos veículos.

Peruzzo aponta que, com o passar do tempo, o conceito alternativo ganha diferentes significados: desde os veículos que podem estar ou não ligados a movimentos sociais e às produções de comunidades, passando por publicações alternativas vendidas em banca, até os órgãos comunicativos de sindicatos e partidos políticos. A autora agrupa essas produções em duas classificações: a comunicação popular, alternativa e comunitária, e a imprensa alternativa.

A corrente imprensa alternativa engloba o jornalismo alternativo praticado no contexto dos movimentos populares, ligada a organismos comprometidos com as causas sociais, mas com publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores; a imprensa político-partidária; a imprensa sindical combativa e o jornal alternativo propriamente dito, caracterizado como de informação geral, à semelhança dos diários, semanários ou mensários, porém com abordagem crítica. [...] desse modo, o que caracteriza esse tipo de jornal como alternativo é o

37 O modo de produção jornalístico na imprensa das classes trabalhadoras [EXTRAPRENSA]

fato de representar uma opção como fonte de informação, pela cobertura de temas ausentes da grande mídia e pela abordagem crítica dos conteúdos que oferece. (PERUZZO, 2004, p.132-136)

A comunicação do MST, portanto, pode ser considerada uma experiência de imprensa popular, ligada diretamente ao seu caráter de classe social trabalhadora, logo, proletária, classificada, neste artigo, como imprensa das classes trabalhadoras.

Para Maria Nazareth Ferreira (1990), a história da imprensa das classes trabalhadoras é a história de uma importante manifestação da luta entre a classe trabalhadora e as classes detentoras dos meios de produção. Essa imprensa é a responsável pelo registro da história das classes populares. Sem esse registro, as futuras gerações, ao se basearem apenas na indústria jornalística, não teriam conhecimento das lutas, das discussões, das vitórias e das derrotas nos movimentos sociais. Portanto, a imprensa das classes trabalhadoras pode livrá-las de serem excluídas da história pela historiografia oficial

Como um dos poucos depositários das experiências e vivências das classes subalternas, cabe à imprensa proletária a importante tarefa de documentar a história destes setores da sociedade. As páginas desta imprensa narram a história das derrotas populares, das rebeliões vencidas e dos heróis anônimos sacrificados em nome da coletividade. Nos seus registros [...] é possível a recuperação destas memórias perdidas, propositalmente apagadas, mas autênticas e ricas em ensinamentos, lições a serem

aprendidas. A história recente do Brasil está repleta destes acontecimentos; apagá-los, como faz a historiografia oficial, significa desarmar as classes subalternas de suas realizações históricas, de sua memória, de sua cotidiana resistência (FERREIRA, 1990, p. 6).

Portanto, além de ser mais um instrumento na formação da consciência e elevação do nível crítico, a imprensa proletária acaba por ser o registro da história das classes trabalhadoras. Os movimentos sociais organizados - como o MST, no Brasil; o EZLN, no México; sindicatos, associações de jornalistas e intelectuais; partidos políticos de esquerda e entidades ligadas aos direitos das minorias - desenvolveram meios de comunicação aproveitando as contradições dos instrumentos hegemônicos da própria burguesia.

Porém, se essa imprensa empregar as mesmas práticas de seleção e construção das notícias, estaria condenada a reproduzir os mesmos discursos e a adotar uma lógica mercantil para elevar o índice de audiência.

A lógica da imprensa proletária poderia estabelecer uma guerra de guerrilhas contra a indústria jornalística. Toda guerrilha caracteriza-se pelo enfrentamento de um pequeno grupo fortemente conscientizado contra um exército regular de poderio militar muito maior. Os manuais de guerrilha preconizam que o grupo guerrilheiro só pode vencer o exército regular se a batalha for estabelecida em um campo em que a guerrilha atue com mais liberdade e no qual o exército regular tem dificuldade.

Nessa analogia, a imprensa das classes trabalhadoras poderia estabelecer uma guerra de guerrilhas com a indústria jornalística em um campo de batalha em

que esta não se sinta à vontade, ou seja, na seleção de notícias que escapem aos valores-notícia rotineiros e que, clara e explicitamente, mostrem qual partido defendem. Enquanto a imprensa industrial tenta atingir o maior número de receptores possível, maquiando o noticiário de maneira que ele pareça plural, a imprensa dos trabalhadores pode buscar outro caminho: recheiar seu noticiário de temas polêmicos, adotando abertamente posturas em relação aos fatos que podem interferir no dia a dia das sociedades.

Levar a disputa para o campo dos anúncios e da circulação é estabelecer a batalha com exército regular em campo aberto. A indústria de comunicação especializou-se na arte de ganhar cada vez mais anunciantes, reforçando a ordem capitalista. Quanto mais desigual é a sociedade, mais criativos são os anúncios, maior é a capacidade das agências de publicidade de atrair novos consumidores. Se a imprensa proletária entrar na disputa por publicidade, não só estaria fadada a perder, como só faria perpetuar o capital, perdendo o princípio de valorizar, por meio do seu noticiário, a visão de mundo que defende.

Outro caminho que não o da veiculação de anúncios seria o financiamento ou vinculação por um grupo político ou movimento social que tenha também a comunicação como forma de militância. É o caso do MST, que, no Brasil, promove uma guerra de guerrilha contra a indústria jornalística, como mostra o depoimento de Cácia Cortez, integrante do coletivo de comunicação do MST nos anos 90, em um simpósio organizado pelo Centro de Estudos Latino-americanos sobre Comunicação e Cultura (Celacc):

O MST entende que a Comunicação é um direito universal, é um patrimônio

da humanidade e, como tal, deve ser utilizada. Como a gente luta pela terra, a gente luta pela comunicação, porque a relação do monopólio da terra e do monopólio da comunicação são grandes impedimentos da consolidação da democracia neste continente. Da mesma forma que a terra é um patrimônio da humanidade e tem uma função social, as relações de comunicação devem estar a serviço da maioria da população e devem atender à grande diversidade cultural, histórica e à grande diversidade de relações. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p. 136)

O MST mantém seu próprio veículo de comunicação, o **Jornal Sem Terra**, em circulação ininterrupta desde 1981, que, até a metade dos anos 90, era o instrumento para comunicação tanto para a base como para a sociedade. Não havia, naquele momento, a preocupação do MST em construir duas linguagens diferentes em veículos para dois públicos diferentes.

De acordo com o dirigente nacional do MST, Neuri Rosseto, em janeiro de 1995, o jornal **Folha de S. Paulo** fez uma grande reportagem sobre o movimento, o que deu início a um processo de cobertura que tornou o MST mais conhecido nacionalmente pela sociedade civil, consumidora dos meios de comunicação da indústria jornalística.

Para Rosseto, essa cobertura por parte dos meios de comunicação, que aos poucos foram dando uma abordagem mais negativa às ações do movimento, levou à necessidade de resposta. Os jornalistas que mantinham relações com o MST foram chamados para consulta e uma das propostas foi a criação de outro veículo, com outra linguagem, dessa vez voltado

39 O modo de produção jornalístico na imprensa das classes trabalhadoras [EXTRAPRENSA]

para a sociedade, a **Revista Sem Terra**, que circulou pela primeira vez em 1997 e seguiu até 2010, quando não houve condições financeiras para ser mantida.

A necessidade de criar um veículo para dialogar com a sociedade civil evidencia a dificuldade, principalmente nas duas últimas décadas, da esquerda brasileira de manter um veículo com penetração na classe trabalhadora.

Apesar dos avanços proporcionados pela Internet, que permite a criação de sites, blogs e revistas eletrônicas sem os custos dos veículos impressos e exigências legais de emissoras de rádio e TV, esse meio de comunicação ainda não se mostrou, visão do dirigente do MST, decisivo na formação da consciência crítica da classe trabalhadora.

As redes sociais, que constantemente se renovam no seu formato, contribuem na difusão de determinados temas, algumas vezes até multiplicando o alcance dos veículos da imprensa alternativa. Porém, ainda faltam estudos para mensurar a contribuição desse processo pulverizado de divulgação na formação da consciência crítica.

Nas chamadas mídias clássicas, houve a tentativa, após o Fórum Social Mundial, de 2001, de criar um veículo de comunicação impresso, com venda em banca e assinatura, que pudesse, nas palavras do então diretor da publicação, José Arbex Jr., estabelecer uma guerra de guerrilhas com a indústria jornalística brasileira. Em 2003, entrou em circulação o **Brasil de Fato**, com a pretensão de tornar-se um veículo que pudesse articular as forças de esquerda e que dialogasse com toda a classe

trabalhadora, como aponta a pesquisadora Ana Maria Straube de Assis Moura

O jornal nasceu da necessidade por um canal de comunicação com a sociedade a partir de uma ofensiva lançada pela mídia comercial contra o movimento, em um momento em que as forças repressivas do governo intensificavam suas ações contra os sem terra. Lançado em janeiro de 2003, o Brasil de Fato tinha a perspectiva de se tornar um jornal diário, de massas, que se contrapusesse à grande imprensa comercial e pautasse as questões sociais a partir de uma ótica de esquerda. Pretendia dar voz aos movimentos sociais, levar suas reivindicações à sociedade e debater com a população os termos de um programa de transformações chamado de “Um Projeto Popular para o Brasil”, formulado pelo MST e pelo Movimento Consulta Popular (MOURA, 2009, p.163).

O **Brasil de Fato** foi apoiado por diversos movimentos sociais, mas foi idealizado, principalmente, pelo MST, que necessitava desse diálogo com a sociedade civil, principalmente nos últimos anos, graças ao embate com o discurso do agronegócio. Em 2013, na edição comemorativa dos 10 anos, o jornal comemorava “pequenas vitórias e grandes desafios”

Sobreviver dez anos, como imprensa popular, comprometida com a classe trabalhadora e a visão de esquerda da luta de classes, é, sem dúvida, uma vitória. Um feito fantástico em qualquer país do mundo, ainda mais em tempos de neoliberalismo, hegemonia do capital financeiro e internacional, refluxo do movimento de massas e derrota ideológica das diversas correntes de esquerda na década de 1990. Um feito heróico, que somente foi possível porque ao longo desses anos conseguimos manter uma linha editorial fiel à classe trabalhadora, sem cair no adesismo

40 O modo de produção jornalístico na imprensa das classes trabalhadoras [EXTRAPRENSA]

governamental ou no sectarismo esquerdista, do estilo “todos estão errados, menos nós!” Sobrevivemos graças à fidelidade aos movimentos sociais, populares e sindicais, que lhe deram sustentação política, organizacional e que o utilizaram como instrumento de luta ideológica. Sobrevivemos graças aos milhares de militantes sociais esparramados pelo país, que de forma voluntária, aqui e acolá, o carregam e o utilizam. Sobrevivemos graças a um coletivo de profissionais do jornalismo, em várias áreas, que de forma militante, abnegada, sacrificada, colocou seu trabalho e sua sabedoria a serviço dos trabalhadores, enfrentando todo tipo de dificuldades. (BRASIL DE FATO. **Dez anos de Teimosia!** <Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/11715>>. Acesso em 30 mar 13.)

A própria equipe admite que o jornal não conseguiu atingir o que pretendia, graças a um contexto internacional de descenso dos movimentos sociais

Até agora resistimos teimosamente. Porém estamos longe de nosso sonho, de atuar de maneira mais incisiva na formação da classe trabalhadora e na luta ideológica da sociedade brasileira. Sonhávamos com tiragens massivas semanais, disputar nas bancas e até transformar-se em diário. Não conseguimos. Fomos boicotados de todas as formas. Enfrentamos a luta de classes na prática, com boicote de distribuição, de publicidade e de difusão. **Mas sofremos, sobretudo, pelo longo período histórico de apatia das massas e do refluxo das mobilizações populares,** que poderiam ter retomado com as vitórias eleitorais antineoliberais. Nos enganamos! **Ainda estamos longe do reascenso.** (BRASIL DE FATO. **Dez anos de Teimosia!** <Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/11715>>. Acesso em 30 mar 13. Grifo deste autor)

A sensação de frustração que pode ser sentida na leitura do editorial reflete como o caminho para a construção de um veículo que articule as forças de esquerda ainda não se efetivou. As razões para esses problemas demandam outros estudos mais profundos e específicos de cada veículo. Além do contexto político, há uma grande dificuldade na organização jornalística dos veículos. ■

3. AS DIFICULDADES NO MODO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICO EM VEÍCULOS DA IMPRENSA ALTERNATIVA.

Como muitos jornalistas que atuam nos veículos alternativos tiveram formação (acadêmica, profissional, ou ambas) no modelo de jornalismo da indústria jornalística, há dificuldades em construir um discurso adequado à imprensa das classes trabalhadoras. Foi o caso do Brasil de Fato, como aponta a pesquisadora Ana Maria Straube Moura:

[...] o jornal não consegue atingir camadas amplas da sociedade e nem produzir as reportagens de envergadura nacional que pretendia. Essa mudança significa o abandono das perspectivas de se tornar um jornal diário, concorrente direto dos grandes jornais comerciais, e o direcionamento de seu projeto para algo mais próximo dos movimentos sociais, um jornal que fale para a militância e a subsidie com elementos para formação. [...] Um jornal voltado para os movimentos sociais deve ser feito por eles, a partir de suas demandas, e logicamente, sustentado pelos mesmos. Mas, a fragmentação das forças

41 O modo de produção jornalístico na imprensa das classes trabalhadoras [EXTRAPRENSA]

populares diante das avaliações sobre o governo Lula prejudica a intenção do Brasil de Fato de reunir a esquerda em torno da defesa e viabilização de seu projeto.[...] Diante desse quadro, o jornal é obrigado a rever suas perspectivas e voltar-se para dentro, passando a funcionar cada vez mais para suprir as necessidades dos movimentos que o sustentam, sem conseguir articular novos apoios por conta de seus posicionamentos políticos e adotando cada vez mais em seu conteúdo, pautas e linguagem restritas aos interesses e realidades dos movimentos sociais que o sustentam (MOURA, 2009, p.164-165).

Além dos problemas internos, o Brasil de Fato, que se colocava como um jornal das esquerdas, não conseguiu estabelecer-se como veículo concorrente à indústria jornalística, tal qual seus antecessores, como observa Murilo César Ramos:

o que Gramsci não antecipou foi a rápida e progressiva modificação da imprensa; os jornais de opinião logo perderiam espaço acelerado para os jornais de massa, comerciais, [...] para um rádio e uma televisão igualmente massificados e ainda mais dominados pelo financiamento comercial, atrelado ao consumo capitalista e por conteúdos de lazer catártico tão mais atraentes quanto fossem seus conteúdos ideologicamente alienantes (RAMOS, 2007, p.37).

Para a imprensa das classes trabalhadoras efetivamente exercer papel relevante na construção da contra-hegemonia, ela deveria diferenciar-se radicalmente da indústria jornalística adotando:

a) novo processo de seleção e construção das notícias;

b) oposição ao modelo norte-americano de jornalismo, que não se esconde por trás do mito da objetividade e assume abertamente sua ideologia;

c) linguagem que seja compreensível e que, ao mesmo tempo, encoraje, impulsione e incentive os trabalhadores a seguir na luta, mesmo em momentos de repressão, o que pode ser feito pela incorporação da cultura popular do trabalhador no processo de seleção e construção das notícias.

Essa imprensa –caracterizada, por Gramsci (2010), como imprensa de opinião– constrói o que Octávio Ianni chamou de “hegemonia alternativa, na qual se expressam as classes e os grupos sociais subalternos em luta para realizar sua vontade coletiva nacional-popular, alcançando a soberania” (IANNI, 2000, p.146).

Uma das principais diferenças entre a imprensa das classes trabalhadoras (ou imprensa proletária) e a indústria jornalística é o modo de produção jornalística, desde a seleção até a construção das notícias.

Para marcar o campo em que atua, a imprensa das classes trabalhadoras precisaria fazer seu público receptor compreender que aquele meio de comunicação é radicalmente diferente da imprensa ligada às classes dominantes. Se os meios de comunicação ligados a movimentos sociais, sindicatos, associações ou partidos políticos, utilizarem a mesma forma de seleção e construção de notícias da indústria jornalística, caberia apenas à seleção diferenciada da pauta a percepção, por parte do público, que ali está um veículo com outro projeto editorial e é alternativo aos que normalmente se conhece.

Uma das características da imprensa das classes subalternas é a de adotar, como

categorias de seleção de notícias, o que a indústria jornalística geralmente não adota. No caso da América Latina, entre as categorias de seleção de notícias da imprensa alternativa podem constar: o processo de reparação dos crimes cometidos pelas ditaduras militares nos anos de 1960 e 1970, principalmente sobre os desaparecidos políticos; a luta pela reforma agrária, nos diversos países em que ela não aconteceu; as condições de trabalho no campo e na cidade; as manifestações de preservação do folclore; o debate sobre eventos da história latino-americana, como as revoltas indígenas, o processo de independência, as lutas operárias, como a que resultou no massacre de Santa Maria de Iquique; entre outras pautas. Como afirma Kaplún (2002, p.69): “Lo que para las demás radios no es “noticia”, la vida y la lucha cotidiana de la gente, alimenta nuestro informativo. En lugar de entrevistar a “personajes estrela”, es la gente de a pie la entrevistada”.

Porém, como foi visto, em muitos casos, tanto a indústria jornalística quanto a imprensa alternativa cobrem o mesmo fato. A diferenciação entre os dois modos de produção estaria na abordagem e na construção da notícia.

Caberia à imprensa proletária a tarefa de tirar o fato de sua condição singular e apresentar os contraditórios e a contextualização. Não bastaria apresentar apenas os “dois lados da notícia”, como diz o jargão tradicional da imprensa burguesa. Se os textos são ideológicos, ou seja, são resultado da disputa em torno da produção do sentido, a seleção de um ponto de vista que exclui outro, a abordagem (angulação, ponto de vista) escolhida deve ficar evidente para quem recebe aquela informação.

Para compreender o quadro completo do modo de produção na

imprensa das classes trabalhadoras, recorre-se à teoria da interação das ações proposta por Jorge Pedro Sousa:

I – Ação pessoal. Se as notícias resultam, parcialmente, da história de vida, formação e ideologia do jornalista, na imprensa alternativa, o jornalista não precisa, necessariamente, pertencer ao movimento social ao qual o veículo está ligado, mas seria interessante que compartilhasse da mesma ideologia. Note-se aqui que, em muitos casos, há jornalistas na indústria jornalística que podem estar alinhados ideologicamente à esquerda, mas, diante das sanções e promoções das organizações jornalísticas e das rotinas produtivas, passam a adotar as normas editoriais em detrimento de suas crenças individuais.

No caso da imprensa proletária, além desses jornalistas que compartilhariam ideologias semelhantes, há um trabalho de formação de quadros para produzirem os próprios veículos de comunicação. No caso específico do MST, essa formatação não segue os mesmos conceitos das instituições universitárias brasileiras, que ainda adotam matrizes curriculares alinhadas com as demandas de mercado. Assim, a produção dos veículos do MST tem, além de jornalistas profissionais, militantes formados a partir dos conceitos educacionais do Movimento.

O enunciador das mensagens, como afirma Kaplún, não pode ser entendido apenas como a fonte emissora que transmite somente suas próprias ideias, mas um comunicador com o qual o sujeito coletivo possa se reconhecer e se sentir coautor da mensagem.

Su principal cometido es recoger las experiencias de los destinatarios, seleccionarlás, ordenarlás y organizarlás y, así estructuradas, devolvérselas, de

43 O modo de produção jornalístico na imprensa das classes trabalhadoras [EXTRAPRENSA]

tal modo que ellos puedan hacerlas conscientes, analizarlas y reflexionarlas. (KAPLÚN, 2002, p.74).

II – Ação social. As notícias são resultado das dinâmicas das organizações, e não é porque a imprensa proletária não é produzida por uma indústria que a redação dos veículos não está sujeita à imprevisibilidade dos acontecimentos, como admite a jornalista do **Jornal Sem Terra** nos anos 90, Cácia Cortez:

Infelizmente não dá para por tudo e, às vezes, a gente tem que administrar algumas frustrações porque o repórter popular que foi até lá no campo e achou importante de repente essa reunião dos educadores e na mesma semana ocorre uma ocupação massiva ou caso Rainha, por exemplo, aí a gente tem que levantar alguns critérios. Mas no seu Estado a notícia é divulgada. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.136-137).

Portanto, há também critérios de noticiabilidade na imprensa proletária. A diferença é que essa imprensa poderia adotar categorias de seleção que privilegiassem a história, a memória, a divulgação da cultura popular, a reflexão e a formação de consciência.

Cicilia Peruzzo (2004, p.156-158), ao analisar a prática da comunicação popular, aponta as seguintes características das pautas e produções: a) conteúdo crítico: “julga-se a realidade concreta, local ou mais abrangente, [...] levantando reivindicações, apelando à organização e à mobilização popular, aponta para a necessidade de mudanças”; b) articulação da cultura: “a comunicação popular abre espaços para a transmissão de produtos da cultura e da criatividade presentes na música,

na canção, no desenho, na literatura, na poesia, na dramatização teatral, na medicina popular”; c) reelaboração de valores: “contribui para romper a dicotomia emissor versus receptor; d) formação das identidades: a participação do público contribui para o processo de construção das identidades e valorização da história e da cultura; e) serviço: a comunicação traz benefícios reais para os envolvidos naquele movimento; f) preservação da memória: como também mostrou Maria Nazareth Ferreira (1990), “ao documentar decisões, programas e fatos relacionados com os processos de organização das lutas, registra a história dos segmentos subalternos”; g) conquista da cidadania: o público aprende a

[...] participar politicamente da leitura do bairro e da escola para os filhos, apresentar sua canção e seu desejo de mudança, a denunciar condições indignas, a exigir seus direitos e usufruir da riqueza gerada por todos, [...] a organizar-se e a trabalhar coletivamente. (PERUZZO, 2004, p.158).

Kaplún chama esses critérios de noticiabilidade de “formulação pedagógica da mensagem” que permitem a reflexão

El equipo comunicador debe procurar devolver esos hechos y experiencias que ha recogido, de tal manera que ahora la comunidad pueda verlos con otra perspectiva crítica, analizarlos, discutirlos, reflexionarlos, emitir un juicio, desentrañar las causas del problema que hasta ahora habían estado viviendo y sufriendo como una mera contingencia, sin percibir sus raíces. Nuestra manera de presentar los hechos debe ser problematizadora, suscitar la reflexión. (KAPLÚN, 2002, p.73-74).

III - Ação ideológica. Ao contrário da indústria jornalística, em que, às vezes, o interesse ideológico não é assumido e fica travestido pelo mito da objetividade jornalística, na imprensa proletária, essa ideologia é assumida nas pautas, na redação das manchetes e textos, na angulação das fotos, na definição das editoriais, no relacionamento com o público. Como será visto no Capítulo II, o **Jornal Sem Terra** e as demais publicações do MST sempre têm como protagonista o trabalhador rural, os atingidos por barragens, as populações indígenas, os trabalhadores latino-americanos. Essas são as fontes ouvidas nas reportagens, são eles os entrevistados e é, a partir deles, que a pauta é pensada.

IV - Ação cultural. Se a visão de mundo que condiciona a produção das notícias na indústria jornalística é a do liberalismo burguês, na imprensa das classes proletárias, é a da solidariedade internacional entre os povos e os trabalhadores. Por isso, entre os critérios de noticiabilidade estão não só as lutas inerentes aos movimentos sociais com os quais o veículo de comunicação está atrelado, mas também outras lutas em outros países cuja divulgação e reflexão reforcem esse espírito internacionalista.

V - Ação do meio físico e tecnológico. O desenvolvimento tecnológico favorece muito a imprensa das classes trabalhadoras tanto pela possibilidade de publicar e divulgar materiais no ambiente digital e da Internet, o que pode ter custos menores aos da produção de jornais, como por poder ser alcançado pelos públicos com maior acesso a essas tecnologias. O MST, por exemplo, ocupa todos os meios de comunicação disponíveis, incluindo as redes sociais.

VI - Ação histórica. Jorge Pedro Sousa (2002) entende que, em cada momento histórico, essas cinco ações interagem e é dessa interação que se obtém a resposta

“O desenvolvimento tecnológico favorece muito a imprensa das classes trabalhadoras...”

para a pergunta: por que as notícias são como são? Os veículos da imprensa proletária que conseguiram lograr êxito, ou seja, sobreviveram às repressões e eventuais momentos de descenso dos movimentos sociais, são aqueles que compreenderam que o contexto histórico demandava que os próprios quadros desses movimentos tomassem em suas mãos a tarefa de construir esses veículos de comunicação. Como conta Cortez, ao falar sobre a política de comunicação do MST:

[...] logo cedo a gente entendeu que não podia contar com a mídia, com os meios convencionais também os meios regionais, porque esses são a expressão dos nossos inimigos. A gente decidiu e compreendeu que se a gente quisesse avanços com nossas conquistas, com as novas organizações e com a nossa resistência, nós teríamos também que passar a assumir para nós, o nosso processo de comunicação dos meios de produção, mesmo que a gente não tivesse em 83/84, jornalistas e profissionais da área. [...] Os profissionais de comunicação não eram motivo para impedir que a gente fizesse comunicação, produzisse meios. Para nós, a comunicação não é um apêndice, uma coisa paralela, à parte. Ela faz parte das ações, tanto que no MST, o setor de comunicação é tão importante quando o setor de produção. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.134). ■

4. A ORGANIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DENTRO DO MST

O MST sempre atribuiu grande importância à comunicação e, hoje, ao se estudar sua política de comunicação, pode-se dizer que ela está fundamentada em quatro pilares: I – A comunicação deve auxiliar no processo de organização dos trabalhadores; II – A comunicação deve formar nova consciência, dar novos significados aos conteúdos e, a partir dessa nova visão, impulsionar os trabalhadores para lutar por mudanças na sociedade, o que pode ser estudado a partir do conceito de contra-hegemonia proposto por Antônio Gramsci; III – A comunicação deve também educar e educar para transformar, o que pode ser comparado ao conceito de comunicação educativa de Mario Kaplún (que também pode ser visto em Gramsci); e IV – A comunicação precisa ter sentido e ser compreendida pelo camponês, por isso deve valorizar e incorporar sua cultura popular, o que é feito pela inclusão da mística no processo de seleção e construção das notícias.

“A comunicação deve também educar e educar para transformar...”

Esses quatro pilares foram construídos ao longo da trajetória da construção da política de comunicação e são manifestados em diferentes momentos. Em um deles, por exemplo, durante o estágio de valorização do jornal como instrumento de formação, o próprio **Jornal Sem Terra**, na edição 119, de setembro de 1992, em texto intitulado **Melhorar a Comunicação**, define as funções do jornal e do militante. Entre as funções do jornal estão:

- a) **Informar.** Ao saber das lutas nos estados, os companheiros sentem-se estimulados.
- b) **Formar.** “nosso jornal também quer formar a consciência dos trabalhadores rurais apresentando informações corretas e temas de estudo que possibilitam fazer discussões e unificam o entendimento sobre a realidade brasileira”. Nesse ponto, pode-se dizer que o jornal aproximaria-se do conceito de jornalismo integral de Gramsci (2010);
- c) **Organizar.** “nosso jornal tem ajudado na organização de muitos companheiros”;
- d) **Trocar experiências e dar unidade política ao movimento.** Lenin falava da necessidade de um jornal para toda a nação, ou seja, do caráter nacional da publicação, e o Jornal Sem Terra afirma que “sem unidade política não existem condições para uma organização nacional funcionar, pois esta unidade política se transforma em unidade de ação”.

As funções do militante seriam: a) elaboração das notícias. “Como nosso jornal é popular deve-se aumentar a participação de companheiros que possam ajudar na elaboração das matérias em cada estado, mesmo que sejam pequenas colunas, mas todos nós somos convidados a escrever”; b) distribuição; c) leitura; d) assinaturas. A distribuição e leitura são tarefas dos zeladores do jornal, militantes responsáveis por levar o jornal aos assentamentos e acampamentos e fazer leituras com os vizinhos durante as noites,

comentando ou explicando notícias.

Mais tarde, na conferência ministrada, em 1997, pela jornalista do MST Cácia Cortez, compilada para o livro organizado por Maria Nazareth Ferreira -**Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais** (2007)-, ao falar sobre a construção da política de comunicação do movimento, a militante elenca alguns pontos, além do entendimento que ela deve ser sempre informativa, “porque a carência de dados, de informação, de acesso ao acúmulo de informação, com respeito à própria realidade das famílias camponesas é fundamental” (FERREIRA, 2007, p 135).

Outra característica da comunicação apontada pela militante é que “[...] Ela deve ser uma comunicação no sentido de formar consciência, de construir novas interpretações, novas visões dessa realidade, de construir a revolta”. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.135). Ao atribuir essa importância à comunicação, o discurso da militante aproxima-se ao que Gramsci definia como papel do jornalismo na formação da consciência crítica.

A seguir, Cácia Cortez apresenta outra característica da comunicação do movimento que pode ser compreendida em consonância com o jornal como organizador coletivo definido por Lenin

É uma comunicação que deve ser também organizativa, a gente entende que os meios de comunicação e a produção de informação devem ser da forma que ajude a organizar. A gente não quer só o panfleto para chamar atenção, a gente não quer só o boletim para negociar, a gente também quer os meios para ajudar a organizar. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.135).

A próxima característica da comunicação do MST descrita por Cácia Cortez é a capacidade de ser educativa, portanto, pode ser relacionada à comunicação educativa proposta por Mário Kaplún

Também deve ser uma comunicação educativa, entendendo que a educação não está dentro da sala de aula, não é só a educação formalizada, todas as nossas relações é de comunicação, a construção dos meios, para nós, também é um processo educativo, educativo de quem faz, de quem recebe,[...] construir novos educadores também. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.135).

Finalmente, dentro do conceito leninista de comunicação como propaganda da agitação, Cácia Cortez explica que, para o MST, esse “caráter agitativo” da comunicação deve não só ser compreendido como também deve tocar profundamente na “alma camponesa”, daí a importância do uso da mística

O “agitativo” para nós é comunicação que salienta, valoriza, enaltece os valores positivos da nossa luta, valores humanitários, valores solidários, as nossas poesias, os nossos cantos, as nossas músicas, os nossos “causos”, as nossas histórias. Essa comunicação tem que ser agitada nesse nível, como se balançasse dentro da gente uma série de valores que estão sendo construídos e outros sendo rejeitados. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.135). ■

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de organização que os movimentos sociais e partidos políticos enfrentaram nas últimas décadas na América Latina contribuíram para o MST estruturar sua política de comunicação como instrumento de formação e conscientização política e que, mais do que ser compreendido pelo camponês, que possa ser também um agente catalisador das lutas.

Portanto, o processo de seleção e construção das notícias tem, como principais critérios de noticiabilidade, a incorporação da cultura popular do camponês dentro dos processos de comunicação, pode ser visto pelo que o movimento batizou de mística: momentos de celebração da luta que mexem com os sentimentos dos militantes.

Esse uso da mística colabora para compartilhar, entre os quadros do movimento, os avanços e conquistas dos outros setores estruturantes do movimento: os setores da produção, da comunicação e dos da formação e educação. Na visão do dirigente nacional Neuri Rosseto, são esses setores que fazem o MST manter-se, mesmo em momentos de dificuldade, como as repressões ou recessos dos demais movimentos sociais. A mística colabora com eles, pois auxilia no processo de comunicação, de modo a fazer o camponês não só compreender como também se “emocionar” com o que está sendo dito.

A origem desses momentos de celebração está na ligação inicial do MST com a Teologia da Libertação e a CPT. Ao longo da trajetória, o MST foi se distanciando dessa ligação orgânica com os movimentos religiosos, porém a influência desses rituais permanece e acontece em todos os atos do movimento, desde as reuniões diárias, passando pelos cursos de formação, encontros, congressos e até na produção dos veículos de comunicação, tanto nas plataformas digitais como nos veículos impressos e radiofônicos. ■

[ALEXANDRE BARBOSA]

Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, especialista em jornalismo internacional pela PUC-SP, jornalista pela UMESP. Professor Doutor do CJE-ECA-USP. Professor e coordenador do curso de Jornalismo da Uninove. Pesquisador e professor convidado do Celacc-USP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASIL DE FATO. <disponível em www.brasildefato.com.br>. Acesso em 30 mar 13.

COSTA, Ricardo. Gramsci e o conceito de hegemonia. Cadernos do ICP no. 1. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP, 2011.

DEPOIMENTO de Neuri Rosseto, integrante da Direção Nacional do MST, em 14 de março de 2013.

FERREIRA, Maria Nazareth (org). Cultura e Comunicação: perspectivas para a América Latina. São Paulo: CELACC/ECA, 2007.

FERREIRA, Maria Nazareth. Comunicação e resistência na imprensa proletária. Tese de Livre-docência na Especialidade Cultura Brasileira. São Paulo, 1990. Escola de Comunicação e Artes (ECA) – Universidade de São Paulo.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IANNI, Octávio. Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KAPLÚN, Mario. Una Pedagogía de la Comunicación (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis. Brasil de fato: trajetória, contradições e perspectivas de um jornal popular alternativo. 2009. 185f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. JORNAL SEM TERRA. Porto Alegre /São Paulo. Números 36-316, julho/1984-dezembro/2011.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

RAMOS, Murilo César & SANTOS, Suzy dos. (Orgs.). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da Notícia e do Jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.

JORNALISMO COMUNITÁRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

[ARTIGO]

Luiza Giovancarli

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O jornal comunitário tal qual existiu nas décadas de 1970 e 1980 na zona leste da cidade de São Paulo, com caráter democrático e interesse na participação popular cede espaço a um jornal mercadológico, com pouca participação comunitária. As políticas públicas voltadas para o campo da comunicação podem ser um incentivo a tais práticas vinculadas a uma perspectiva emancipatória dos sujeitos, porém, seus limites podem surgir no aspecto da institucionalização das iniciativas populares bem como em problemas relacionados à dinâmica do Estado. Conclui-se que as políticas voltadas para a comunicação precisam apresentar um caráter menos burocrático e devem estar ligadas a uma real política de democratização dos meios. Além disso, é preciso debater e incentivar as iniciativas de comunicação popular para além da atuação estatal.

Palavras-chaves: Jornal comunitário. Política pública. Democratização da comunicação.

The communitarian newspaper as it exists in the 1970s and 1980s on the east side of São Paulo, with democratic perspective and interest in popular participation gives way to a marketing journal with little community participation. Public policies for communication can be an incentive to such practices linked to an emancipatory perspective of those, however, its limits may arise in institutionalization of the popular initiatives as well as problems related to the dynamics of the state. It concludes that the policies for communication need to present a less bureaucratic character and should be linked to a real media democratization policy. In addition, we need to discuss and encourage popular communication initiatives beyond state action.

Keywords: Communitarian newspaper. Public policy. Democratization of communication.

El periódico comunitario de las décadas de 1970 y 1980 en la región este de la ciudad de São Paulo, con carácter democrático e interesse en la participación popular cede espacio a un periódico comercial, con poca participación comunitaria. Las políticas públicas para el campo de la comunicación pueden ser un incentivo a estas prácticas vinculadas a una perspectiva emancipatoria de los sujetos, pero sus límites pueden surgir en el aspecto de la institucionalización de las iniciativas populares y en problemas relacionados a la dinámica del Estado. Concluimos que las políticas que se vuelven para la comunicación deben presentar un carácter menos burocrático y deben mezclarse a una real política de democratización de los medios. Además, es necesario debater e incentivar las iniciativas de comunicación popular mas allá de la actuación estatal.

Palabras clave: Periódico comunitario. Política pública. Democratización de la comunicación.

INTRODUÇÃO

A comunicação comunitária fortaleceu-se no Brasil a partir da década de 1970, vinculada especialmente aos movimentos sociais e às iniciativas da Igreja Católica (ALLES, 2010). Segundo Peruzzo (1998) foi durante a década de 1980 que a comunicação popular teve seus tempos áureos, ligada majoritariamente aos movimentos sociais. Era uma comunicação que defendia os interesses do povo e estimulava o protagonismo popular; era crítica, reivindicativa e democrática. (ALLES, 2010). A comunicação comunitária, no entanto, foi se transformando ao longo dos anos e as principais temáticas abordadas não se referem mais à mudança da ordem estabelecida e à conscientização política (PERUZZO, 1998).

Neste ponto, é preciso delimitar o que se considera jornalismo comunitário, uma vez que há muita variação na utilização do conceito. Na perspectiva de Dorneles:

Há significativa bibliografia no Brasil e na América Latina sobre Comunicação Comunitária, também chamada de Comunicação Popular, Comunicação Alternativa, Comunicação Participativa, Mídia Comunitária, etc. Estes termos, conceitualmente, confundem-se e não apresentam consenso entre os teóricos. Todavia, a forma mais objetiva de se definir “comunicação comunitária”, que englobaria os outros conceitos, é dizendo que se trata de um tipo de comunicação feita pelo povo e para o povo, com a participação do povo na produção das mensagens (DORNELES, 2006, p. 371).

Neste cenário, tomamos como recorte o exemplo dos diversos chamados

jornais comunitários existentes na zona leste de São Paulo¹ atualmente, que pouco ou nada têm de realmente comunitário. Em levantamento realizado em março de 2015 para a pesquisa da presente autora foram encontrados 25 títulos apenas nesta região, com tiragem de no mínimo 20 mil exemplares cada.

Algumas características dos chamados jornais de bairro, apontados por Dorneles podem ser encontradas nestes jornais “comunitários”, acima mencionados:

Aquele que pertence a uma empresa jornalística, que visa lucro, portanto, tem interesses mercadológicos, comercializa espaço publicitário, dá cobertura aos acontecimentos locais, com a abordagem de assuntos diretamente sintonizados com a realidade local, que em geral não têm espaço na grande mídia, pode ser identificado como um reproduzidor da lógica dos grandes meios de comunicação (...). (DORNELES, 2012, p. 169)

Desta forma, é importante refletir sobre as mudanças conjunturais que acarretaram na diminuição do jornalismo comunitário tal qual existiu nas décadas de 1970 e 1980.

Na revisão de literatura sobre o jornalismo comunitário muito se verifica a importância de se pensar a comunicação com o intuito de mobilização das classes populares nos períodos de maior acirramento das contradições sociais no

[1] O recorte da zona leste de São Paulo foi escolhido para análise do jornal comunitário na pesquisa de Mestrado da presente autora.

Brasil. Há discussões sobre o assunto em um período em que o jornalismo era uma ferramenta de educação popular e conscientização política, mais precisamente nos anos 1980, o que é apontado por FESTA e SILVA, 1986; PERUZZO, 2004; CALLADO e ESTRADA, 1985. Como demonstra Festa, a respeito de uma conjuntura pós-ditadura militar no país:

O Brasil inscreve-se entre os países em que todos os processos de comunicação – de massa, alternativa e popular – mais se desenvolveram nos últimos anos como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo que, ao instalar-se com inovadas formas de acumulação, acirrou os conflitos e as contradições entre os interesses de classe. (FESTA, 1986, p. 10)

Hoje, apesar de os conflitos sociais estarem bastante evidentes, com a crise econômica e política no país² o jornalismo comunitário com intuito de mobilização e participação popular tem pouquíssima expressão. É preciso, no entanto, buscar elementos que apontem as dificuldades do jornalismo comunitário na atualidade, para além da questão da fragilidade do meio impresso em meio à revolução digital, o que pode significar um questionamento sobre o próprio papel do jornalista e sua

relação com a transformação da realidade na sociedade.

É preciso identificar os elementos que mercantilizam a comunicação e a cultura hoje, mas é importante, para além de se fazer tal estudo, romper com a visão apocalíptica de que o jornal comunitário deve desaparecer³. É preciso reconhecer que, ainda que haja dificuldade, as formas alternativas de comunicação que existem precisam ser incentivadas e apoiadas, seja pela sociedade civil seja por políticas públicas, para que voltem a ocupar o espaço importante que já ocuparam. Além disso, precisam ser estudadas no âmbito acadêmico, a fim de entender as mudanças em relação às práticas de jornalismo comunitário no Brasil desde seus tempos áureos até a atualidade. Reconhecer estas ferramentas como importantes para a construção de novas formas de emancipação coletiva é um passo importante para que continuem existindo e sendo instrumentos de maior autonomia dos cidadãos.

No entanto, há desafios no cenário atual que não podem deixar de ser discutidos. Como aponta FESTA (1986), “a experiência brasileira mostra claramente que a comunicação popular e alternativa aparecem, desenvolvem e refluem na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade”. Porém, não é o cenário que observamos atualmente. Um dos pontos que pode ser apontado é a própria dinâmica de mudança proporcionada pela revolução digital. O que vemos, no entanto, é que tampouco nas redes é possível encontrar um número significativo de experiências comunitárias e participativas. Além disso, nas periferias

[2] No ano passado, as contas de todo o setor público (governo, estados, municípios e empresas estatais) registraram o primeiro déficit primário (receitas menos despesas, sem contar juros) anual da história. Em 2014, o déficit primário foi de R\$ 32,53 bilhões, ou 0,63% do PIB. Em 14 de setembro de 2015, o governo federal anunciou um bloqueio adicional de gastos no orçamento de 2016 no valor de R\$ 26 bilhões. Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/governo-anuncia-bloqueio-de-gastos-no-orcamento-de-2016.html>

[3] Segundo Dorneles (2006), no Brasil, em médio prazo, a falta de características de uma produção realmente comunitária acabará por inviabilizar a mídia comunitária assim como está concebida.

da cidade o acesso à internet não é homogêneo⁴, fato que ajuda a questionar se o jornal comunitário não seria uma ferramenta ainda atual na realidade brasileira.

Outra questão a ser avaliada é o próprio envolvimento de jornalistas no processo. Em pesquisa realizada, Abreu aponta a imagem que os profissionais da comunicação que atuaram em uma época de censura dos meios de comunicação, a ditadura militar, tinham de seu trabalho.

É importante assinalar que nossa pesquisa indicou que um número significativo de jornalistas que atuou na imprensa a partir dos anos 1950 tinha um engajamento político e que muitos escolheram a profissão como uma forma de participação política e de intervenção na vida social. (ABREU, 2003, p. 38-39)

Uma das razões, portanto, para o enfraquecimento do jornalismo comunitário pode ser a própria dinâmica da profissão do jornalista, com uma nova geração inserida em um mercado de trabalho altamente competitivo, uma vez que é comum o envolvimento de profissionais da comunicação, seja como estudantes pesquisadores seja como militantes, para incentivar os projetos comunitários.

Fora isso, não podemos deixar de mencionar os próprios limites da

comunicação comunitária quando não dialoga com outras questões estruturais e totalizantes da sociedade, como a necessidade da democratização dos meios de comunicação. É preciso reconhecer que as atuações no âmbito da micropolítica precisam entrar em um debate mais amplo a fim de questionar as estruturas econômicas e sociais, com o sentido de buscar uma efetiva emancipação de sujeitos historicamente oprimidos. Nesse sentido, Moretzsohn (2007) chama também a atenção para o fato de que alguns movimentos sociais ignoram o lugar-comum da “união faz a força” não reconhecendo sua atuação limitada, o que foi identificado por Genro Filho (1987 apud MORETZSOHN, 2007, p. 278) como o “paradigma do artesão”, incapaz de enfrentar a totalidade da dominação imposta pelo capital (MORETZSOHN, 2007, P.278).

Uma questão que vêm galgando espaço nos debates sobre comunicação e cultura são as políticas públicas voltadas para o campo da comunicação, a fim de fomentar iniciativas populares na área comunicacional, uma das formas de reverter este quadro e estimular novas produções de jornal comunitário. Por ser uma questão central nos debates sobre a comunicação comunitária atualmente, o presente artigo tem como foco trazer contribuições a este assunto. ■

[4] Um exemplo pode ser verificado a partir de reportagem do jornal Diário de S. Paulo, de 04 de outubro de 2015, na qual foi verificado que o acesso ao Wi-Fi gratuito colocado em praças públicas é mais comum nas periferias, já que os moradores possuem aparelho celular, mas não têm acesso à internet devido à baixa renda. Como comparação, a média mensal de acesso no M. Boi Mirim, periferia da zona sul da cidade, é de 185.674 acessos enquanto no bairro da Liberdade, região central, são 2.745 acessos.

2. O ESTADO E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

Ao tratar das relações e dificuldades acerca do jornalismo comunitário e as políticas públicas culturais voltadas para a comunicação é importante fazer um resgate de como tais políticas chegaram ao patamar em que se encontram hoje.

Em primeiro lugar, é necessário resgatar alguns pontos centrais das políticas públicas de comunicação, voltadas para a regulamentação do setor. Isso porque no presente artigo trataremos das políticas públicas culturais que ajudam a viabilizar iniciativas de comunicação popular, sem deixar de lado a importância da regulação da mídia. Ou seja, faz-se necessário aqui traçar um breve panorama das políticas públicas de comunicação, uma vez que as práticas culturais que viabilizam processos comunicativos comunitários não podem ser desvinculadas de uma reflexão acerca da regulamentação e democratização da mídia, para que possam subverter a lógica da micropolítica e incidir em um debate amplo sobre o assunto.

A despeito da intransigência dos donos de meios de comunicação, que ao longo da história têm dificultado a regulamentação da comunicação no Brasil, a partir de 1931 os serviços de radiodifusão começaram a ter um forte controle estatal e passaram a contar com leis específicas, como os decretos nº 20.047, de 1931, e nº 21.111, de 1932, promulgados durante o governo de Getúlio Vargas. (AGÊNCIA DE

“De acordo com Murilo Ramos e Suzy dos Santos, entre as décadas de 1930 e 1960 os meios de comunicação de massa começam a ser implantados na América Latina – principalmente no Brasil e na Argentina – seguindo a lógica de “aos amigos tudo; aos inimigos a lei”. “Aos veículos de propriedade do Estado ou às concessões que beneficiavam as correntes políticas governamentais eram destinadas a propaganda política oficial, a renovação das concessões e o incentivo fiscal. Já os meios de comunicação não oficialistas eram tratados com práticas restritivas, como a censura, a cassação ou suspensão das operações e a prisão de profissionais do ramo”, destacam. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 2007, p. 168)

A partir do golpe militar em 1964, consolidava-se como objetivos para as comunicações a promoção da integração e do desenvolvimento nacionais; a difusão da informação, educação e cultura; e a garantia da segurança nacional. Neste período foi também criado o Ministério das Comunicações, em 1967. (PIERANTI; MARTINS, 2008)

Porém, “mantendo o Código Brasileiro de Telecomunicações, promulgado em 1962 – sendo que até hoje é o principal marco regulador da radiodifusão no País, assim como suas regulamentações, os governos militares tinham como objetivo investir em autopromoção e práticas repressivas” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 2007, p.173).

Com a redemocratização e a Constituição de 1988, houve uma esperança de avanços no que se refere à regulamentação da comunicação. As mudanças, porém, não saíram do papel.

A Constituição Federal de 1988 acenou com avanços consideráveis na regulação do conteúdo no Brasil, como, por exemplo, o estímulo à produção independente e regionalizada, a promoção da cultura nacional e regional e as restrições de publicidade ligada a produtos prejudiciais à saúde. A inexistência de uma legislação que regulamente esses dispositivos constitucionais, contudo, acaba por atribuir aos avanços de 1988 o mero papel de postulados teóricos, sem a necessária aplicação. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 2007, p. 176)

Os investimentos feitos durante o regime militar, por sua vez, começaram a ficar defasados a partir de 1990, principalmente no que se refere à infraestrutura de telefonia, setor alvo de mudanças por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso, que dividiu as empresas estatais por regiões e conduziu sua privatização. (PIERANTI; MARTINS, 2008)

Com a mudança de governo, em 2002, e a entrada do Partido dos Trabalhadores na gestão, ainda que houve alguns avanços como o Marco Civil da Internet e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), com muita pressão dos movimentos sociais, há questões ainda não resolvidas no que diz respeito às políticas de comunicação, como às problemáticas decorrentes da convergência tecnológica; da radiodifusão comunitária; das outorgas de rádio e televisão; da expansão da internet como veículo de comunicação, etc. (FNDC, 2009)

Em 2009 foi realizada a primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que contou com a participação de mais de 20 mil pessoas em suas etapas. Porém, das 633 propostas de políticas públicas de

comunicação nada saiu do papel. (FNDC, 2013)

Atualmente, a principal referência legal para a mídia é o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, atualizado pela Lei Geral de Telecomunicações, em 1997⁵. “No entanto, a maioria das normas constitucionais sobre comunicações até hoje não foi regulamentada pelo Congresso”. (CÂMARA NOTÍCIAS, 2015)⁶.

Nota-se, assim, que, por mais que o Estado tenha incidido sobre a regulação de conteúdo e de infraestrutura dos meios de comunicação de massa nas décadas anteriores, ainda não conseguiu estabelecer, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, instâncias efetivamente democráticas de monitoramento e responsabilização da mídia. Via de regra, as poucas tentativas dos diferentes governos nesse sentido têm sido repelidas pelos próprios meios de comunicação, sob a alegação de que essa prática corresponderia à censura. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 2007, p. 178)

[5] Em 1995, quando se iniciou o debate sobre a privatização da telefonia, viu-se a necessidade de modificar o CBT. Mas, por pressão dos radiodifusores, o governo resolveu separar radiodifusão e telecomunicações. Em um momento de convergência tecnológica, o Brasil pegava a contramão. Em 1997, o Código foi retalhado e sobraram só os artigos relativos à rádio e televisão. Fonte: <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/20-pontos-para-democratizar-a-comunicacao-no-brasil/> Acesso em 04 dez. 2015.

[6] No dia 20 de outubro de 2015 ocorreu uma importante vitória com a conclusão da votação do Projeto de Lei 6446/13 pela Câmara dos Deputados “Desde a revogação da Lei de Imprensa, em 2005, deixou de ser garantido no país e, embora esteja previsto no Artigo 5º da Constituição Federal, seu exercício depende da interpretação de um juiz monocrático e não tem prazo ou regras definidas. A matéria ainda voltará ao Senado porque foi alterada (a única emenda aprovada exclui do texto a possibilidade do ofendido exercer pessoalmente o direito no caso de TV ou rádio)”. Disponível em <http://www.fndc.org.br/noticias/aprovacao-do-direito-de-resposta-na-camara-e-avanco-924649/> Acesso em 04 dez. 2015.

Em relação à comunicação popular, é importante ir para além das políticas específicas de comunicação e relacionar o tema com as políticas culturais, que visam fomentar iniciativas regionais e descentralizadas. Um olhar mais atento às produções culturais populares passou a tomar corpo na gestão de Gilberto Gil como ministro da Cultura, período entre 2003 a 2008.

No primeiro ano da gestão do Ministro Gil, foi elaborado um plano de ampla reformulação da estrutura do Minc. Logo de início foram previstas alterações radicais na lei de incentivo. Antes de implementar as mudanças, o Ministério realizou uma série de consultas e fóruns com participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade em geral, onde ficaram evidenciadas tanto as distorções acarretadas pela forma da aplicação da lei, quanto sua extrema importância para o setor artístico-cultural. Estavam abertos os primeiros canais de diálogo entre o Minc e a sociedade civil. (CALABRE, 2007, p. 11)

As mudanças no Ministério da Cultura promoveram uma série de editais para incentivar a produção cultural das periferias, sendo um marco importante o Cultura Viva e os Pontos de Cultura, fato que será abordado mais para frente neste artigo. Este cenário é fundamental para entender a relação entre comunicação e cultura atualmente, por meio dos debates acerca das políticas públicas voltadas para tais iniciativas.

A seguir pretendemos fazer um levantamento de algumas políticas públicas que estão sendo ou devem ser aplicadas para o campo da comunicação popular e trazer uma breve análise sobre

os limites de tais políticas em relação ao problema estrutural da concentração dos meios de comunicação na sociedade. Além disso, buscamos trazer uma reflexão sobre o próprio funcionamento da dinâmica institucional e burocrática do Estado, o que se torna muitas vezes uma dificuldade para a aplicação de políticas públicas culturais mais efetivas. ■

3. COMUNICAÇÃO POPULAR, ATUAÇÃO DO ESTADO E SEUS LIMITES

Como aponta Martín-Barbero:

A comunicação e a cultura constituem hoje um campo primordial de batalha política: o estratégico cenário que exige que a política recupere sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva. (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 15)

Desta forma, os debates acerca da cultura vêm incorporando cada vez mais as questões que envolvem as comunicações.

A problemática da democratização dos meios de comunicação de massa, da diversificação dos conteúdos, da presença massiva de programação estrangeira, da regionalização da produção interna e a desconcentração da propriedade, são questões levantadas, de maneira recorrente, nos espaços de debate nacionais – como ocorreu nas duas conferências nacionais de cultura (em 2005 e 2010) e na Conferência

de Comunicação, ocorrida em 2009. (CALABRE, 2013, p. 344)

Atualmente, há uma forte produção cultural nas periferias de São Paulo vinculada a um crescimento das políticas públicas voltadas a projetos culturais cujos proponentes são a própria população. Com a implementação do programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, em 2004, houve um novo paradigma para a política cultural comunitária, uma vez que os programas passaram a valorizar iniciativas culturais descentralizadas (LIMA, 2013).

Em relação às políticas públicas voltadas especificamente para o campo da comunicação na atualidade, em julho de 2015 foi lançado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) do MinC, o edital de Pontos de Mídia Livre, voltado para iniciativas de comunicação compartilhada e participativa que conta com aporte financeiro de R\$ 600 mil da Secretaria do Audiovisual (SAV) e da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, e que “cederá 50 antenas para conexão com a internet a grupos beneficiados que se encontrem em áreas de baixa conectividade” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015). Há também a expectativa da criação do Programa de Valorização de Iniciativas de Comunicação - Vai Comunica - previsto pelo Projeto de Lei (PL) 564/2013, de autoria do secretário Municipal de Cultura, Nabil Bonduki. O programa tem como objetivo “apoiar financeiramente iniciativas de comunicação com foco informativo ou jornalístico que promovam a diversidade, a transparência e/ou o acesso à informação” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2015).

As políticas culturais apresentadas possuem uma

característica que merece destaque: atuam com o fornecimento de verba pública e contemplam projetos através de editais, que selecionam os projetos culturais por meio de critérios definidos. As políticas públicas culturais são importantes na medida em que se apresentam como fonte de promoção do acesso aos meios de produção, difusão e fruição cultural (LIMA, 2013). Outro fator importante destacado por Lima (2013) é que a partir dos anos 2000 as políticas culturais deixaram de apoiar apenas ao patrimônio e à indústria cultural e passaram a ter uma abordagem mais pluralista, o que as torna ainda mais relevantes atualmente.

Além destes fatores, é uma responsabilidade do Estado assumir o papel de democratizar o acesso a bens culturais bem como fomentar a criação de novas produções culturais descentralizadas. É, aliás, importante destacar que a atuação do Estado não deve ser substituída por outras instituições, preocupadas com lucro, isenção fiscal ou outras formas de benefícios particulares. Como aponta Moretzsohn, é preciso não estimular:

A substituição das políticas públicas pelas ações de voluntariado, apresentadas positivamente como o incentivo e o fortalecimento de laços de solidariedade e o estímulo à iniciativa dos cidadãos que deixariam de aguardar eterna e passivamente pelas providências do Estado e resolveriam substituí-lo, cada um “fazendo a sua parte” – e não, como seria esperável de um efetivo exercício de cidadania, exigindo do Estado o cumprimento de suas responsabilidades. (MORETZSOHN, 2007, p. 273)

Não se trata de exigir uma cultura para as massas, mas sim de incentivar a

democratização da cultura e fortalecer a autonomia e protagonismo de setores historicamente privados de direitos. Ou seja, reconhecer na cultura outros elementos que não sejam os da herança greco-europeia e estabelecer novas formas de enxergar a produção e o consumo cultural das classes populares.

A despeito de seu papel redutor de desigualdades sociais, as políticas públicas de cultura podem apresentar alguns aspectos que precisam ser contrapostos a este seu potencial democratizador, a fim de melhorar a qualidade de tais propostas e criar subsídios para que os próprios coletivos que atuem na área cultural consigam exigir as mudanças necessárias para garantir uma maior efetividade das políticas. Especificamente no foco que abordamos, ou seja, a comunicação, o chamado “jornal comunitário”, tal como definido por Dornelles⁷ vem sendo substituído nas periferias de São Paulo por um jornal com caráter mercadológico. Como também destaca Peruzzo:

Ocorre que muitos meios de comunicação, programas de rádio e televisão ou seções da mídia impressa e online, (que de comunitário não tem quase nada), se autodenominam de comunitários, como forma de angariar a imagem de “ligado à comunidade”

[7] “As matérias produzidas para o jornal devem atender aos anseios e reivindicações da comunidade que, dentro do possível, determinará quais as notícias que devem ser divulgadas pelo jornal, desde que não atendam nenhum interesse pessoal ou partidário. O diretor/ou jornalista do periódico deve, também, participar ativamente de todas as atividades promovidas pela comunidade, ajudando a buscar soluções da forma como se fizer necessária.” (DORNELLES, 2003, p.10)

ou de estar prestando “serviços de interesse da comunidade” (e às vezes o fazem) e assim obter credibilidade local e conseqüentemente o apoio na forma de audiência, participação na programação, anúncios publicitários ou votos quando em época de eleições para cargos de representação política. (PERUZZO, 2003, p. 19)

Além destas questões, relacionadas à produção do jornal comunitário atualmente, é preciso também questionar o próprio papel de institucionalização e burocratização das iniciativas culturais que se contrapõem a este jornalismo mercadológico. Castoriadis aponta que não é possível querer autonomia recusando a revolução das instituições:

A alienação surge pois como instituída, pelo menos como grandemente condicionada pelas instituições (a palavra tomada aqui no sentido mais amplo, compreendendo sobretudo a estrutura das relações reais de produção). E sua relação com as instituições apresenta-se como dupla. Em primeiro lugar, as instituições podem ser, e o são efetivamente, alienantes em seu conteúdo específico. Elas o são enquanto exprimem e sancionam uma estrutura de classe, mais genericamente uma divisão antagônica na sociedade e, concomitantemente, o poder de uma categoria social determinada sobre o conjunto. (CASTORIADIS, 2010, p. 132-133)

A verba e outras formas de apoio fornecidas pelos órgãos governamentais podem auxiliar indivíduos e coletivos que atuem no campo cultural em regiões fora do eixo central. É preciso, porém, apontar alguns limites das políticas públicas, primeiro na questão do abrangimento, uma vez que os contemplados geralmente precisam concorrer a um edital, escrever um projeto, fazer um orçamento entre

outros procedimentos que por si só já excluem parte da população. Fora esta questão, apenas alguns são selecionados e, para estes, é preciso seguir um planejamento de trabalho, o orçamento proposto e realizar prestação de contas, o que muitas vezes cria um entrave para os envolvidos no projeto. Lima, neste sentido, aponta algumas dificuldades na operacionalização das políticas democratizantes:

Tais dificuldades apontam para a compreensão de que o próprio setor estatal não está apto para este tipo de gestão compartilhada, uma vez que a lógica inerente ao uso dos recursos públicos é complexa e os procedimentos exigidos na sua execução são excessivamente burocráticos – o que é agravado, de nossa perspectiva, pela inexistência de instrumentos específicos que regulamentem as relações com as instituições da sociedade civil. Isso está relacionado, por sua vez, à própria lógica burocrática de funcionamento do Estado. (LIMA, 2013, p. 154)

Além destas questões abordadas anteriormente, não é possível deixar de mencionar, em relação às políticas públicas voltadas à comunicação comunitária, a questão da democratização dos meios de comunicação. A cultura não pode ser pensada de forma autônoma, mas sim, ligada a condições materiais dos indivíduos, uma vez que há desigualdade na forma de acesso a outros elementos que não os oferecidos pela indústria cultural⁸. Sem tratar

[8] Segundo informações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em relação ao acesso à cultura no Brasil, “a minoria dos brasileiros frequenta cinema uma vez no ano. Quase todos os brasileiros nunca frequentaram museus ou jamais frequentaram alguma exposição de arte. Mais de 70% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora muitos saiam para dançar. Grande parte dos municípios não possui salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso”.

da questão da concentração da mídia, dos meios de produção e distribuição e dos investimentos do capital financeiro no setor os limites das políticas públicas voltadas para a comunicação popular encontram mais limitações, uma vez que não mexem com questões estruturais.

Castoriadis aponta para o fato de que os procedimentos democráticos são sempre preenchidos pelo caráter oligárquico da estrutura social contemporânea.

No plano dos indivíduos, um novo fechamento está se estabelecendo, tomando a forma de um conformismo generalizado. Considero que estamos vivendo a fase mais conformista da história moderna. Diz-se: todo indivíduo é “livre” – mas, de fato, todos recebem passivamente apenas o sentido que a instituição e o campo social lhes propõem e impõem: o tele-consumo, feito de consumo, de televisão, de consumo simulado via televisão. (CASTORIADIS, 2002, p. 236)

Este artigo não pretende, neste ponto, apresentar uma visão catastrófica e apocalíptica da sociedade e sem alternativas de mudança, mas apenas apontar elementos que sirvam para questionar a realidade na perspectiva de enfrentar os problemas em sua forma estrutural.

Desta forma, podemos afirmar que as políticas públicas voltadas para práticas de comunicação popular encontram barreiras na forma de funcionamento da própria dinâmica estatal, sendo necessário, portanto, pensar em novas formas de realizar uma comunicação feita pela população e para a população. Como aponta Castoriadis (2010) a instauração de uma sociedade auto instituída implica uma destruição da forma de instituição

conhecida da nossa sociedade, além do estabelecimento de novas formas de relação entre os homens e as instituições.

Se a sociedade forma um todo – embora fragmentado, hipercomplexo, enigmático –, assim como a evolução atual da cultura tem uma relação com a inércia e a passividade social e política que caracterizam nosso mundo, assim o renascimento de sua vitalidade, se ele acontecer, será indissociável de um novo grande movimento sócio-histórico que reativará a democracia e lhe dará, ao mesmo tempo, a forma e os conteúdos que o projeto de autonomia exige. (CASTORIADIS, 2002, pág. 238) ■

“Portanto, além da necessidade de facilitar a participação do público, as políticas públicas devem andar junto com uma mudança efetiva no cenário da comunicação no Brasil.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que se encontre dificuldades para sua implementação devido à própria dinâmica de gestão do Estado as políticas públicas voltadas para a comunicação podem ser um importante instrumento de estímulo às iniciativas de comunicação popular como jornais, rádios comunitárias, blogs e outras atividades de caráter participativo e descentralizado. No entanto, é preciso problematizar o fato de que tais políticas podem encontrar barreiras em relação à sua execução, caso não encontrem alternativas menos burocráticas e caso não trabalhem na perspectiva de reduzir a concentração dos meios de comunicação, o que ainda é um entrave para uma real democratização do setor. Portanto, além da necessidade de facilitar a participação do público, as políticas públicas devem andar junto com uma mudança efetiva no cenário da comunicação no Brasil.

Dado que as instituições têm dificuldades de estabelecerem uma relação realmente democrática e participativa, que respeite a autonomia dos indivíduos e coletivos, é preciso incluir na ordem do dia o debate sobre a comunicação popular e como tal processo pode ser desenvolvido sem a dependência do Estado, uma vez que somente as políticas públicas não garantem um cenário de valorização de tais iniciativas na conjuntura atual. É preciso também, dentro deste cenário, discutir o papel do jornalista hoje e sua relação com a profissão e com um projeto de sociedade democrática, dado que tal profissional ocupa um papel relevante nas discussões e práticas de jornalismo alternativo e comunitário. ■

[LUIZA GIOVANCARLI]

Jornalista e mestranda em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Também participa do jornal comunitário “Jornal da Várzea”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. de. Jornalismo Cidadão. In: Estudos Históricos, nº 31. Rio de Janeiro, 2003.

AGÊNCIA de notícias dos direitos da infância, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n2/05.pdf/>. Acesso em 20 set. 2015.

ALLES, N. L. Boca de Rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário. 2010. 229f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Bahia, Faculdade de Comunicação/UFBa, 2007. Disponível em: http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_l_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf/. Acesso em: 21 out 2015.

_____. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. In: Revista Escritos. Nº 7. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

CALLADO, A. A.; ESTRADA, M. I. D. Como se faz um jornal comunitário. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

CÂMARA Municipal de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/blog/programa-vai-comunica-recebe-parecer-favoravel-dos-veredores/>. Acesso em: 31 mar. 2015.

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. As encruzilhadas do labirinto IV. A ascensão da insignificância. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DORNELES, B. O local em destaque: jornais de bairro x cadernos de bairros. In: Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. 9, nº1. Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

_____. Imprensa “engajada” em movimentos comunitários. In: Redes.com, nº 3. Sevilla, 2006.

FESTA, R.; SILVA, E. L. (Orgs.) Comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.

FÓRUM Nacional pela Democratização da Comunicação, 2013. Disponível em:

<http://www.fndc.org.br/publicacoes/manuais/guia-de-mobilizacao-da-lei-da-midia-democratica-194/> Acesso em 22 out. 2015.

-----, 2009.
Disponível em: www.fndc.org.br/download/propostas-do-fndc.../propfndc-final.pdf/
Acesso em 22 out. 2015.

LIMA, L. P. B. Desafios jurídicos e administrativos da política cultural comunitária – um estudo dos Pontos de Cultura no estado de São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos Meios às Mediações. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MINISTÉRIO da Cultura, 2015. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/inscricoes-abertas/-/asset_publisher/kQxYTMokF1Jk/content/diversidade-de-expressoes-e-criterio-para-edital-de-midia-livre/10883/. Acesso em 12 jul. 2015.

MORETZSOHN, S. Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PERUZZO, C. M. K. Mídia Local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. In: Núcleo de Comunicação para a Cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte, 2003.

-----, Mídia Comunitária. In: Comunicação e Sociedade. N. 29. São Bernardo do Campo: UMESP, 1998.

PIERANTI, O. P.; MARTINS, P. E. M. Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão. In: Revista de Administração Pública. v. 42 N° 2. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

UNESCO, 2015. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/culture-and-development/access-to-culture/>. Acesso em 12 jul. 2015.

DESLOCAMENTOS NA
METODOLOGIA DOS USOS
SOCIAIS PARA O ESTUDO
DE MEIOS LIVRES E
COMUNITÁRIOS:
O CASO DA PESQUISA
SOBRE A RÁDIO
MEXICANA FRECUENCIA
LIBRE

[ARTIGO]

Ismar Capistrano Costa Filho
Ângela Cristina Salgueiro Marques

[RESUMO ABSTRACT]

Este artigo apresenta os deslocamentos realizados para aplicar a proposta teórico-metodológica dos usos sociais dos meios de Jesus Martín-Barbero no estudo da Frecuencia Libre, rádio livre da cidade de San Cristóbal de Las Casas, em Chiapas, México, do coletivo homônimo aderente ao movimento zapatista. As lógicas de mercado foram ampliadas para lógicas de produção a fim de dar conta das subversões ao sistema legal de radiodifusão e das resistências ao modelo comercial da emissora investigada. Os formatos industriais foram deslocados para formatos dos meios para analisar as rupturas ao padrão tradicional de rádio. Para compreender as matrizes culturais, o método dos endereçamentos, proposto por John Hartley, foi utilizado e os sentidos culturais dos mundos possíveis de Jesus Galindo Cáceres possibilitou entender as competências da recepção.

Palavras-chaves: : Usos sociais dos meios. Rádio livre. Rádio comunitária. Zapatismo, Frecuencia Libre.

This article presents the dislocation to apply in the methodology of the social uses of the media of Jesus Martin-Barbero in the study of Frecuencia Libre, free radio station in the city of San Cristobal de Las Casas, Chiapas, Mexico, belonging of namesake collective, adherents to Zapatista movement. The market logic were extended to the production logic because of the subversions to legal broadcasting system and resistance to business model in this station. Industrial formats were moved to media formats to analyze disruptions to traditional radio standard. To understand the cultural matrixes, the method of addressing, proposed by John Hartley, was used and the cultural sense of possible worlds by Jesus Galindo Cáceres possible to understand the reception competence.

Keywords: Social uses of the media. Free radio. Community radio. Zapatismo. Frecuencia Libre.

INTRODUÇÃO

O modelo teórico-metodológico dos usos sociais de Martín-Barbero (1998) propõe uma análise que desloca o estudo dos meios para a análise da comunicação como prática cultural.

Para isso, articula matrizes culturais, lógicas de produção, formatos industriais e competência de recepção a fim de compreender as institucionalidades, tecnicidades, ritualidades e socialidades dos meios. Na minha tese de doutorado “Usos sociais das rádios zapatistas¹: o mapa noturno da autonomia nas mediações comunicativas da cultura” (COSTA FILHO, 2016), para dar conta de emissoras livres e comunitárias, em região de conflito armado, foi necessário ampliar os operadores conceituais lógicas de produção para lógicas de resistência e de formatos industriais para formatos dos meios e definir as competências de recepção nos sentidos culturais dos mundos possíveis. Esta construção metodológica, a partir do campo, não só atualiza a proposta de Martín-Barbero (1998), como adapta o modelo para os estudos de meios não comerciais. Este artigo possui o objetivo de apresentar a trajetória desta construção metodológica, definindo inicialmente os meios livres e comunitários para em seguida apresentar as emissoras pesquisadas, os métodos e estes deslocamentos mencionados.

[1] Por rádios zapatistas, compreendo emissoras pertencentes, aderentes ou que dedicam programas para dar voz a este movimento que teve sua primeira aparição pública em 1º de janeiro de 1994 quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ocupou sete municípios do Estado de Chiapas e declarou de guerra contra o Exército Mexicano. A organização formada por indígenas descendentes de mayas e omelcas e estudantes e professores

1. RECORTES E PROBLEMAS

Meios livres e comunitários são, conforme John Downing (2001), Cicilia Peruzzo (2007) e Raquel Paiva (2007), caracterizados por, ao menos, três rupturas com o modelo de comunicação comercial predominante. A primeira se encontra na sustentabilidade e legalidade. São emissoras de rádio, vídeos, impressos e páginas e publicações na internet que, diferente dos meios comerciais, não buscam lucratividade nem priorizam a obter reconhecimento legal. A segunda ruptura está na organização de propriedade coletiva, que busca desenvolver processos de gestão e produção participativa e horizontal. A comunicação comunitária se caracteriza por imergir da organização de grupos com um projeto em comum, laços de pertencimento, frequência de encontros e instrumentos de mobilização e comunicação. A terceira se localiza no

universitários sobreviventes do massacre de Tlatelolco de 1968 exigiram, através da 1ª Declaração da Selva Lacandona, terra, liberdade, justiça, igualdade, educação, saúde, democracia, moradia, alimentação, independência e paz. Dado a pressões internacionais e mobilizações da sociedade civil de todo o México, o Governo fez, em 1995, um cessar-fogo unilateral e as negociações foram coordenadas pela Comissão Nacional de Intermediação (Conai) do Congresso Nacional e da Comissão de Pacificação e Concórdia (Copaco) que deram origem ao Acordo de Paz de San Andrés, descumprido pelo Governo, com a aprovação do Estatuto Nacional Indígena que contraria as disposições de autonomia das comunidades indígenas pactadas no Acordo. O movimento atualmente organiza-se em comunidades que ocupam cerca 70 mil hectares do território chiapaneco e possuem seu próprio sistema justiça, de educação, de saúde, de comunicação e de governo, baseado nas decisões de assembleias locais, articuladas regionalmente nas Juntas de Bom Governo, sediadas em cinco departamentos territoriais chamados de Caracóis.

conteúdo produzido que possibilita romper com padrões predominantes nas produções dos conglomerados dando voz aos excluídos destes.

A proposta teórico-metodológica de Martín-Barbero (1998) se adéqua ao estudo deste fenômeno não só porque olha para as contradições latino-americanas marcantes na organização destes meios, mas porque orienta o deslocamento do estudo dos meios para a comunicação, compreendida como mediações de práticas culturais. Não importa somente o estudo da emissão-meio-recepção, mas todo o contexto que envolve este processo, como matrizes culturais, formatos, temporalidades, apropriações, reconfigurações, formatos, gêneros, instituições e sentidos. Como lembra Guillermo Orozco (1996), assistir TV começa antes de ligar e termina depois de desligar o aparelho. Assim, é necessário analisar todo o trânsito dos significados e textos nos diversos lugares, tempos e sujeitos envolvidos.

Por isso, minha pesquisa de doutorado sobre as rádios zapatistas, emissoras excluídas do sistema legal e comercial de radiodifusão mexicano, elegeu esta proposta para guiar o estudo. Esta investigação iniciada em março de 2012 e concluída em janeiro de 2016 contou com quatro imersões a campo, no Estado de Chiapas, sudoeste mexicano em julho de 2013, janeiro e julho de 2014 e julho a dezembro de 2015. Nestas oportunidades, não só os dados foram colhidos como os métodos escolhidos com a finalidade compreender: quais os usos das emissoras zapatistas na construção da autonomia? Como as comunidades e coletivos configuram estes meios? Quais formatos e temporalidades destas emissoras? Como os receptores se

apropriam destas rádios?

A pesquisa recortou em duas emissoras: a *Radio Rebelde* e a *Frecuencia Libre*. A primeira pertence às comunidades zapatistas do Caracol Resistência e Rebelia pela Humanidade, transmitindo desde 2004, na localidade de Oventic, cerca de 40 km de San Cristóbal de Las Casas, base desta investigação. Já a segunda pertence ao coletivo homônimo, formado por representantes de ONGs, coletivos e militantes políticos e culturais, transmitindo desde 2002 na cidade de San Cristóbal de Las Casas. A escolha destas duas emissoras se deu por três motivos: ser sintonizada na base da pesquisa, localizar ouvintes disponíveis para entrevista e possuir conteúdo sobre o zapatismo na programação. Este artigo recorta, por limitações de espaço, somente parte análise da segunda estação, que inclui sua trajetória, suas lógicas de resistência, os endereçamentos de alguns programas e os sentidos culturais de alguns ouvintes. ■

2. MÉTODOS NOS USOS SOCIAIS

Os métodos articulados para realizar esta pesquisa foram escolhidos a partir da necessidade de campo. A pesquisa bibliográfica não só buscou referências para compreender o fenômeno zapatista e a luta por autonomia (CECEÑA et al, 2011; DEE HER, 2005; CASANOVA, 2001; GENARI, 2002), a política agonística (MOUFFE, 1990; LACLAU, 2004; CASTORIADIS, 2006) e o rádio livre e comunitário (MACHADO et al, 1987; DOWNING, 2001; PERUZZO, 2004; PAIVA, 2007; OLIVEIRA, 2007), mas também possibilitou uma arqueologia da teoria dos usos sociais, encontrando as definições de matrizes culturais (SUNKEL,

1987), temporalidades sociais (LE GOFF, 1992; NUNES, 1993), *sensorium* (ONG, 1993; BENJAMIN, 1994), formas culturais (WILLIAMS, 2009), apropriações (DE CERTEAU, 1994; DRUETTA, 2013) e sentidos da recepção (GALINDO CÁCERES, 1997) e aplicação da metodologia em outras pesquisas (RONSINI, 2012; JACKS, 2008 e 2014; JONH, 2014). Muitas informações necessárias para ampliar a compreensão dos objetos investigados necessitaram também de pesquisa em documentos como manuais da Amarc e do Centro de Medios Libres e páginas na Internet de movimentos sociais (Promedios, Rádio Insurgente, Koman Illel, Enlace Zapatista) e notícias de periódicos como *La Jornada* e *Proceso* que priorizam a cobertura destes fatos.

A etnografia foi outra aposta desta pesquisa, pois ao olhar as práticas culturais no entorno e dentro das rádios zapatistas, era necessário uma observação atenta e uma descrição profunda destes contextos. Entretanto, como a pesquisa não visa especificamente a compreensão das culturas dos receptores e produtores destas emissoras - nem possuía competência para tal -, desloquei o olhar para exploração de inspiração etnográfica (BARROS, 2008; OLIVEIRA, 2014) com a finalidade de compreender alguns elementos do contexto sociocultural a partir de uma visão de alteridade, na qual fossem enxergados não só estruturas e regularidades, mas a diversidade dissonante dos comportamentos, costumes e vivências.

Este tipo de exploração também guiou não só a observação de cada detalhe vivenciado como a apreensão em diário de campo que alargou as possibilidades da memória destas experiências. As entrevistas também ganharam esta inspiração etnográfica,

buscando compreender as relações de intersubjetividades que formam e transformam as culturas. Desta maneira, o diálogo entre pesquisador e entrevistados foi aberto com poucas questões preestabelecidas priorizando escutar os significados e as versões construídas pelos ouvintes e produtores das emissoras e pelos militantes políticos e intelectuais. As entrevistas aconteceram em quatro etapas. Na primeira imersão, em julho de 2013, foram entrevistados os militantes e intelectuais da região para contextualizar o fenômeno investigado. Na segunda, em janeiro de 2014, conversei com ouvintes na comunidade autônoma San Isidro de La Libertad para compreender seus sentidos e apropriações da emissora. Já os receptores da cidade de San Cristóbal de Las Casas foram entrevistados com este mesmo fim em julho de 2014, e os produtores da *Frecuencia Libre* em julho e agosto de 2015 contaram o processo de elaboração e transmissão de seus programas, seu histórico com meios livres e suas relações políticas nos coletivos da emissora e em outros movimentos. Conversei também sobre a história da vida dos ouvintes a fim de conectar a escuta do rádio a suas trajetórias pessoais na comunidade. Não cheguei a construir uma história oral de vida porque não era o objetivo da pesquisa, mas obtive relatos da história de vida que possibilitaram a compreensão dos sentidos da audiência.

A inspiração etnográfica também afetou a análise da programação das emissoras. Escutei a *Frecuencia Libre* em julho e agosto de 2015. Esta escuta, sempre que possível era gravada e descrita no diário de campo para selecionar as emissões com conteúdos diversos e marcantes que pudessem ser transcritos e utilizados mais detalhadamente na análise que foi baseada nos endereçamentos (GOMES, 2005; ELLSWORTH, 2001; MORLEY, 1990; MARQUES&ROCHA,

2006; NATANSCHN, 2006; BERKIN, 2000; HARTLEY, 2000) da rádio para salientar a impossibilidade de desassociar o processo de emissão-recepção. Assim, os conteúdos da emissora são percebidos a partir de suas interpelações para a audiência, incluindo, conforme propõe o método Hartley (2000), ainda os mediadores (locutores, comentaristas, repórteres...), temática (assuntos abordados), papel social (expectativa criada junto à audiência), recursos técnicos (efeitos sonoros, trilhas, vinhetas, blocos e intervalos), linguagem radiofônica (oralidade), texto verbal (interpelações diretas à audiência).■

3. DAS LÓGICAS DE PRODUÇÃO PARA LÓGICAS RESISTÊNCIAS

Martín-Barbero (1998) define as lógicas de produção, de acordo com Nilda Jacks (2008, p. 35), em “(...) duas ordens contrapostas: o regime estatal, que concebe os meios como serviço público, e o regime de mercado, que converte a liberdade de expressão em comércio”. Conforme Veneza Ronsini (2012), neste aspecto deve-se considerar também as questões da mundialização da cultura e da crise das instituições. Assim, se faz necessário colocar nesta relação entre privado e público a internacionalização da economia que enfraquece não só as fronteiras e os mercados locais, mas também o poder estatal por sua carência de legitimidade, seja o enfraquecimento de sua atuação social seja por sua submissão a interesses

econômicos empresariais. Para olhar a realidade da *Frecuencia Libre*, transformei o conceito de “lógicas de produção” para “lógicas de resistência”, a fim de dar conta das contradições sociais, marginalizações e subversões a este mercado e à política de regulamentação, gestados não só pela exclusão social dos povos originários e pobres da região, mas também pelas organizações e lutas por transformações sociais. No caso específico da rádio pesquisada, como emissora não autorizada pelo poder estatal, analiso ainda as tensões entre a oposição e a perseguição, o voluntariado e a sustentabilidade, a autonomia e a política governamental e os conceitos e as práticas dos meios livres e comunitários. A partir de um olhar histórico-estrutural proposta por Enrique Ruiz (2000), resgatei a trajetória da estação, buscando não só os elementos políticos, culturais, econômicos e sociais, mas as contradições, brechas e fissuras dessa história.

A história da *Frecuencia Libre* revela que a emissora começou, em março de 2002, como um projeto de um grupo que, por vários motivos, entre estes comerciais, queriam implantar a primeira rádio FM em San Cristóbal de Las Casas. A apresentação, segundo Leonardo Toledo, jornalista e produtor do programa “Debate Cultural”, foi através de um ato público na Praça da Catedral e folhetos e cartazes foram distribuídos pela cidade. “O que causou um grande frisson, pois era a primeira FM do município”². Os fundadores, no entanto, não produziam os programas, que foram distribuídos para diferentes pessoas que faziam por diversos objetivos. Para tentar aproximar a gestão da produção, dois locutores, entre eles Gabriel Garcia entrevistado por esta pesquisa, foram convidados para fazer parte da reunião

[2] Entrevista com Leonardo Toledo concedida em 23 de julho de 2013, em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre.

dos mantenedores que logo tiveram seu primeiro dissenso sobre a veiculação ou não de propagandas na emissora. Na falta de um acordo, um dos fundadores, conhecido como *Pájaro Loco*, que tinha feito o transmissor quis sair da emissora e levar o aparelho consigo. Então veio a primeira decisão de independência da rádio: o grupo comprou o transmissor, através de cotização entre fundadores, locutores e rifas com os ouvintes.

Não passaram nem quatro meses, para chegar a fiscalização da Secretaria Nacional de Comunicações e Transportes e uma demanda judicial contra a *Frecuencia Libre* por radiodifusão sem prévia autorização e por concorrência desleal. A população, convocada pelo apresentador do horário, fez uma corrente que impediu a ação de fechamento da emissora pelos agentes federais, mas o processo seguiu na Justiça. E à medida que os mantenedores eram intimados para depor, saíam da rádio até restar, antes da estação completar um ano, somente os locutores. Eles decidiram formar um coletivo no qual todos que produziam os programas e cooperavam com a manutenção podiam participar equanimemente. Quem apresenta programa e não se associa ao coletivo dá uma contribuição em trabalho ou dinheiro. O trabalho é voluntário, não há anúncios publicitários, sendo vetado o financiamento de governos ou ONGs. Toda a sustentabilidade financeira é proporcionada pela doação dos próprios produtores da emissora. Até hoje prevalece esta organização que subverte a lógica do mercado dos meios comerciais. A falta de legalização não é uma negação do Estado, mas uma decisão do coletivo de opor-se a necessidade de prévia autorização. Mesmo existindo hoje no México previsão legal para rádios de uso social³, o coletivo recusa, até o momento, solicitar a permissão

legal e resiste como uma rádio livre com uma gestão de comunitária, na qual há participação não só nas mensagens, produção (como será apresentado no item 3), mas na administração, criando laços de pertencimento em torno do projeto comum de manter a emissora no ar como independente dos poderes políticos e econômicos hegemônicos.

A fim de fugir da perseguição, durante 2 anos, a estação refugiou-se nas casas dos locutores. A itinerância trouxe três consequências. Primeiro, a rádio se aproximou dos moradores das periferias de San Cristóbal de Las Casas, onde ficou sediada, tornando-a mais popular. A segunda foi os constantes danos à aparelhagem. De acordo com Garcia, neste período, pelo menos, três transmissores foram queimados devido as improvisadas instalações. O que ocasionou longos períodos fora do ar até os membros se cotizarem e comprarem novos equipamentos. Isso levou à terceira consequência, vários locutores desistiram de seus programas pela irregularidade da transmissão, tornando a programação mutante e dando oportunidade para novos produtores e conteúdos.

Somente quando se abrigou num local considerado protegido das ameaças da fiscalização, no Centro Histórico de San Cristóbal de Las Casas, onde se situam várias cooperativas, escritórios

[3] Conforme a *Ley Federal de Telecomunicaciones e Radiodifusión* de julho de 2014, há quatro tipos de autorizações para transmitir os sinais radiofônicos, chamadas de outorgas: as concessões para uso comercial, para uso público (órgãos governamentais), para uso privado (experimentos, testes e comunicação direta limitada) e para uso social (entidades comunitárias e povos indígenas).

e lojas dos zapatistas e de aderentes, a rádio passou a ter uma localização fixa. Não só pela nova sede, mas também pela ativa participação de aderentes e simpatizantes do zapatismo, o coletivo se tornou aderente à Sexta Declaração da Selva Lacandona do EZLN⁴, mas a rádio não. Segundo Garcia, “a rádio é mais aberta pois podem fazer programas pessoas e grupos não aderentes”⁵. No coletivo e na programação, há principalmente dois grupos: militantes políticos aderentes ou simpatizantes do zapatismo e produtores culturais, interessados em promover uma arte alternativa ao modelo comercial das indústrias culturais.

Perceber-se que as lógicas de produção da *Frecuencia Libre* se caracterizam, ao invés de lógica de mercado, como resistências, compreendidas, segundo Martín-Barbero (2004), como experiências de reelaboração dos meios pelos oprimidos. A primeira resistência está nas táticas de existir mesmo em situações de perseguição pela falta de autorização do poder estatal, como buscar abrigo em locais protegidos, escondidos ou mudar constantemente de endereço. São saídas encontradas para conviver com estas condições. Em seguida, há uma resistência contra as ameaças, seja da guerrilha eletrônica de interferir nos canais seja do ataque, da espionagem e da sabotagem. Para isso, a emissora opta por um relativo isolamento dos grupos e pessoas desconhecidas. Ao mesmo tempo que a rádio se fecha por questões de segurança, seu conteúdo

busca irradiar uma mensagem de inclusão da diversidade.

Outra resistência localiza-se na contraposição à lógica de mercado predominante, baseada na audiência e na venda publicitária que permeia não só os espaços exclusivos, mas o próprio conteúdo editorial dos meios massivos. Ao invés de articulações com os grupos econômicos e políticos para o desenvolvimento da emissora, a *Frecuencia Libre* busca a solidariedade para sobreviver. Além do trabalho voluntário para manter-se, a rádio conta com o apoio de pessoas e coletivos, como o Centro de Mídia Independente (CMI), o Koman I’lel e o Promedios. Este último conseguiu a doação do transmissor por ativistas ingleses, que mandaram as peças do mesmo separadas, para evitar apreensão, através de um navio mercante da Europa ao México. Ainda assim, a emissora sofre constantemente com problemas técnicos e financeiros. A *Frecuencia Libre* já chegou a ficar seis meses fora do ar por defeito no transmissor em 2003 e, pelo menos, mais outras cinco vezes ao longo de sua história. A emissora nem sempre consegue iniciar sua transmissão às 9 horas porque o voluntário responsável de ligar os equipamentos, por vezes, está impossibilitado dado que necessita realizar, no horário, outras atividades remuneradas para seu sustento. Atrasos, faltas e problemas técnicos (como dificuldades em veicular uma música ou o som do telefone ou microfones) são comuns na programação das emissoras. Damaso explica a situação pelas limitações de fazer uma rádio livre sem apoio de comerciais.

Não fazemos comerciais. Não vendemos programas, não fazemos negócio. Então os companheiros que fazem seus programas de seu próprio bolso (...) quando se quebra algum equipamento passamos dois a três meses sem transmitir porque nos custa juntar do salário que temos (...). Então as pessoas que fazem a 99.1 a fazem por amor. Por

[4] Entrevista com Gabriel Garcia concedida em 19 de agosto de 2015, em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre.

[5] Idem.

amor às pessoas, por amor do que gostam de fazer.⁶

Além das dificuldades econômicas, Noé aponta dois motivos para estas características das emissoras: a ruptura com a lógica de mercado e a sobrecarga de militância dos membros.

Não queremos ser igual a uma rádio comercial, não queremos lucrar com a rádio. Não queremos ter o mesmo formato. E outro, eu creio também que é acidental. (...) é uma combinação de não ter tanta gente que produza.(...) Todos estamos a maior parte de tempo em outros espaços. Estou a maior parte de tempo em Promedios, por exemplo, e assim cada um de nós está em diferentes em lugares.⁷

Esta situação confirma que, como defende Martín-Barbero (2004), as resistências são como terrenos de lutas e, por isso, de instabilidades sociais, algo presente na organização das emissoras e explícito nas ideias dos produtores da emissora. ■

71 O caso da pesquisa sobre a rádio mexicana Frecuencia Libre [EXTRAPRENSA]

4. DOS FORMATOS INDUSTRIAIS PARA FORMATOS DOS MEIOS

A programação da emissora reflete esses conflitos e condições de produção sem fins econômicos e baseadas no trabalho voluntário e engajado. A *Frecuencia Libre* não possui programas em todos os horários que transmite, das 9h às 22h (conforme tabela abaixo). As 26 horas semanais com locução, das 70 horas transmitidas, concentram-se principalmente no sábado e depois das 17h nos dias úteis da semana, horários considerados no rádio comercial como menos nobres, pois o público radiofônico, segundo décadas de pesquisa de audiência, escuta principalmente nas manhãs. O restante dos horários é preenchido pela difusão de músicas variadas, podendo ser alternadas por campanhas educativas ou de mobilização, promovidas por movimentos sociais. Segundo Leonardo Toledo, não há uma política editorial para as músicas e as campanhas executadas. “São canções que os movimentos e colaboradores trazem e colocamos para tocar aleatoriamente”⁸. Geralmente as músicas tocadas são rock britânico e estadunidense das décadas de 60 e 70, jazz, clássicas e tradicionais latinas, como francesas, portuguesas, argentinas e brasileiras, inclusive alguns sucessos da Música Popular Brasileira (MPB). No período observado, não foi registrada a veiculação nenhuma campanha educativa.

[6] Entrevista com Damaso Ramirez, concedida no dia 8 de agosto de 2015 em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre.

[7] Entrevista com Noé, concedida no dia 30 de julho de 2015 em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México.

[8] Entrevista com Leonardo Toledo concedida em 23 de julho de 2013, em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre.

72 O caso da pesquisa sobre a rádio mexicana
Frecuencia Libre [EXTRAPRENSA]

Tabela 1: Programação da Frecuencia Libre em julho de 2015.

Programación semanal Frecuencia Libre 99.1							
	Lunes	Martes	Miércoles	Jueves	Viernes	Sábado	Domingo
09:00							
10:00							
11:00						La hora sexta	
12:00			Espacios de esperanza				
13:00						Sinestesia	
14:00						Hablemos Chiapas	
15:00							
16:00							
17:00		Mujeres Ojos grandes			Planeta musical sur	Debate Cultural	Karmantra
18:00		Y en el camino nos encontramos	Hip hop			Panorama	Karmantra
19:00			Espacio 99.1	Hijas Lilith			
20:00	Fuera Máscaras	Objetos Prohibidos				Café bohemio	
21:00							
22:00							

A organização dos conteúdos da *Frecuencia Libre* diferencia das rádios comerciais tradicionais, que buscam a divisão dos horários para criar expectativa e fidelização da audiência. Na estação pesquisada, os formatos, compreendidos a partir de Martín-Barbero (2004), “como operadores de uma combinação sem conteúdo, estratégia puramente sintática”, isto é, os padrões do meio (grade, blocos, intervalos, vinhetas...), se configuram nos poucos e dispersos programas que preenchem a programação, nos horários considerados “menos nobres” pelo rádio comercial. Refletem assim as dificuldades e contradições do coletivo e da história da emissora, baseado na conquista e luta pela manutenção de espaços para os diferentes atores sociais.

Já na plástica destes formatos, percebe-se outras rupturas da emissora com o padrão comercial. Ao invés da divisão dos programas entre blocos (conteúdo principal) e intervalos (conteúdo acessório, como propaganda, chamadas, promocionais, campanhas), a emissora coloca as músicas como um intervalo entre as falas dos apresentadores, entrevistados e convidados. Não há também um padrão na utilização das vinhetas. Cada programa veicula seus sinais de identificação de forma diferenciada. Alguns como o “Debate Cultural” e o “Objetos Prohibidos” praticamente não executam. Outros como “Espacios de Esperanza” e “Hip hop” tocam constantemente. Raramente, é veiculado nos programas vinhetas de identificação da emissora. Os endereçamentos dos programas podem ser resumidos na tabela abaixo (Fonte: COSTA FILHO, 2016).

	<u>Objetos Proibidos</u>	<u>La Hora Sexta</u>	<u>Hablemos Chiapas</u>	<u>Sinestesia</u>	<u>Debate Cultural</u>	<u>Espacios de Esperanza</u>	<u>En El Camino</u>	<u>Hip Hop</u>
Media dores	Gabriel Garcia, simpaticante do <u>zapatismo</u> tendo acompanhado o movimento desde sua organização inicial na região de Las Margaridas onde trabalhava como médico.	<u>Damaso Ramirez</u> , remanescente do <u>Ora Campana</u> , é aderente ao <u>zapatismo</u> desde o levante de 1994 que acompanhou pessoalmente em <u>San Cristobal de Las Casas</u> .	Dois apresentadores (não se identificam) membros do coletivo "Yo soy 132" de <u>Tuxtla Gutierrez</u> .	Noé, produto audiovisual, membro do Centro de Mídia Independente e <u>Promedios</u> com convidado (s).	Leonardo Toledo, jornalista e produtor artístico, com convidado.	Guadalupe Cárdenas, ativista política dos direitos das mulheres e assessora da <u>Idemaçc</u> e <u>Artur Arreola</u> , presidente desta ONG, responsável pelo programa.	<u>Claudia Serrano</u> , socióloga que realiza pesquisa de doutorado sobre a emissora, tendo participado da fundação de uma emissora comunitária na Colômbia, onde nasceu.	Dois jovens e um DJ (não se identificam), mas demonstram entender bastante deste estilo musical.
Temática	Principais notícias da semana, extraídas do jornal <u>La Jornada</u> e da revista <u>Proceso</u> e comunicados <u>zapatistas</u>	Trata principalmente de notícias de movimentos sociais de <u>San Cristobal de Las Casas</u> e dos comunicados dos <u>zapatistas</u>	Notícias da semana, extraídas de sites de informação alternativa e comunicados dos movimentos sociais.	Cinema, audiovisual e música independentes.	Notícias da semana, principalmente relacionadas a cultura e arte e informações de movimentos de arte independente.	Apresenta quatro experiências sustentáveis de comunidades de Chiapas, Sul do México, México e América Latina.	Temas específicos, em cada programa, tratados a partir da perspectiva de literários e músicos latino-americanos.	O <u>Hip Hop</u> em <u>San Cristobal de Las Casas</u> , México e América Latina.
Papel Social	Crítica social feita através do relato dos fatos e de questionamentos	Interpela principalmente os simpaticantes do <u>zapatismo</u> e todas as pessoas excluídas.	Visão crítica dos principais assuntos da semana repercutidos nos grandes meios e notícias dos movimentos contra-hegemônicos.	Dar visibilidade às iniciativas de audiovisual e música independente dos conglomerados editoriais	Ironizar as contradições sociais de <u>San Cristobal, Chiapas, México</u> e, por vezes, da América Latina.	Cumprir a tarefa de apresentar experiências dos grupos que estão construindo alternativas ao patriarcado e ao neoliberalismo	Difundir a literatura e a música latino-americana fazendo uma reflexão sobre as diversidades culturais da região.	Tocar a música <u>hip hop</u> como expressão da denúncia e crítica sociais.
Recursos técnicos	Quase não utiliza trilhas ou vinhetas, sempre tocando músicas	Usa constantemente vinhetas. Sempre toca ao menos três músicas	Pouco utiliza vinhetas ou trilhas e raramente toca músicas	Quase não utiliza vinhetas, trilhas e raramente toca músicas, mas põe sempre depoimentos gravados de militantes de movimentos culturais.	Quase não utiliza vinhetas e trilhas. Raramente toca músicas	Utiliza vinhetas, trilhas, entrevista e toca quatro músicas, cada uma relacionada a cada uma das experiências relatadas.	Utiliza vinhetas, trilhas, poucas gravações dos literários e ao menos quatro músicas relacionadas ao tema do programa.	Utiliza constantemente e vinhetas e trilhas. Toca blocos de duas a três músicas.
Linguagem	Locução tem um estilo mais livre sem empostação da voz,	Utiliza um tom formal como um apresentador de um radiojornal tradicional com voz empostada.	Apresentação séria, mas informal.	Coloquial como um bate-papo com	Coloquial com um bate-papo com um convidado.	Tom um pouco formal, mas sempre buscando o diálogo mental com os ouvintes.	Locução suave e introspectiva criando um clima intimista com os ouvintes.	Bate-papo informal, repleto de gírias, entre os apresentadores
Texto verbal	Leitura de notícias, comunicados seguidos de longos comentários.	Leitura de roteiro técnico, realiza rápidos comentários improvisados e entrevista convidados de forma improvisada.	Leitura de notícias, comunicados dos movimentos sociais e longos comentários.	Apresentação e comentários, por vezes, irônicos	Apresentação e comentários predominantemente irônicos de notícias não lidas.	Leitura de roteiro técnico, comentários técnicos, tradução das entrevistas.	Leitura de roteiro técnico com raros comentários <u>espontâneos</u> .	Comentários improvisados sobre as músicas, as bandas e a história do <u>hip hop</u> .

Há assim, na *Frecuencia Libre*, um distanciamento do formato industrial caracterizado por seguir uma linha de produção serializada com padrões fixos ou customizados, voltados para a lucratividade comercial. Nesta emissora investigada, quase não há regras para o formato de apresentação dos programas, não só pela precariedade das condições de produção (falta de recursos econômicos e trabalho somente voluntariado), mas por uma contraposição à lógica de mercado das emissoras comerciais. O objetivo não é criar um padrão seriado para conquistar audiência a fim de obter lucros com a venda de propaganda, mas exercer a liberdade de expressão de cada coletivo, ONG ou pessoa que apresenta um programa e participa no projeto da emissora. Por isso, é necessário, para aplicar a metodologia dos usos sociais em meios livres e comunitários, como esta emissora, ampliar o conceito de formatos industriais para formatos dos meios. Estas características mostram um forte traço da autodisposição autônoma nos formatos da emissora. Como define Barcenas (2011), significa a deliberação do grupo de como organizar-se. Esta opção da *Frecuencia Libre* de conscientemente romper com o padrão técnico-comercial representa, por isso, marcas da autonomia em sua programação, principal reivindicação do movimento zapatista para as comunidades de povos originários. ■

5. SENTIDOS CULTURAIS DAS COMPETÊNCIAS DA RECEPÇÃO

Os ouvintes da *Frecuencia Libre* entrevistados⁹ também estão envolvidos predominantemente nas ideias de rupturas propostas pela emissora. Para compreender suas competências de recepção busquei nas entrevistas entender como a emissora se conecta com suas vivências cotidianas, memórias e imaginários, utilizando o método dos sentidos culturais de Jesus Galindo Cárceres (1998). O autor recomenda, para isso, levar em conta a diversidade de versões construídas a partir dos diferentes universos culturais. Para se deslocar até estas, alcançando a relação entre as condições históricas da trajetória, as apropriações cotidianas do sincrônico e a imprevisibilidade do imaginário, Cárceres convida a pensar em termos contrafactuais, ou seja, considerar as versões de o-que-poderia-ter-sido (HAWTORN, 1995) se tivéssemos outras variáveis que condicionassem uma configuração diversa da atual. O conceito de contrafactual possui três raízes. A primeira vem da filosofia, a partir dos estudos da lógica modal e da metafísica. “(..) em qualquer ciência, a noção de ‘causa’ que precede um efeito traz implicitamente uma indicação da possibilidade que

[9] Esta pesquisa chegou até estes ouvintes através do convite para responder a um questionário exploratório nas listas de e-mails participantes de movimentos culturais e políticos de San Cristóbal de Las Casas enviados pelos ajudantes da investigação, o jornalista Leonardo Toledo e o antropólogo Valentin Val. O questionário perguntava se era ouvinte de alguma das emissoras livres, sintonizadas na cidade, qual a frequência e preferências de escuta e dados pessoais. Em seguida, os 23 ouvintes que responderam os questionários foram convidados através do e-mail ou telefone a uma entrevista presencial. Para resguardar sua intimidade, utilizo nomes fictícios na tese e neste trabalho. Ressaltamos que esta amostragem de ouvintes não representa toda a audiência da emissora, mas também somente receptores, geralmente engajados a movimentos culturais e políticos, que conseguimos localizar.

se atualizaria (ou seja, do estado de coisas que ocorreria) caso a ‘causa’ não ocorresse” (PESSOA JR, 2000, p. 176). Significa pensar sobre o “(...) que não ocorreu, mas é perfeitamente cabível em termos lógicos, ou seja, que poderia ter acontecido” (JOHN, 2014, p. 58). Na literatura, o contrafactual se apresenta na possibilidade de levar o leitor a um outro mundo, construído a partir de suas vivências, memórias e contexto social. Tem como base a polissemia, isto é, as diversas interpretações que leitores possuem sobre um mesmo texto. Já na história, é um exercício reflexivo para pensar “o que teria ocorrido se...?”, podendo não só imaginar possíveis alternativas, mas também avaliar o peso de determinados acontecimentos para o presente.

Na perspectiva de contrafactualidade, os sentidos culturais, entendidos como a apropriação dos significados pelos receptores, são as outras possibilidades de compreender a realidade que, muitas vezes, divergem da visão do pesquisador por serem constituídas em contextos e matrizes totalmente diversos. Para aproximar-se destas, a investigação precisa considerar as diversas probabilidades de versões sobre a realidade, devido às diferentes trajetórias históricas, variados contextos socioculturais e o poder de agência dos receptores.

Neste ponto, a teoria de Galindo Cáceres articula-se às mediações comunicacionais da cultura de Martín-Barbero porque, assim como o filósofo colombiano, o pesquisador mexicano compreende a comunicação como um processo de deslocamento dos textos aos vários universos culturais em que transitam. Este caráter mutável das explicações que dependem dos contextos revela a lógica das contrafactualidades. Neste leque de possibilidades de versões

sobre a realidade, residem as competências dos receptores, que correlacionam, criam, mudam e confrontam os sentidos existentes nas vivências dos sujeitos e nos significados oferecidos pelos textos.

Na pesquisa de doutorado que origina este artigo, os ouvintes foram reunidos em três diferentes grupos com as seguintes versões sobre as emissoras: “Outra informação, outra cultura”, “Outro mundo possível” e “Autonomia é vida”. A primeira reflete os sentidos dos ouvintes que escutam as emissoras porque possuem informações ou expressões artísticas culturais alternativas. São ouvintes que não aderem ao zapatismo, mas possuem uma visão crítica dos meios de comunicação massivos. Já o segundo grupo reúne ouvintes aderentes ao zapatismo, mas que vivem na cidade, ou seja, fora de condições de uma autonomia mais completa. Os demais ouvintes vivem em comunidades autogestionadas, autodispostas e autodeterminadas na zona rural, aderentes ao zapatismo. Neste artigo, por limitações de espaço, apresento somente os sentidos culturais de dois ouvintes do primeiro grupo, que melhor representam a aplicação desta proposta teórica de Galindo Cáceres.

Dos 18 ouvintes entrevistados, seis estão agrupados no sentido “Outra informação, outra cultura”. Eles vivem na cidade e possuem alguma memória que os motiva escutar uma rádio livre mesmo que não sejam aderentes, nem militem em movimentos zapatistas. Ainda que em diferentes intensidades, eles nos revelaram informações sobre seu passado, presente e expectativas para o futuro que nos permitiram criar versões sobre os sentidos possíveis de suas escutas. As diferenças de profundidade nas informações pessoais fornecidas pelos entrevistados

foram causadas pelos diversos níveis de desenvoltura de cada um. Não os forcei a falar sobre assuntos que notei constrangedores e que evitaram tratar.

O fotógrafo Victor vem da cidade de Comitán de Domínguez, município distante 92 km de San Cristóbal de Las Casas, que possui uma população de 141 mil habitantes, segundo o censo de 2010 do Instituto Nacional de Geografía y Estadística do México (INGE). Encontramo-nos acidentalmente num café de um amigo brasileiro no Centro Histórico. Já o estava procurando sem sucesso, através de e-mail, porque ele tinha respondido o questionário exploratório. Sem saber que era um ouvinte da *Frecuencia Libre* e um dos meus possíveis pesquisados, comprei duas fotografias suas. Começamos a conversar e descobrimos a coincidência. De pronto, ele se colocou a disposição para entrevista, que realizamos na cozinha do café que estava desativada e mais tranquila.

Suas recordações da escuta do meio remontam aos cinco anos de idade quando um tio era locutor numa emissora comiteca¹⁰ e durante as férias o levava ao estúdio para acompanhar ao vivo seu programa. Para Victor, era o momento mais divertido da época. “Quando chegava as férias meu tio colocava um programa chamado Paulo Assassino. Eu era pequeno e tinha medo. E as vozes eram impressionantes”¹¹ Outra lembrança é a escuta do avô, ouvinte de um programa noturno que lia cartas.

A passagem de ouvinte para produtor de rádio não tardou. Ainda quando cursava o ensino médio, em 1998, participou de um programa radiofônico feito por um grupo de jovens que se organizavam para dar assistência social aos mais carentes, através de campanhas de doação e atividades culturais. A presença do rádio em sua vida foi decisiva para a escolha sua carreira. Victor se formou em Comunicação e durante o curso realizou estágio numa emissora comercial, seguindo sua carreira profissional numa estação estatal, onde sofreu com as restrições editoriais contra as críticas, principalmente, aos grupos que estavam no comando político do município, estado e país. A situação forçou sua saída da emissora. Apesar de continuar fazendo produções de vinhetas e spots num estúdio caseiro para rádios da Região da Fronteira e da Guatemala, pouco tempo depois, a frustração com a rádio estatal o motivou a mudar sua atuação para a fotografia e seu domicílio para San Cristóbal de Las Casas.

No entanto, na nova cidade, Victor não demorou para ter um novo encontro com o rádio. Em 2009, quando trabalhava num restaurante enquanto buscava viabilizar o projeto de montar uma galeria de arte, ele encontrou, zapeando o dial durante as solitárias folgas dos sábados, a *Frecuencia Libre*. “Me chamaram a atenção as músicas que colocavam, porque não eram tão convencionais, tão populares”¹². Com o passar do tempo, a escuta lhe revelou uma emissora livre das restrições editoriais que lhe fizeram sair do rádio. “A *Frecuencia Libre* é crítica, é livre. Se escutas outra estação de rádio, é assim: são católicos, são evangélicos, são comerciais”¹³. Juntando o apreço pela liberdade de expressão com o interesse pela arte, o “Debate Cultural” se tornou seu programa preferido por defender “a liberdade de se manifestar,

[10] Nascido em Comitán de Domínguez

[11] Entrevista com Victor (nome fictício), em 22 de julho de 2014, em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre.

[12] Idem.

[13] Ibidem.

desde sua crítica, desde seu ponto de vista, desde os parâmetros locais”¹⁴. Sua única queixa contra a estação é o baixo alcance. “Só pega em algumas quadras do centro da cidade”.¹⁵

A liberdade de expressão é claramente o sentido que conecta a escuta de Victor com seu passado, presente e futuro. Ouvir a *Frecuencia Libre*, para ele, é como uma espécie de revanche contra as restrições e a censura que o fizeram abandonar o rádio. Possibilita imaginar como o rádio seria se não houvesse restrições editoriais. As críticas que não podiam ser ditas na emissora estatal onde trabalhou, ele escuta frequentemente na rádio livre. É também uma forma de catarse, ou seja, um alívio do estresse causado pelo controle estatal, empresarial ou religioso ao qual quase todas as estações da região estão submetidas. Além do mais, é uma esperança. Ele crê que uma rádio livre contribui para a pluralidade social, pois “sem liberdade de expressão, não há democracia”¹⁶. Sua conexão com o rádio, influenciada desde criança por seu tio, ampliada pela escuta do avô e pela atuação em grupos de jovens, tornou ainda o meio sua principal companhia quando acabara de chegar num lugar desconhecido e solitário.

Assim como Victor, Artur é fotógrafo, trabalhando atualmente como câmera e editor de vídeo numa universidade, e vem de outro município vizinho, Tenejapa, que possui 41 mil habitantes, segundo o censo do INGE de 2010, estando a 28 km de San Cristóbal de Las Casas. Marcamos de nos encontrar em seu trabalho. Iniciamos a entrevista em sua sala, uma ilha de edição, onde várias outras pessoas trabalhavam. O

que me fez sentir a inadequação do local, convidando, por isso, a irmos a outro lugar. Entrevistei-o então numa mesa ao ar livre da cantina da universidade. No horário, o local estava muito tranquilo com pouquíssimas pessoas sendo atendidas ou transitando.

Artur revelou que a memória de sua comunidade foi a principal motivação para ouvir a *Frecuencia Libre*. Seus pais e avôs lhe contavam sobre um passado mais próspero e justo, quando Tenejapa era autônoma, nas décadas de 50 e 60, possuindo seu próprio sistema político, jurídico e legal. “Gosto muito da vida em autonomia, porque tem muita liberdade até certo ponto de exercer certas coisas e também há um coletivismo, uma coletividade para muitas atividades, inclusive econômicas”¹⁷. Assim, quando em 2005 chegou a San Cristóbal de Las Casas para buscar oportunidades profissionais que lhe faltavam em sua cidade natal, começou a procurar emissoras para escutar e se identificou com a *Frecuencia Libre*, devido à independência de seu conteúdo e de sua gestão. A estação passa desde então a alimentar no cotidiano as lembranças do passado imaginado.

(...) é uma maneira como me conecto ao passado. Se eu não o vivi diretamente, viveram meus avôs, meus papais e eu fiquei com a recordação, a memória, ou seja, tento imaginá-lo como uma coisa muito perfeita. Mas de algum modo, inconsciente, talvez, uma conexão profunda com minhas lembranças tenha enfocado meu interesse até a Rádio *Frecuencia Libre*. Todas as coisas que tem que ver com autonomia e autosuficiência me chamam a atenção, é muito familiar para mim, por isso, me perfilo neste lado.¹⁸

[14] Ibidem.

[15] Ibidem.

[16] Ibidem.

[17] Entrevista com Artur (nome fictício), em 17 de julho de 2014, em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre.

[18] Idem.

Além da conexão com as memórias imaginadas, a escuta da estação lhe cultiva a expectativa de que, no futuro, sua terra seja novamente autônoma. “Meu sonho ou minha esperança seria que Tenejapa voltasse a ser um município autônomo que foi antes e que eu pudesse participar desta comunidade”. O sentimento de autonomia possibilitado pela escuta da emissora sublima assim a frustração de uma forçada migração pela situação de injustiça e pobreza à qual hoje sua cidade está submetida. Ele alimenta assim, ouvindo a *Frecuencia Libre*, um imaginário de transformações que criem lá condições para seu regresso ou que cogite a possibilidade de nunca ter deixado de ser autônoma e ele ter necessitado sair de lá.

O programa preferido de Artur é o Debate Cultural porque faz um resumo de tudo o que ocorreu em San Cristóbal. Ele também gosta do programa “La Hora Sexta”, espaço zapatista na programação da emissora. Para ele, o movimento resgata a autonomia que sua comunidade e outros municípios indígenas tiveram no passado. Entretanto, ele não participa de coletivos zapatistas, nem gostaria que sua comunidade aderisse ao movimento, porque a autonomia de Tenejapa tem outra origem histórica enraizada na organização local.

A alteridade do conteúdo informativo e artístico da *Frecuencia Libre* marca o sentido da escuta destes ouvintes. A crítica e a liberdade de expressão são os principais valores que conectam este grupo à emissora. Há, desta maneira, uma estreita relação da competência dos receptores, encontrada nestes sentidos culturais, com a matriz cultural racional-iluminista da rádio

que, através de seus endereçamentos questionadores, irônicos, subversivos e críticos apresenta um conteúdo alternativo às emissoras comerciais. Por conseguinte, a estação atende uma demanda dos ouvintes que precede a escuta. Os receptores entrevistados, vindos de outras cidades ou países, marcados por experiências relacionadas a movimentos políticos, estudantis ou culturais se apropriam da *Frecuencia Libre* por encontrarem em sua programação semelhanças com suas vivências. Há uma clara relação de suas escutas com um passado perdido, descontinuado, mas não esquecido. Assim, a emissora colabora ainda para, no cotidiano, alimentar suas expectativas de mudanças e transformações sociais, mesmo que tão somente imaginadas e quase inalcançáveis.

Há outras duas características que reúnem estes ouvintes. Primeiro, todos possuem formação superior na área de humanidades ou trabalham diretamente com a academia. Relacionam-se assim com a mesma matriz cultural predominante na *Frecuencia Libre*. Segundo, neste grupo de ouvintes, não encontrei uma identificação da estação como uma rádio zapatista, mesmo que a programação constantemente apresente programas, músicas ou informações deste movimento. Exceto Artur, os demais ouvintes não têm uma relação direta com as lutas sociais de autonomia dos povos originários. Por isso, atenuam os endereçamentos zapatistas veiculados na emissora, acentuando, por sua vez, seu caráter independente, crítico e contestatório. ■

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação das rádios zapatistas revela como a proposta teórico metodológica de Martín-Barbero se adéqua a esta investigação, não só por ser um saber local, sem bairrismo nem isolacionismo, mas por estar aberta para receber os vários métodos e leituras que possibilitem a compreensão do campo. Mesmo que com clara inspiração nas contradições regionais, ele nos mostra como o conhecimento está inevitavelmente articulado com contribuições de todas as partes, como as de Ricouer, Sunkel, Certeau, Benjamin, Williams... A proposta de perder o objeto para encontrar o caminho deslocando o estudo dos meios para as práticas culturais, sem no entanto, esquecer os primeiros, possibilitam reconhecer não só toda a riqueza do universo cultural que estão inseridos, mas compreender seu papel. No caso das rádios zapatistas, a apropriação pelo imaginário dos ouvintes, articulando memória e vivências, é claramente a principal contribuição para autonomia.

No entanto, não deixei de encontrar uma lacuna na proposta do filósofo hispano-colombiano: por que o autor que busca compreender a comunicação além dos meios utiliza os operadores conceituais, das lógicas de produção do mercado e dos formatos industriais, que reduzem a miradada quase somente meios massivos comerciais? Então enfrentei outro dilema: como utilizar esses conceitos numa pesquisa sobre rádios livres e comunitárias, excluídas do mercado, da legalidade estatal e com uma programação diferente das emissoras comerciais? Compreendendo que os conceitos não são estanques. Nós os modificamos e atualizamos a partir de nossas vivências

em campo, tive a segurança em mudar as lógicas de produção do mercado para as de resistência e os formatos industriais para formatos dos meios a fim de dar conta do voluntariado, da cooperação e de outros padrões (ou até mesmo a ausência destes) na programação radiofônica zapatista. Creio que é uma contribuição desta pesquisa para que a metodologia dos usos sociais possa melhor acolher objetos como meios comunitários, livres e alternativos. ■

[ISMAR CAPISTRANO COSTA FILHO]

Jornalista e professor universitário. Fez graduação na UFC onde atualmente leciona. Milita pela democratização da comunicação, tendo participado da fundação de rádios comunitárias, da organização da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) e da Conferência Nacional de Comunicação. Pesquisou, no mestrado no PPGCOM da UFPE, as mediações sonoras da Rádio Favela pela Internet e, no doutorado no PPGCOM da UFMG, os usos sociais das rádios zapatistas no México, onde realizou intercâmbio doutoral no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (Ciesas).

[ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES]

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio pós-doutoral junto ao Groupe de Recherche sur les Enejeux de la Communication, da Université Stendhal. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Organizou e traduziu os textos que integram a obra *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas* (Autêntica, 2009). É co-organizadora, junto com a profa. Heloiza Matos (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), do livro *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública* (Summus, 2011). Recentemente publicou a obra *Mídia, Ética e Esfera Pública*, em co-autoria com Luis Mauro Sá Martino (Faculdade Cásper Líbero, SP). Estuda questões ligadas à deliberação pública, participação cívica de atores subalternos, formação de esferas públicas políticas, com destaque para políticas públicas e cidadania, reconhecimento social e processos deliberativos online.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo, um conselho errante. In: Revista Intexto v. 2n n. 13. Porto Alegre: UFRG, 2005.

AMARC (Asociación Mundial de Radios Comunitarias en México). Radios comunitarias en contextos de conflicto. Ciudad de México: Púrpura, 2008.

BARROS; Antonio Teixeira; BERNARDES, Cristiane Brum. Matrizes culturais dos gêneros televisivos latino-americanos e as emissoras legislativas: análise sobre a TV Câmara (Brasil). In: Vivência n. 38. Natal: UFRN, 2011.

BARROS, Carla. Games e redes sociais em lan houses populares: um olhar antropológico sobre coletivos e sociabilidade no “clube social”. In: Internext, v. 3, n. 2. São Paulo. ESPM, 2008.

BÁRCENAS, Franciso L. Las autonomias indígenas en América Latina. In CECEÑA, Ana et al. Pensar las autonomías. Cidade do México: Sísifo ediciones, 2011.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BERKIN, Corona. De los médios a los sujetos. Uma trayectoria para abordar la comunicación desde los actores. In OROZCO, Guillermo. Lo viejo y lo nuevo: investigar la comunicación en siglo XXI. Madrid: Ediciones de La Torre, 2000.

CASANOVA, Pablo. Los zapatistas del siglo XXI. In: Revista convergencia, n. 13. Cidade do México: UNAM, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. Uma sociedade à deriva. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

CECEÑA, Ana et al. Pensar las autonomías. Cidade do México: Sísifoediciones, 2011.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. Usos sociais das rádios zapatistas: o mapa nortuno da autonomia nas mediações comunicativas da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

DER HAAR, Gemma. El movimiento zapatista de Chiapas: dimensiones de su lucha. Amsterdã: LabourAgain. IISH, 2005.

DOWNING, J. Mídia Radical: rebeldias comunicativas e nos movimentos sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

DRUETTA, Délia. Repensar la apropiación desde la cultura digital In: MORALES, Susana; LOYOLA, María Inés. Nuevas perspectivas en los estudios de comunicación. La apropiación tecno-mediática. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de Endereçamentos: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GALINDO CÁCERES, Luis Jesús. Sabor a ti: metodologia cualitativa en la investigación social. Xalapa: Universidad Veracruziana. 1997.

GOMES, Itânia. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. In: Revista da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. São Paulo: Compós, 2007.

HAWTORN, Geoffrey. Mundos plausible, mundos alternativos. UK: Cambridge University Press, 1995.

HARTLEY, John. Los usos de la televisión. Barcelona: Paidós, 2000.

JACKS, Nilda; MENEZES, Daiane; PIEDRAS, Elisa. Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JACKS, Nilda (org). Meios e audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2014.

JONH, Valkíria. Mundos possíveis e telenovela: memórias e narrativas melodramáticas de mulheres encarceradas. Porto Alegre: UFRS, 2014. (Tese de doutorado)

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista. Buenos Aires. FCE, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

MARQUES, Ângela; ROCHA, Simone. A interseção do processo comunicativo: o diálogo entre produção e recepção. In JACKS, Nilda; SOUZA, Jacob. Mídia e Recepção: televisão, cinema e publicidade. Salvador: Edufba, 2006.

MARQUES DE MELO, José. Indústrias culturais, jornalismo e jornalistas. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação volume 14, número 65. São Paulo. Intercom, 1991.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

----- . Ofício de cartógrafo. São Paulo: Loyola, 2004.

MORLEY, David & BRUNSDON, Charlott. TheNationwideTelevisionStudies. London: Routledge, 1999.

MOUFFE, Chantal. O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva, 1990.

NATANSCHN, Graciela. O contrato de leitura: uma metodologia para analisar a produção e recepção de TV. In JACKS, Nilda; SOUZA, Jacob. Mídia e Recepção: televisão, cinema e publicidade. Salvador: Edufba, 2006.

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. O mito no rádio: a voz e os signos de renovação periódica. São Paulo: Annablume, 1993.

OLIVEIRA, Catarina Farias de. Escuta Sonora. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

----- . Comunicação, recepção e memória no Movimento Sem Terra: etnografia no assentamento Itapuí/RS. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ONG, Walter J. Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.

OROZCO GOMES, Guillermo. Televisión y audiencias: un enfoque cualitativo. Madrid: Ediciones de La Torre, 1996.

PAIVA, Raquel. O retorno da comunidade: o novo caminho do social. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2007.

PESSOA JR, Histórias contafactuais: o surgimento da Física Quântica. In: Revista de Estudos Avançados v. 14, n. 39. São Paulo, 2000.

PERUZZO, Cícilia. Comunicação nos movimentos populares. Petrópolis: Vozes, 2004.

RONSINI, Veneza V. M. A crença no Mérito e a Desigualdade: a recepção da telenovela do horário nobre. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RUIZ, Enrique. Industrias culturales y globalización. Um enfoque histórico estructural. In OROZCO, Guillermo. Lo viejo y lo nuevo: investigar la comunicación en siglo XXI. Madrid: Ediciones de La Torre, 2000.

SUNKEL, Guillermo. La representación del pueblo en los diarios de masas. In: Diálogos de la Comunicación, n. 17. Lima, 1987.

**O Mercado de Cinema no
Brasil em obra bilíngue
(Português-Inglês)
organizada por
AFC e LATC**

**Brazilian Film Industry in a
bilingual English-Portuguese
work published by
AFC and LATC**

[RESENHA]

Luiza Lusvarghi

Bilingual Edition | Edição Bilingue

BRAZILIAN CINEMA TODAY:
Essays by Critics and Experts from Across Brazil

O CINEMA BRASILEIRO HOJE:
Ensaaios de críticos e especialistas de todo o país

Editors | Editores

Oliver Kwon
Steve Solot

Curator | Curadora
Susana Schild

Foreword | Prefácio
Jay Weissberg - VARIETY



[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A coletânea Cinema Brasileiro Hoje: Ensaio de Críticos e Especialistas de todo o País, organizada por Steve Solot e Oliver Kwon, tece um painel da produção cinematográfica brasileira contemporânea, reunindo críticos de referência de todo o Brasil, atestando o vigor e a heterogeneidade da cinematografia a partir dos polos regionais de produção. A obra busca desconstruir estereótipos sobre os filmes brasileiros ainda vistos internacionalmente como referenciais de um “mundo em desenvolvimento”, e revela a existência, desde os primórdios, de um cinema que aborda tanto a comédia -, subvalorizada pela crítica, mas amada pelo público - quanto o drama e a crítica social. O livro se detém ainda na análise da consolidação crescente de nichos menos explorados como o segmento infantil.

Palavras-chaves: Cinema brasileiro. Comédia brasileira. Cinema pernambucano. Ciclo baiano. Retomada.

Brazilian Cinema Today: Essays by Critics and Experts from across Brazil is a collection of essays put together by Steve Solot and Oliver Kwon that provides a portrayal of contemporary Brazilian cinema, featuring reference critics from all parts of Brazil and attesting the vitality and heterogeneity of Brazilian cinema that ooze from several regional cinema hubs in the country. The purpose of this work is to break up stereotypes regarding Brazilian pictures, which are still seen by foreign audiences as references of a “developing world”, and to reveal the existence, since its inception, of a cinema history that encompasses genres ranging from comedy - underappreciated by critics, and yet loved by audiences - to drama and social criticism. The book also analyzes the increasing consolidation of niches less explored by Brazilian cinema, such as children’s movies.

Palavras-chaves: Brazilian cinema; Brazilian comedy; Pernambuco cinema; Bahia cycle; Retomada.

La colección Cinema Brasileiro Hoje: Ensaio de Críticos e Especialistas de todo o País (Cine Brasileño Hoy: Ensayos de Críticos y Especialistas de todo el país), organizada por Steve Solot e Oliver Kwon, presenta un panel de la producción cinematográfica brasileña contemporánea, reuniendo críticos de referencia de todo Brasil e demostrando el vigor y la heterogeneidad de la cinematografía a partir de los polos regionales de producción. El trabajo deconstruye estereótipos sobre películas brasileñas - todavía vistas internacionalmente como referencias de un “mundo en desarrollo” y revela un cine que, desde sus comienzos, incluya tanto la comedia (infravalorada por la crítica pero amada por el público), como el drama y la crítica social. El libro se detiene también en el análisis de la consolidación creciente de nichos menos explotados del mercado cinematográfico como el segmento del cine infantil.

Palavras-chaves: Cine brasileño; comedia brasileña; cine pernambucano; ciclo baiano; Retomada.

A coletânea Cinema Brasileiro Hoje: Ensaios de Críticos e Especialistas de todo o País, organizada por Steve Solot e Oliver Kwon, e publicada pela LATC (Latin American Training Center), reúne críticos de todo o Brasil para discutir a produção nacional mais recente sob uma perspectiva histórica.

O produtor Oliver Kwon é responsável pela criação da AFC (America Film Conservancy), organização não governamental sediada na Califórnia, voltada para estimular coproduções globais a partir da América Latina. Já a LATC, empresa de consultoria, foi fundada por Steve Solot, cidadão estadunidense radicado no Brasil, ex-Vice-Presidente para a América Latina da MPA (Motion Picture Association) e da Rio Film Commission.

A obra inclui contribuições de críticos de cinema, pesquisadores acadêmicos e realizadores, e evita limitar-se a meras análises fílmicas, buscando sempre contextualizar as produções dentro de processos mais amplos do que movimentos internacionalmente conhecidos como Cinema Novo e Retomada, partindo de polos regionais de produção e colocando em relevo outras manifestações estéticas, como a Chanchada ou o Tropicalismo. Ao adotar essa abordagem a coletânea concorre não somente para desmistificar o clichê do país em desenvolvimento que produz um cinema de crítica social e de estética realista, mas também evita apostar num único modelo de produção, como alerta Jay Weissberg em seu prefácio em que enfatiza a importância de democratizar o acesso de películas mais antigas ao público mundial. Susana Schild, jornalista, crítica de cinema e roteirista carioca, é a autora da introdução. Ela esboça um rápido panorama da história do cinema nacional, sempre dividido em ciclos descontínuos de produção, fato que somente vai se alterar a partir do

processo de reflorescimento da produção em meados da década de 1990.

O crítico santista Rubens Ewald Filho recupera a história dos ciclos do cinema brasileiro e vai abordar as chanchadas e o papel da comédia. Para Ewald, a presença do riso no cinema nacional, ao longo de toda a sua história, levanta a bilheteria e a autoestima muito mais do que os dramas e filmes de ação. Essa recorrência do humor na nossa cinematografia justifica o surgimento de comédias nos lançamentos brasileiros desta década, e seu sucesso entre o público.

Já o pesquisador e professor Carlos Alberto de Mattos analisa o papel do documentário nesta produção que se intensifica no século XXI, recuperando a importância do formato no passado e sua afinidade tanto na cultura cinematográfica quanto na produção televisiva. Ele cita inclusive a histórica experiência do programa de documentários televisivos Globo Repórter (na época, Globo Shell) na década de 1970, que levou os cineastas à televisão e impulsionou essa produção. No destaque, a obra monumental de Eduardo Coutinho, que compõe ao lado de João Moreira Salles e Maria Augusta Moura, o trio de cineastas que exploram temas polêmicos e ousam nas formas de narrar. Moura desenvolveu uma trilogia sobre os sistemas policiais e judiciários brasileiros, e Moreira Salles fez de sua obra um caleidoscópio das diferenças sociais e políticas no país, deslocando-se das favelas para as mansões com grande mobilidade. No cinema destacam-se ainda a onda de filmes de biografias de personalidades como Vinícius (2005), e as incursões de cineastas experimentais como Kiko Goifman, Sandra Kogut e Joel Pizzini, dentre outros.

O crítico carioca Daniel Schenker reflete sobre os fenômenos de bilheteria para concluir que as grandes produções destinadas ao sucesso são inevitavelmente calcadas numa linguagem televisiva, exploram o humor, a fantasia e raramente o realismo, caso das duas sequências de Tropa de Elite (2005, 2010) para em seguida analisar a trajetória das pequenas produções. Inevitavelmente desprezadas pelos circuitos comerciais, elas se viabilizam nos festivais e nos circuitos paralelos. Schenker dá destaque à Mostra de Tiradentes e ao Festival de Brasília como espaços alternativos dedicados à criatividade.

O processo de implantação das transmissões televisivas é o ponto de partida de Nelson Hoineff para comentar a relação entre televisão e cinema no Brasil. A televisão só se consolidaria com cobertura efetivamente nacional nos anos 1970. Seu fortalecimento como indústria cultural local num cenário dominado pelo filme estrangeiro acaba interferindo diretamente nos filmes nacionais, trazendo grandes bilheterias nos circuitos exibidores comerciais para astros televisivos como Xuxa e Renato Aragão (o Didi do quarteto Os Trapalhões). A criação da Globo Filmes, em 1998, e de mecanismos como o Fundo Setorial de Audiovisual (FSA), deslocam o monopólio da produção para os grandes grupos, deixando as demais produções, mais autorais, órfãs.

As produções voltadas para o público infanto-juvenil são o tema do crítico mineiro Paulo Henrique Silva, que enfatiza a predominância de obras hollywoodianas no segmento, com investidas muito tímidas do cinema

nacional. Renato Aragão e Xuxa foram as duas primeiras celebridades nacionais a ocupar as telas com produção voltada para este nicho. Recentemente o gênero tem passado por uma revitalização com os filmes de live action, com títulos como Os Meninos do Kichute (2009), de Luca Amberg, lançado em 2014, e Antes que o Mundo Acabe (2009), de Ana Luisa Azevedo. O filme Tainá uma experiência amazônica (2010) tentou tratar do tema da ecologia de maneira diferenciada, mas não conseguiu conquistar o público. Silva conclui que apesar da produção recente ser muito mais criativa do que a dos anos 1970, o gênero ainda continua a ser representado no circuito por produções estrangeiras, a maioria hollywoodiana.

A terceira parte do livro trata dos cinemas regionais. Em O Nordeste é verde, a crítica e pesquisadora Maria do Rosário Caetano retoma temas de seus trabalhos anteriores para falar do vigoroso cinema nordestino, e em particular do cinema de Pernambuco. Foi o Nordeste que subsidiou os talentos do Cinema Novo, segundo a autora. O novo cinema nordestino nos deu obras tão complexas como Iremos a Beirute (1998), Baile Perfumado (1997), O Auto da Compadecida (2000), Cinema, Aspirinas e Urubus (2005), O Céu de Suely (2006) e O som ao redor (2012), num processo que ela chama de a desconstrução do Nordeste.

Luiz Joaquim analisa o cinema pernambucano, com obras de cunho mais ensaístico como A História da Humanidade (2015), de Camilo Castelo Branco, mas também mais populares como Amor, Plástico e Barulho (2014), de Renata Pinheiro, e alternativos como Amigos de Risco (2007), de Daniel Bandeira. O cinema pernambucano é considerado o celeiro da experimentação fílmica do país, com obras essencialmente autorais, embora não se constituam como um projeto estético único, como ocorreu no passado. Ao contrário, trafegam entre o urbano e

o rural, espelham as contradições da sociedade moderna sempre de forma plural.

O cinema amazônico é o foco de Sávio Luiz Stocco, Juliano José de Araújo e Ricardo Agum Ribeiro. Este capítulo se destaca por discutir não somente os filmes de cineastas locais, mas aqueles que possuem a Amazônia como referência e foram rodados lá. A exploração do exotismo da região se soma a doses de realismo em *O cineasta da selva* (1997), de Aurélio Michiles, mesclando ficção e documentário. Já *As filhas da Chiquita* (2006) foca um evento gay que ocorre durante a tradicional celebração religiosa Círio de Nazaré, e *Serra Pelada: esperança não é sonho* (2007) é um drama ambientado durante o auge do maior garimpo a céu aberto do mundo, na década de 1980. Os longas-metragens *Invisíveis Prazeres Cotidianos* (2004), de Jorane Castro, e *A floresta de Jonathas* (2012), de Sérgio Andrade, ficcionalizam a contemporaneidade. As produções alternam documentário e ficção com frequência. Os filmes de maior repercussão foram rodados pelas grandes produtoras: *Xingu* (2012), de Cao Hamburger, pela O2, e *Serra Pelada* (2013), de Heitor Dhalia, pela Globo Filmes. Projetos como *Vídeo nas aldeias*, de Vincent Carelli, apostam num cinema indígena, mas suas produções circulam em espaços alternativos.

O crítico e professor Sérgio Moriconi destaca a importância da criação do primeiro curso de nível superior de Cinema na Universidade Nacional de Brasília (UnB), Distrito Federal, em 1965, reunindo luminares como Paulo Emílio Salles Gomes, Jean-Claude Bernadet e Nelson Pereira dos Santos, que produziu com os alunos *Fala Brasília* (1965). Espaço de contestação e oposição à ditadura, o curso durou

pouco, mas deixou sementes. Brasília, *contradições de uma cidade nova* (1967), de Joaquim Pedro de Andrade, narra as desigualdades sociais advindas do projeto modernista da capital. Outro realizador importante foi Vladimir Carvalho com *O País de São Saruê* (1971). Nos anos 1980 surge a Candango Produções lançando obras críticas como *Taguatinga em Pé de Guerra* (1982), de Armando Lacerda. A queda da ditadura militar gera filmes como *Louco por Cinema* (1994), de André de Oliveira. A nova geração tem influência mais pop, como mostram *A concepção* (2005), de José Eduardo Belmonte, *Faroeste Caboclo* (2014), de René Sampaio, *Branco Sai, Preto Fica* (2014), de Adirley Queirós.

Orlando Senna, cineasta surgido no surto underground do cinema baiano, no final da década de 1960, tece um panorama histórico de seu estado, a Bahia, a terra de Glauber Rocha, Roberto Pires e Olney São Paulo, os integrantes do Ciclo Baiano de Cinema inspirado pelo Cinema Novo. Senna assinala a inserção deste movimento em um contexto mais amplo de revolução cultural que incluía teatro, música (Tropicalismo), literatura, artes plásticas. A Bahia naquele período se converteu em referência cultural para todo o país, atraindo pessoas de outros lugares, o que influenciou a filmagem de *Dona Flor e seu Dois Maridos* (1976) por Bruno Barreto, adaptado do livro de Jorge Amado. Ao final, entra em cena o Cinema Marginal, do qual ele participou, a produção em Super-8, além de filmes com temas sociais, como *O Mágico e o Delegado* (1993), de Fernando Coni Campos. Esse caldo efervescente continua fertilizando a produção contemporânea, com *Sagrado Segredo* (2012), de André Luís de Oliveira, *Eu me lembro* (2006), de Edgard Navarro, e *Cidade Baixa* (2005), de Sérgio Machado.

A crítica, professora e pesquisadora gaúcha Ivonete Pinto fecha a coletânea falando do conceito possível de identidade nacional no cinema brasileiro hoje, alertando que contemporâneo, em sua reflexão, se refere ao que se produz na atualidade, dada a dificuldade de apontar uma única tendência. As comédias parecem assombrar esse novo milênio, mas em geral são “rótulos para filmes leves”. A presença do humor vem desde Os óculos do vovô (1913), de Francisco Santos, que a autora considera como o mais antigo filme de ficção brasileiro, pois essa produção gaúcha foi a única que conseguiu ser recuperada em sua quase totalidade na década de 1970. No entanto, cinebiografias, filmes-ensaio, dramas, também compõem esse painel. O mais alarmante, conclui, é que a geração dos smartphones passa longe dos cinemas, que estão diminuindo em número. Dos 1096 títulos lançados nos últimos 20 anos, somente 859 atingiram mais de 100 mil espectadores. O livro cumpre a função de ser uma obra referencial sobre a produção brasileira mais recente, mas prescinde da utilização de verbetes e de relação de filmes que poderiam torná-lo uma obra mais didática e funcional para pesquisa.

Cinema Brasileiro Hoje: Ensaios de Críticos e Especialistas de todo o País = Brazilian Cinema Today: Essays by Critics and Experts from across Brazil/Latin American Training Center; Steve Solot, Oliver Kwon (Orgs.) – Rio de Janeiro: Latin American Training Center, 2015. ISBN 978-85-62268-14-4 (E-book) First Edition 1ª Edição: 2015. ■

[LUIZA LUSVARGHI]

Graduada em Letras (Português-Inglês) pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bernardo do Campo FASB (1977), em Comunicação Social (Jornalismo) pela PUC São Paulo (1986), com mestrado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP (2002), sobre MTV e Globalização, doutorado pela ECA-USP (2007), sobre Cidade de Deus e Cidade dos Homens discutindo a produção audiovisual brasileira na Pós-Modernidade, e Pós-Doutorado pela UFPE sobre Indústria do Audiovisual na mídia nordestina. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Estudo dos Meios e da Produção Mediática e análise dos processos de transmediação na convergência entre Cinema e Televisão. Concluiu projeto de pesquisa de pós-doutoramento pelo PNPd Capes sobre as narrativas criminais na ficção televisiva latino-americana contemporânea na ECA USP.

**“Ser ou não ser vira-
latas, eis a questão”:
resenhando
“A diplomacia
mediatizada: em busca
do refrão de um Brasil
megalomaníaco”,
de Antônio Carvalho.**

[RESENHA]

Frederico Daia Firmiano

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Trata-se de uma resenha crítica do livro “A diplomacia mediatizada: em busca do refrão de um Brasil megalomaniaco”, de Antônio Carvalho.

Palavras-chaves: Relações Internacionais. Diplomacia. Neodesenvolvimentismo. Mídia. Imprensa.

This is a critical review from the book “A diplomacia mediatizada: em busca do refrão de um Brasil megalomaniaco”, by Antônio Carvalho

Keywords: International relations. Diplomacy. Neo development. Media. Press.

Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos “os maiores” é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Por que, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50 [quando o Brasil perdeu a final da Copa do Mundo por 2x1 para o Uruguai, no Maracanã], éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: – e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: – porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos.¹

“Ser ou não ser vira-latas”. Eis a questão? De certo modo, sim. Ao menos quando se trata da forma como o Brasil é apresentado nas páginas diárias da imprensa nacional, “com reiterado desmerecimento”. Isto é o que nos informa a obra de Antônio Carvalho, produto de sua pesquisa de Mestrado, na PUC-SP, “A diplomacia mediatizada: em busca do refrão de um Brasil megalomaniaco”.

“A busca do refrão consiste em, conforme nossa proposta, analisar as construções discursivas do jornalismo, mostrar a falta de contextualização pelo contraponto oferecido por outras publicações nacionais e internacionais sobre o mesmo assunto e também pelo auxílio de fundamentação teórica, sobretudo na elucidação do que é a verdadeira diplomacia brasileira. Busca-se, dessa maneira, amparo de múltiplas vozes

para a denúncia da imprensa nacional tendente à univocidade. Estratégias que, em última instância, reforçam o monolinguismo”.²

O livro não é uma análise da diplomacia brasileira, mas de seu Obdulio: a mídia, ou, para ser mais preciso, a imprensa nacional - o que torna este trabalho bastante relevante para os estudos da Comunicação e das Relações Internacionais, um campo de interseção, aliás, pouco explorado entre nós. A diplomacia que interessa ao autor é aquela atribuída pela imprensa, “...fundada na simplificação dos propósitos, no esquecimento histórico dos paradigmas, na previsão de desenlaces fáceis para os impasses gerados no cenário da disputa internacional”.³

O texto está organizado em três capítulos: “Versões e Inversões”; “Cruzamentos da História no Terreno do Transitório” e “Conflitos na Comunicação”. Todos, conduzidos pelo fio da análise da cobertura jornalística acerca da diplomacia brasileira durante o governo de Lula da Silva, particularmente dos casos Honduras, durante o golpe instalado contra Manuel Zelaya, da intervenção militar brasileira pós-terremoto no Haiti, e da tensão internacional envolvendo o Irã e seu programa nuclear. “Episódios – diz o autor – que, de certa forma, explicitam o antagonismo entre Brasil e Estados Unidos...”.⁴

Antagonismo? Este, certamente, é um ponto polêmico do livro.

[1] RODRIGUES, Nelson. Complexo de vira-latas. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. As cem melhores crônicas brasileiras. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 118.

[2] CARVALHO, Antônio. A diplomacia mediatizada: em busca do refrão de um Brasil megalomaniaco. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2015, p. 17.

[3] Idem.

[4] Apresentação, não paginado.

Suas opções teóricas são inequívocas e dão conta, com sobra, da análise a que se propõe. O texto revela a convicção teórica do autor, e isto raramente é encontrado em uma pesquisa de mestrado. As contribuições de Érik Neveu, Paul Virilio, Mauricio Lazzarato, Patrick Charaudeau, que nem sempre convergem, constituem, na obra, um todo teórico articulado.

Desde o primeiro capítulo o autor analisa o material jornalístico, particularmente, o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo e a Revista Veja, entre outros. Com alguma frequência, traz ao texto referências junto à imprensa internacional, a exemplo de The Economist, Financial Times, Le Monde Diplomatique, El País, etc., a fim de estabelecer comparações e com intuito de ser um contraponto às publicações brasileiras. Mas atenção: este não é um estudo comparativo. A comparação é um recurso metodológico que opera como linha auxiliar de argumentação, ademais, apóia a demonstração do “monolinguismo” da imprensa nacional.

Carvalho analisa (a) a cobertura jornalística acerca da crise hondurenha, (b) o terremoto, e as forças de paz enviadas pelo Brasil, ocorrido no Haiti e (c) e o papel desempenhado pelo Brasil “no centro do jogo e na linha de fogo” do impasse nuclear envolvendo o Irã. Não vamos encontrar aí um debate político em sentido estrito sobre a hegemonia das nações e dos capitais que defendem no sistema internacional. Ele reporta (na melhor tradição jornalística) os principais momentos políticos que envolvem tais processos, ou aqueles que a imprensa elege como sendo os mais agudos, para afirmar a “...prática

simplificadora do refrão da imprensa”.⁵ Este é o fio condutor.

No segundo capítulo encontramos parte da história da política externa brasileira. Novamente, sua intenção não é historiográfica, como fica patente. Neste, Antônio Carvalho constrói o refrão de seu texto: a crítica ao monolinguismo e à especialidade da imprensa nacional “... em resumir as diretrizes diplomáticas do país a uma tentativa sem nexos do governo Lula em querer obter algum êxito, sobretudo, por estar em desacordo com as intenções norte-americanas”.⁶

Seu ponto de vista sobre a atuação da diplomacia brasileira durante o governo Lula é inequívoco e, metodologicamente, serve para averiguar a ocorrência do refrão da imprensa. Assumindo a posição de Vizentini, diz ele:

“segundo observa, a integração sul-americana e o Mercosul ofereceram aos vizinhos uma parceria necessária para retomar o crescimento da economia e também a possibilidade de uma ação estratégica no plano global. Ou seja, apenas com a integração regional foi possível garantir a toda a América do Sul governabilidade e desenvolvimento, além de instrumento indispensável nas negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)”.⁷

Neste ponto eu lhe perguntaria: afinal, ser ou não ser vira-latas? Pois, no período analisado – ou eu quem digo – o Brasil cumpriu um papel “imperialista” e servil no campo das relações internacionais. Imperialista – ou subimperialista, como chamaria Rui Mauro Marini – com relação aos países mais subjugados do sistema-

[5] Ibidem, p. 55.

[6] Ibidem, 80-81.

[7] Ibidem, p. 89.

mundo e sobre os quais estabelece seu raio de ação em defesa dos grandes players brasileiros; e servil, ao render-se às exigências do capital-imperialismo. Na última década, a agressiva diplomacia do Itamaraty, ao lado do pesado financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem viabilizado a expansão dos capitais multinacionais brasileiros na América do Sul. Conforme denunciou Cláudio Katz, capitais da Petrobrás, Gerdau, VM, Odebrecht, Friboi, Marfrig e Vale compuseram o núcleo de empresas que operaram com níveis elevados de internacionalização. Inclusive, para sustentar sua política de corporações, o Brasil se militarizou com tecnologia francesa, atuando para além de suas fronteiras, como demonstram as ações das forças de ocupação do Haiti, a partir de 2004. Para Katz, a própria continuidade do Mercosul está condicionada a liderança brasileira. E segundo o autor, o Brasil buscou ocupar espaços no interior do que ele considera ser uma crise de dominação norte-americana, sem chocar seus interesses com o Império do Norte.⁸ Haveria, então, uma antagonismo entre Brasil e Estados Unidos?!

No terceiro e último capítulo, são os conflitos na comunicação que ocupam o centro do texto. Também aqui, a exemplo dos capítulos anteriores, sua análise de conteúdo é bastante extensa e intensa. A imprensa internacional é mais mobilizada que em outros capítulos. Antônio Carvalho também

dedica especial atenção ao tratamento dado pela imprensa nacional e internacional a figura do então presidente da República, Lula da Silva, mostrando as distinções (e divergências) entre ambas e o acentuado tom desqualificador da primeira. São dois os refrões recorrentes na imprensa nacional, como demonstra o autor: o de vira-latas e o de megalomaníaco.

O trabalho exaustivo de pesquisa sobre material jornalístico é algo que, realmente, chama a atenção. Sem sombra de dúvidas é a maior riqueza deste livro. Em razão de minha relação pessoal e profissional com o autor, pude, certa vez, lhe dizer: “Toninho – é como o chamo – sua pesquisa é muito rica. Quantas edições de jornais diferentes você analisou?!”. Ele me disse: “Frede, o volume de material que reuni é tão grande, tão grande, que não coube neste trabalho. Uma parte ainda está encaixotada”.

Mas antes de finalizar, não posso deixar de mencionar uma espécie de nacionalismo implícito no texto; um lado que, confesso, eu não conhecia de meu amigo Toninho. Cheguei a confrontá-lo a esse respeito, no lançamento de seu livro, em abril de 2015, na Universidade do Estado de Minas Gerais (unidade Passos), onde trabalhamos juntos. “Impressão sua”, disse-me ele espantado naquela ocasião. Pode ser. Mas sua argumentação em defesa de um “plurilinguismo jornalístico”, oposta a opção político-ideológica de parte da imprensa brasileira, carrega, por vezes, um sentimento de defesa da soberania nacional, sobretudo no que toca as aventuras brasileiras (sou eu quem digo) no campo político-diplomático, que nos faz lembrar do velho nacionalismo desenvolvimentista. Mas isto já é especulação sobre o autor.

[8] KATZ, Cláudio. América Latina frente a la crisis global. 2009. Disponível em: www.lahaine.org/katz. Acesso em 24 Ago 2010. p. 10-11. E para um quadro sobre a presença de empresas brasileiras nos países latino-americanos Ver: LUCE, Mathias. La expansion del subimperialismo brasileno (La politica de integracion del gobierno Lula em America Latina). Revista mensual de la Izquierda Nacional-Tercera Epoca. - Ano 1 Numero 9 Mes: Diciembre 2008.

O livro revela aquelas práticas da imprensa brasileira que, cotidianamente, nublam o fato de que o atual neodesenvolvimentismo evocado pelos ideólogos do Partido dos Trabalhadores criou um novo refrão sobre o Brasil, qual seja, “somos vira-latas, sim! Mas só mordemos os que não podem nos ferir”. Como na Copa do Mundo, jogando em casa, quando vencemos Camarões pelo placar elástico de 4x1, mas depois, com licença poética, “perdemos da maneira mais abjeta”. Por um motivo muito simples: - porque Klose nos tratou a pontapés, como os vira-latas que somos diante do Império e do capital financeiro transnacionalizado. ■

CARVALHO, Antônio. A diplomacia mediatizada: em busca do refrão de um Brasil megalomaniaco. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2015.